VILA DO CONDE

Diagnóstico Social 2015

Vila do Conde
CÂMARA MUNICIPAL

REDE SOCIAL
VILA DO CONDE

Ficha técnica

Diagnóstico elaborado pela equipa técnica constituída pelo Núcleo Executivo da Rede Social.

O Núcleo Executivo é composto por:

- Eugénia Moreira – Câmara Municipal de Vila do Conde (representante do Município)
- Lisete Reis – Instituto da Segurança Social/Centro Distrital da Segurança Social do Porto (representante do Centro Distrital da Segurança Social do Porto)
- Assunção Magalhães – Agrupamento de Centros de Saúde Póvoa de Varzim/Vila do Conde (representante da área da saúde)
- Ana Rodrigues – Agrupamento de Escolas D. Afonso Sanches (representante da área da educação)
- Mafalda Figueiredo – Centro Social Paroquial de Mindelo (representante das Associações e Instituições)
- Carlos Baptista – Junta de Freguesia da Junqueira (representante Juntas de Freguesia e Uniões de Freguesia)
- Álvaro Amorim – I.E.F.P. – Centro de Emprego Póvoa de Varzim/Vila do Conde (representante da área do emprego)
- Paula Silva – Centro Hospitalar Póvoa de Varzim/Vila do Conde (entidade convidada)

Apoio técnico dos serviços da CMVC

Execução e apoio técnico de António Batista

Rede Social de Vila do Conde

Vila do Conde, Setembro de 2015

Sumário executivo

O diagnóstico social procura Identificar o potencial inclusivo do concelho de Vila do Conde como ferramenta estratégica do desenvolvimento social. A dinâmica inclusiva do concelho garante que a matriz de desenvolvimento constrói a coesão social e a igualdade de oportunidades para a realização de todos, potenciando as suas diferenças e especificidades.

A análise dos fatores estruturais que determinam a capacidade inclusiva do concelho focam as questões da dinâmica demográfica e da empregabilidade. O concelho apresenta uma forte atratividade demográfica, crescendo na população e sendo comparativamente jovem, com um índice de envelhecimento sustentável. O concelho de Vila do Conde tem um forte potencial demográfico com famílias jovens num ciclo de expansão e de consequente criação de riqueza. Esta situação favorável orienta a intervenção para duas grandes prioridades, a problemática estrutural da empregabilidade jovem como estratégia de fixação e atração de população, criando oportunidades de emprego qualificado capazes de se constituir um fator de atração de investimento qualificado e a prioridade da intervenção nos fatores de risco de pobreza e exclusão social. O diagnóstico social procura identificar a correlação entre estas dimensões, estabelecendo os pontos de focagem para as futuras intervenções projetos do Plano de Desenvolvimento Social.

O concelho apresenta um conjunto de riscos de exclusão sobre os quais se poderão ativar a ação concertada das instituições. A necessidade de aumentar os níveis de escolarização como condição precedente à qualificação, é uma das áreas onde será necessário reforçar a convergência estratégica entre institucional. Verificamos que a etapa infra estrutural, de qualificação da oferta da rede de equipamentos e da oferta educativa está excelentemente consolidada. No entanto existem ainda lacunas na rede sobretudo na área dos idosos, na área da deficiência com a vertente da empregabilidade e das respostas especializadas sobretudo nas demências e doenças neuro degenerativas, cuidados paliativos e suporte aos cuidadores

Ao nível dos serviços acentua-se, a título exemplificativo, a necessidade de respostas na rede de cuidados continuados com repostas de curta duração (convalescença) e o alargamento do fórum sócio ocupacional.

Persistem, naturalmente, necessidades específicas de criação de sucesso escolar em contextos sociais problemáticos muito bem definidos e identificados pelas instituições. São necessárias intervenções integradas que abordem globalmente os fatores de risco de exclusão nestes grupos e territórios que implicam considerar e intervir em dimensões determinantes como a parentalidade, os níveis e pobreza e bem-estar social das crianças e jovens, a ocupação e tempos livres e a formação e desenvolvimento pessoal. Só com inovação e intervenção especializada e diferenciada se poderá criar impacto social na complexidade desta problemática. A convergência entre escolarização e empregabilidade deverá igualmente ser integrada. Só com a proximidade à atividade profissional, com a formação profissional à medida e com a mobilização das instituições que desenvolvem ações de qualificação poderemos criar percursos de inserção viáveis para as crianças e jovens do concelho, socialmente condicionados por um conjunto de fatores de risco.

O atual contexto de crise económica e social em que vivemos agudizou vulnerabilidades sociais existentes num conjunto de grupos e famílias que se encontram há muito numa situação de equilíbrio precário para satisfazer as necessidades básicas com dignidade. Foram identificados risco de pobreza em grupos sociais e territórios bem definidos, a pobreza num conjunto de famílias, sobretudo as famílias monoparentais, exacerbada pelas restrições aos apoios sociais e perda de rendimento pelo desemprego, sobre-endividamento, crises e ruturas familiares, entre outros fatores; o forte risco de pobreza nos idosos sobretudo associados ao isolamento social e às pensões de baixo valor mas também ao papel assumido por muitos de almofada para a situação de pobreza dos filhos, as despesas de saúde crescentes, as necessidades específicas de perda de autonomia e mobilidade. As instituições sociais do concelho respondendo a muitas estas situações vêm-se igualmente confrontadas com as restrições decorrentes da situação de crise em que vivemos; a pobreza infantil igualmente acentuada pela perda de apoios sociais e crescimento dos custos de acesso aos serviços básicos.

Noutra dimensão foram também identificados fatores comportamentais e culturais geradores de risco de exclusão e pobreza. É relevante, no concelho, a problemática da parentalidade de risco ou do desinvestimento no fatores de proteção e desenvolvimento nas crianças e jovens. A análise da informação disponibilizada pelas instituições revela a persistência de comportamentos de desvinculação afetiva, de negligência ou mesmo e ambientes de violência doméstica ou da vivência de experiências de agressividade, desestruturantes para as crianças e jovens. Só uma intervenção aprofundada e multidimensional / multi institucional concertada poderá alterar atitudes e comportamentos responsáveis por ciclos de pobreza e risco geracional. A persistência de comportamentos de risco no consumo de álcool, no consumo de substâncias psico ativas, continuam relevantes no concelho. Também aqui a oportunidade de atravessar um patamar para reforçar a intervenção existente, com grande qualidade, introduzindo serviços de proximidade e respostas complementares na prevenção e pós tratamento. Os comportamentos de risco para a saúde são outro dos fatores de exclusão em sociedades fragilizadas em que novas problemáticas sociais emergem. A saúde tem uma cobertura de excelência no concelho e a etapa que se avizinha é a da prevenção dos novos riscos de incapacidade ou exclusão social associadas à saúde e bem-estar.

Foram também identificados fatores de risco em territórios de intervenção prioritária. Foi diagnosticado o território e Caxinas e a freguesia de Vila Chã como alvos potenciais de intervenção social integrada pela necessidade de se corrigirem fatores de risco como o desemprego, insucesso escolar e envelhecimento, numa lógica territorial.

Existem problemáticas sociais com um impacto social profundo que estão, ainda, num limbo estatístico de difícil identificação e configuração; o desempego de longa duração que condena à inatividade muitos desempregados de elevado potencial para a realização pessoal e social, os jovens nem-nem que não estudam nem trabalham e não são referenciáveis nas instituições e serviços, as novas dependências e comportamentos de risco associadas à utilização das novas tecnologias, os isolados nos mundos virtuais sobretudo jovens que também são dificilmente referenciáveis, as questões da saúde mental em crianças e jovens e os novos pobres que perderam a sua identidade social conjuntamente com as condições materiais de vida. O processo de diagnóstico é contínuo e todas estas questões serão objeto de reapreciação e análise de modo a disponibilizar às instituições um instrumento vivo e adequado às suas necessidades.

Enquadramento metodológico

O diagnóstico social deverá ser uma ferramenta e apoio ao planeamento e definição da ação. Foi esse o fio condutor que orientou o presente trabalho. Responder às questões práticas sobe as alternativas e oportunidades de intervenção, procurando que sejam gerados resultados e benefícios para a comunidade. Esta perspetiva metodológica implica um diagnóstico interpretativo e analítico, menos descritivo e expositivo. Foi esse o desafio assumido; focar a intervenção futura em fatores de risco bem identificados.

A metodologia utilizada foi a recolha documental disponibilizada pelos serviços e instituições parceiras da rede social. Procurou-se selecionar no volume de informação disponível os indicadores e variáveis que sustentam conclusões sobre a relevância e pertinência das questões e problemáticas sociais.

As fontes são indicadas mas sobressaem os serviços locais como a área de equipamentos e respostas sociais, a ação social, a saúde, a habitação, a educação, a intervenção nas dependências e nas crianças e jovens em risco, entre outros, que produzem os seus próprios estudos e avaliações. Essas são as fontes fundamentais deste diagnóstico social.

Índice

Índice de figuras e tabelas 7
1. Dinâmica demográfica 9
1.1. Evolução da População e Ritmos de Crescimento 11
1.2. Natalidade e Fecundidade 16
1.3. Mortalidade 23
1.4. Movimento Migratório 28
1.5. Estrutura da População 31
2. Mapeamento das respostas e equipamentos sociais do concelho 35
2.1. Infância e Juventude 36
2.1.1. Crianças e Jovens em situação de risco 47
2.2. População Sénior 51
2.3. População com Deficiência 61
2.4. Família e Comunidade 64
2.5. Projetos Sociais Concelhios 69
3. Caracterização da rede de serviços 71
3.1. Rede Educativa 71
3.2. Serviços e equipamentos da área da saúde 90
3.3. Rede de serviços de ação social 113
3.4. Rede de Serviços e equipamentos da área do emprego e formação profissional 131
3.5. Habitação Social 145
4. Fatores de risco de pobreza e exclusão social 149
4.1. Risco de pobreza e grupos vulneráveis 149
Anexo 154
I - Fontes 154

Índice de figuras e tabelas

1. Dinâmica Demográfica
Tabela 1 - Áreas de Freguesias de Vila do Conde ... 10
Tabela 2 – Principais Indicadores da Evolução Demográfica entre 1991 e 2011 ... 11
Gráfico 1 – Taxas de crescimento Natural, Migratório e Efetivo entre 1991 e 2011 ... 12
Cartograma 1 – Variação da população residente no concelho de Vila do Conde entre 1991 e 2011 ... 13
Gráfico 2 – Freguesias em Crescimento Demográfico entre 1991 e 2011 ... 14
Diagrama 1 – Análise das determinantes da Variação populacional entre 1991 e 2011 no concelho de Vila do Conde ... 15
Gráfico 3 – Taxa bruta e Natalidade ... 17
Gráfico 4 – Evolução da Natalidade nas principais NUT's de Referencia entre 1991 e 2011 ... 17
Cartograma 2 – Taxa Bruta da Natalidade Média entre 1991 e 2011 ... 19
Tabela 3 – Indicadores de fertilidade ... 20
Gráfico 5 – Taxa de fecundidade Geral por Grupos Etários entre 1991 e 2011 ... 21
Cartograma 3 – Taxa de Fecundidade Geral Média entre 2001 e 2011 ... 22
Gráfico 6 – Idade média da mulher ao nascimento de um filho, no concelho de Vila do Conde ... 23
Gráfico 7 – Taxa Bruta e mortalidade entre 1991 e 2011 ... 24
Gráfico 8 – Evolução da mortalidade entre 1991 e 2011 ... 25
Gráfico 9 – Modelo da Mortalidade no Concelho de Vila do Conde em 1991, 2001 e 2011 ... 25
Cartograma 4 – Taxa bruta de Mortalidade Média entre 2001 e 2011 ... 27
Gráfico 10 – Taxa de Mortalidade Infantil ... 28
Cartograma 5 – Saldo Migratório entre 1991 e 2011 ... 29
Tabela 4 – População Residente por Grupos Etários no Concelho de Vila do Conde entre 1991 e 2011 ... 31
Gráfico 11 – Estrutura etária da população residente entre 1991 e 2011 ... 32
Gráfico 12 – Índice de Jovens entre 1991 e 2011 ... 33
Gráfico 13 – Índice de Envelhecimento entre 1991 e 2011 ... 33
Gráfico 14 – Índice de Dependência em 1991, 2001 e 2011 ... 34
2. Mapeamento das respostas e equipamentos sociais do concelho
Cartograma 1 – Localização das IPSS's e das Conferências Vicentinas no concelho ... 35
Tabela 1 – Respostas Sociais para infância - creche, jardim de infância e ATL ... 36
Tabela 2 – Respostas sociais para crianças e jovens em risco e perigo ... 48
Tabela 3 – Instituições de Apoio à Terceira Idade ... 51
Quadro 1 – Medidas de intervenção propostas no diagnóstico ... 60
Quadro 2 – Respostas sociais a implementar no concelho ... 60
Tabela 4 – Instituições e respostas na área da deficiência ... 62
3. Caracterização da rede de serviços
Gráfico 1 – Variação da População Residente segundo o Nível de Escolaridade mais Elevado Completo (2001/2011) ... 71
Gráfico 2 – População Residente segundo Nível de Escolaridade mais Elevado Completo - 2011 ... 72
Tabela 1 – Taxa de retenção e desistência no ensino básico - 2011/2012 ... 72
Tabela 2 – Taxa de transição e conclusão no ensino secundário - 2011/2012 ... 72
Cartograma 1 – Localização dos equipamentos da rede educativa ... 73
Tabela 3 - Resultados das taxas de transição/retenção e taxa de abandono - 2013-14 ... 75
Gráfico 3 – Taxa de transição/ Conclusão na escola (2006-2011) ... 76
Gráfico 4 – Taxa de abandono (2003-2011) ... 76
Tabela 4 – Nº de alunos com escalão 2014/2015 ... 77
Tabela 5 – Aproveitamento positivo no 1º Ciclo EB ... 79
Tabela 6 – Taxas de sucesso escolar (2014/2015) ... 79
Tabela 7 – % de Alunos repetentes transitados e retidos ... 80
Tabela 8 – Número de alunos com Subsídio Escolar ... 80
Tabela 9 – Taxa de situação de abandono escolar ... 81
Tabela 10 – Taxa de Transição do 1º/ 2º/ 3º ciclo ... 82
Tabela 11 – Taxa de Retenção do 1º, 2º e 3ºciclos ... 82
Tabela 12 – Taxa de abandono ... 82
Tabela 13 – Beneficiários da Ação Social Escolar em 2012-2013; 2013-2014; 2014-2015 ... 83
Tabela 14 – Número de alunos com suplemento ... 83
Tabela 15 – Quadro resumo dos resultados escolares do agrupamento ... 84
Tabela 16 – Percentagem de alunos que transitaram com sucesso pleno em 2009-10 e 2010-11 ... 85
Tabela 17 – Abandono e desistência em 2009-10 e 2010-11 ... 85
Tabela 18 – Resumo dos alunos beneficiários da Ação Social Escolar ... 85

Tabela 19 – Taxa de transição, taxa de retenção, taxa de abandono e alunos dos escalões A e B ... 86
Cartograma 2 – Localização dos serviços e equipamentos de saúde no concelho ... 90
Tabela 20 – População inscrita por local e grupo etário ... 93
Tabela 21 – Número de consultas /Visitas domiciliárias (SIARS 2014) ... 94
Tabela 22 – USF's do concelho por freguesia, equipa e número de inscritos ... 95
Quadro 1 – Movimento consultas da URAP (SIARS 2014) ... 98
Gráfico 5 – Mapa de Pessoal do Centro Hospitalar ... 102
Tabela 23 – Número de Doentes Internados e Número de Camas por Serviço (2013/2014) ... 102
Tabela 24 – Serviços/especialidades do Centro Hospitalar Póvoa de Varzim/Vila do Conde ... 103
Tabela 25 – Número Total de Doentes Atendidos no S.U., por grupos etários e sexo ... 103
Tabela 26 – Número de Consultas em 2013/2014 ... 104
Tabela 27 – Doentes Psiquiátricos atendidos de 2012 a 2014 ... 105
Tabela 28 – Relatório de Indicadores UF no Período em Análise ... 106
Gráfico 6 – Evolução dos utentes em tratamento com residência em Vila do Conde ... 107
Tabela 29 – Perfis dos grupos alvo identificados (Plano de Intervenção) ... 108
Tabela 30 – Pontos fortes da rede de serviços e equipamentos de saúde ... 111
Tabela 31 – Distribuição das famílias por tipo de pedido (SS Vila do Conde – Serviço de Ação Social) ... 117
Tabela 32 – Tipo de Pedido: Apoio económico ... 117
Tabela 33 – Tipo de Pedido: Apoio em géneros ... 118
Tabela 34 – Tipo de Pedido: Produtos de apoio ... 118
Tabela 35 – Tipo de Pedido: Informação/Orientação ... 119
Tabela 36 – Tipo de Pedido: Integração em equipamentos sociais ... 119
Tabela 37 – Tipo de Pedido: Acesso a prestações/serviços ... 120
Gráfico 7 – Beneficiários do Rendimento Social de Inserção da Segurança Social: total e por grupo etário ... 121
Tabela 38 – Beneficiários do RMG e RSI da Segurança Social no total da população residente com 15 e mais anos (%) ... 121
Gráfico 8 – Beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido e Rendimento Social de Inserção da Segurança Social: total e por sexo. ... 122
Gráfico 9 – Distribuição dos beneficiários por sexo ... 122
Gráfico 10 – Naturalidade dos novos beneficiários ... 123
Gráfico 11 – Estado civil dos beneficiários ... 123
Gráfico 12 – Nível de escolaridade dos beneficiários ... 124
Gráfico 13 – Situação profissional ... 124
Gráfico 14 – A esmagadora maioria dos beneficiários está na tipologia habitacional de apartamento e casa/ moradia (158) ... 125
Gráfico 15 – Vulnerabilidades identificadas ... 125
Gráfico 16 – Potencialidades identificadas ... 126
Cartograma 3 – Serviços de apoio ao emprego ... 131
Tabela 39 – Desempregados por 100 empregados (%) segundo os Censos de 2011: total e por sexo ... 136
Gráfico 17 – Desempregados por 100 empregados segundo os Censos: total e por sexo ... 137
Tabela 40 – Desemprego registado no concelho de Vila do Conde – junho de 2015 ... 137
Tabela 41 – Desemprego registado no concelho de Vila do Conde – junho de 2014 ... 138
Tabela 42 – Desemprego registado no concelho de Vila do Conde por grupo etário – junho de 2015 ... 138
Tabela 43 – Desemprego registado no concelho de Vila do Conde por nível e escolaridade – junho de 2015 ... 139
Tabela 44– Desemprego registado no concelho de Vila do Conde – inscritos por género, ofertas e colocações – junho de 2015 ... 139
Tabela 45 – Desemprego registado no concelho de Vila do Conde por motivo de inscrição – junho de 2015 ... 139
Tabela 46 – Desemprego Registado ... 140
Tabela 47 – Inscritos ... 141
Tabela 48 – Taxa de emprego segundo os Censos: total e por grupo etário (%) ... 142
Tabela 49 – Taxa de atividade segundo os Censos: total e por sexo (%) ... 142
Tabela 50 – Empresas não financeiras: total e por sector de atividade económica ... 143
Tabela 51 – Valor acrescentado bruto das empresas não financeiras: total e por sector de atividade económica ... 143
Cartograma 4 – Serviços de apoio ao emprego ... 145
4. Fatores de risco de pobreza e exclusão social
Tabela 1 – Pensões da Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações no total da população residente com 15 e mais anos (%) ... 149
Gráfico 1 – Pensões da Segurança Social: total, de sobrevivência, de invalidez e de velhice ... 150
Tabela 2 – Subsídio por assistência à 3ª pessoa da Segurança Social ... 150
Tabela 3 – Abono de família para crianças e jovens da Segurança Social: número de beneficiários e descendentes ou equiparados ... 151

1. Dinâmica demográfica

Fonte: Trabalho efetuado pela Câmara Municipal de Vila do Conde em 2015

Vila do Conde é um concelho com a área de 14.903 hectares, onde residem 79.533 pessoas. A densidade populacional é de 533,7 habitantes por km^2, polifuncional e multidiversificado. Está infra estruturado, com excelente mobilidade e acessibilidade. A sua densidade ocupacional indica uma ocupação intensiva do espaço territorial.

A demografia do concelho reflete uma dinâmica de crescimento; 74.590 habitantes em 2001 para uma estimativa (INE) de 79.629 em 2014. Esta dinâmica traduz a atratividade demográfica do concelho capaz de atrair e fixar a população. No contexto nacional de decréscimo populacional e de perda quase generalizada de habitantes nos concelhos, Vila do Conde contraria esta tendência.

Como podemos verificar no quadro abaixo, a estrutura etária da população residente; é bastante jovem com uma proporção muito relevante de população no grupo etário dos 0 aos 14 anos e uma população residente com mais de 65 anos que representa 14% do total.

No que respeita ao envelhecimento o concelho de Vila do Conde acompanha a tendência nacional.

O agravamento do fenómeno do envelhecimento da população e o aumento dos níveis de escolaridade constituem os aspetos mais marcantes, da análise da estrutura demográfica deste período, no concelho de Vila do Conde, seguindo a tendência do país e da área metropolitana.

De salientar que a dinâmica de crescimento demográfico do concelho está ligada ao saldo migratório como fator de sustentabilidade. Como vimos, Vila do Conde é um concelho de atração de população mas a redução do saldo natural demonstra uma tendência de contração que irá, certamente, colocar questões de equilíbrio demográfico no concelho para as quais as respostas sociais e o dispositivo institucional se deverá preparar.

Um sinal marcante do bem-estar e qualidade de vida garantida pelos múltiplos serviços no concelho, é o aumento significativo da longevidade.

Em termos da organização do espaço e do território é um facto marcante, neste período, o reordenamento administrativo que reduziu para 21 o número de freguesias no concelho. A dinâmica populacional nestes novos territórios cria um novo quadro de análise; em termos gerais verificamos a diminuição da população em seis freguesias e o seu aumento nas restantes quinze.

As freguesias que aumentaram a população são: Árvore (com o maior aumento percentual como vimos), UF Touguinha e Touguinhó, Vila do Conde e Labruge, enquanto Aveleda, UF Bagunte, Ferreiró, Outeiro Maior e Parada, UF Fornelo e Vairão, Modivas, Fajozes perdem população neste período (1991 a 2011).

Em resumo, poder-se-á afirmar que se vem verificando, nas últimas décadas, uma concentração da mortalidade no grupo etário dos 80 e mais anos, na proporção da redução da mortalidade nos restantes grupos etários. É este modelo de mortalidade que explica o significativo envelhecimento da população, no topo da pirâmide etária (uma vez que na base da pirâmide, a principal causa está nos valores significativamente baixos da fecundidade), bem como o notável aumento da longevidade de vida da população residente.

A dinâmica de contração da população produz, no curto e médio prazo, um impacto na gestão dos equipamentos de utilização coletiva, sobretudo dos equipamentos escolares. São necessárias medidas de reequilíbrio definido uma estratégia de atratividade populacional compensatória desta tendência que garanta a estabilidade demográfica no curto prazo e medidas estruturais de reequilibro demográfico através do aumento da fecundidade e natalidade que garantam a sustentabilidade no longo prazo.

As freguesias que constituem e caracterizam o concelho de Vila do Conde (tabela 1) são as seguintes com as respetivas áreas e população. Verificamos a significativa concentração populacional na freguesia urbana de Vila do Conde que representa cerca de 30% do total da população.

Tabela 1 - Áreas de Freguesias de Vila do Conde

FREGUESIA	ÁREA (KM^2)	População Residente 2011 (nº)
Vila do Conde - Concelho	14,903 Km^2	79533
Árvore	6,56	5196
Aveleda	3,7	1314
Azurara	2,16	2305
Fajozes	5,96	1425
Gião	5,66	1756
Guilhabreu	6,46	2357
Junqueira	6,83	2019
Labruge	5,07	2806
Macieira da Maia	5,93	2321
Mindelo	5,74	3491
Modivas	4,1	1806
Vila Chã	4,81	3094
Vila do Conde	6,78	28636
Vilar de Pinheiro	3,78	2537
União de Freguesias de Bagunte, Ferreiró, Outeiro Maior e Parada	21,86	2848
União de Freguesias de Fornelo e Vairão	10,85	2643
União de Freguesias de Malta e Canidelo	5,47	2291
União de Freguesias de Retorta e Tougues	6,55	2052
União de Freguesias de Rio Mau e Arcos	15,7	2681
União de Freguesias de Touguinha e Touguinhó	7,72	3386
União de Freguesias de Vilar e Mosteiró	7,33	2569

1.1. Evolução da População e Ritmos de Crescimento

O concelho de Vila do Conde contava em 1991 com uma população residente de 64 836 habitantes e em 2011 com 79 533, resultando num aumento de 14 697 indivíduos, o que corresponde a um acréscimo da população de 22,7%.

Conforme se pode verificar pelo quadro dos principais indicadores da evolução demográfica, o crescimento da população residente do concelho mais que duplicou o crescimento da população do Grande Porto e mais que triplicou o crescimento verificado no país, para o mesmo período.

Tabela 2 – Principais Indicadores da Evolução Demográfica entre 1991 e 2011
FONTE: CMVC, 2014. Fonte dos dados: INE, Censos de 1991, 2001 e 2011

(Nomenclatura - Crescimento Efetivo da População (C.E.) corresponde à soma dos Saldos Natural e Migratório, num dado período de tempo.
Saldo Natural ou Fisiológico (S.N.) é a diferença entre o número de nascimentos e de óbitos num dado período de tempo
Saldo Migratório (S.M.) é a diferença entre o número de imigrantes (entradas) e o número de emigrantes (saídas), num dado período de tempo)
FONTE: CMVC, 2014. Fonte dos dados: INE, Censos de 1991, 2001 e 2011

Principais Indicadores da Evolução Demográfica entre 1991 e 2011				
	Vila Conde	**Grande Porto**	**Região Norte**	**Portugal**
População 1991	64836	1167800	3472715	9867147
População 2011	79533	1287282	3689682	10562178
Variação Absoluta da População (1991-2011)	14697	119482	216967	695031
Variação Relativa da População (1991-2011)	22,7	10,2	6,2	7,0
Saldo Natural (1991 - 2011)	6003	64518	166904	102000
Saldo Migratório (1991 - 2011)	8695	54967	50063	593031
Crescimento Efetivo (1991-2011)	14697	119485	216967	695031
Taxa Crescimento Natural (1991-2011)	8,3	5,3	4,7	1,0
Taxa Crescimento Migratório (1991-2011)	12,0	4,5	1,4	5,8
Taxa Crescimento Efetivo (1991-2011)	20,4	9,7	6,1	6,8
Taxa Crescimento Médio Anual (1991-2011)	1,4	0,8	0,6	0,5
População Média (1991 - 2011)	72185	1227541	3581199	10214663

O crescimento efetivo da população[1] entre 1991 e 2011 em Vila do Conde beneficiou dos valores positivos dos saldos natural[2] e migratório[3], mas com pesos percentuais diferentes. Dos 14 697 indivíduos correspondentes ao acréscimo populacional neste período, cerca 41% deste crescimento resultou do saldo natural e um pouco mais de 59% do saldo migratório.

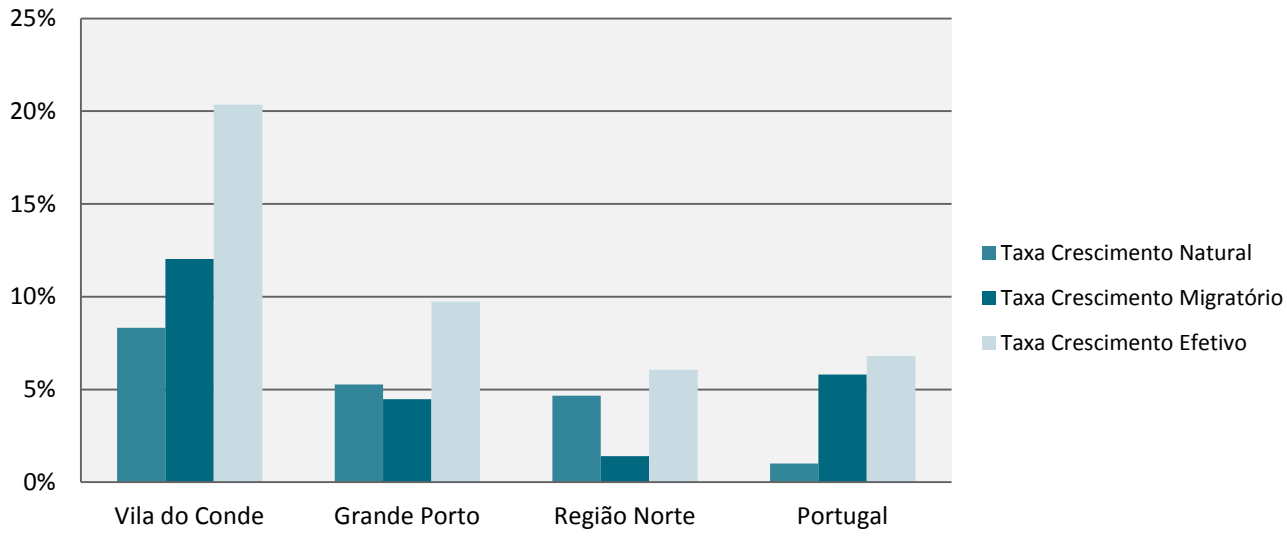
[1] *Também pode ser obtido pela diferença entre a população residente num momento t1 e a população residente num momento t0. (C.E. = S.N. + S.M).*
[2] *Saldo Natural ou Fisiológico (S.N.) é a diferença entre o número de nascimentos e de óbitos num dado período de tempo. (S.N. = Nados Vivos – Óbitos).*
[3] *Saldo Migratório (S.M.) é a diferença entre o número de imigrantes (entradas) e o número de emigrantes (saídas), num dado período de tempo. Pode ser quantificado de forma indireta, pela diferença entre o Crescimento Efetivo da População e o Saldo Natural.*

Quer o saldo migratório que registou uma taxa de 12%, quer o saldo natural, que registou uma taxa de 8,3% atingiram para o período em análise valores significativamente superiores aos das outras unidades territoriais de referência.

A leitura do gráfico nº 1 permite concluir que os fluxos migratórios foram determinantes para os ritmos de crescimento demográfico atingidos neste período na generalidade do país e, particularmente em Vila do Conde. Verificamos também a inflexão negativa da taxa e crescimento natural que traduz uma tendência estrutural para diminuição da população, que será sobretudo percetível a médio prazo ou no próximo período censitário.

Gráfico 1 – Taxas de crescimento Natural, Migratório e Efetivo entre 1991 e 2011

Fonte: CMVC, 2014
Fonte dos dados: INE, Censos de 1991 e 2001



Em síntese, poder-se-á afirmar que as diversas unidades geográficas de referência apresentaram, para o período em análise (1991-2011), ritmos de crescimento próximos, variando as suas taxas de crescimento médio anual entre os 0,5% em Portugal, 0,6% na Região Norte e 0,8% no Grande Porto. Por sua vez, o concelho de Vila do Conde conheceu uma taxa de crescimento médio anual próxima de 1,4%.

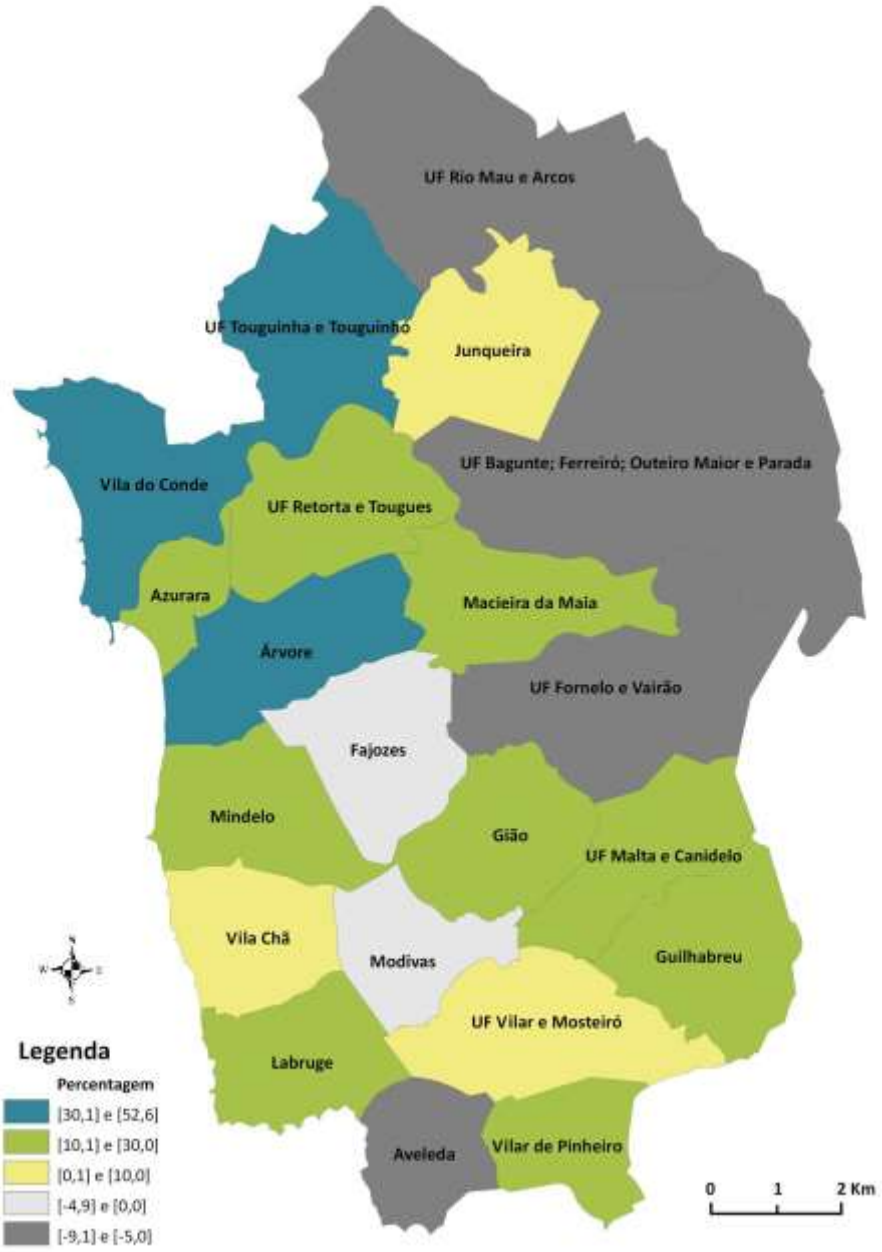
O cartograma nº 1 representa a variação da população no concelho de Vila do Conde, entre 1991 e 2011, de acordo com o novo reordenamento administrativo que reduziu a 21 o número de freguesias. Da sua observação pode-se constatar que 15 freguesias aumentaram a sua população residente e 5 freguesias, viram as respetivas populações diminuídas.

Das freguesias que aumentaram a população, Árvore (52,6%), UF de Touguinha e Touguinhó (44,3%), Vila do Conde (43,3%) e Labruge (30,0%) tiveram um acréscimo populacional acima dos 30%. Contrariamente, as freguesias de Aveleda (-9,1%), UF Bagunte, Ferreiró, Outeiro Maior e Parada (-8,1%), UF Fornelo e Vairão (-6,1%), UF Fornelo e Vairão (-5,1%), Modivas (-4,3%) e Fajozes (-2,2%) constituem as freguesias que registaram decréscimos populacionais, no período de 1991 a 2011.

Cartograma 1 – Variação da população residente no concelho de Vila do Conde entre 1991 e 2011

Fonte: CMVC, 2014

Fonte: INE, Censos de 1991 e 2001



Uma vez que o período em análise compreende os resultados de dois períodos intercensitários, para uma análise mais detalhada importa compreender qual o comportamento demográfico intercensitário para cada freguesia.

Considerando o conjunto das freguesias que apresentaram uma redução da população entre 1991 e 2011 verificaram-se duas situações:

a. Três freguesias tiveram um decréscimo populacional, nos dois períodos intercensitários, revelando já um período consistente (20 anos) de diminuição demográfica. A UF de Fornelo e Vairão evidenciou uma desaceleração da perda de população entre o primeiro e o segundo período intercensitários, enquanto a UF de Bagunte, Ferreiró, Outeiro Maior e Parada e a UF Rio Mau e Arcos, conheceram uma aceleração do processo de despovoamento, do primeiro para o segundo período intercensitário;

b. Nas restantes três freguesias – Fajozes, Modivas e Aveleda, verificou-se uma inversão da evolução demográfica, com crescimentos populacionais fracos no primeiro período, a que se seguiram significativas perdas populacionais, no segundo período intercensitário.

Considerando agora o conjunto das freguesias que apresentaram um crescimento da população entre 1991 e 2011 podemos verificar as seguintes situações:

a. Três freguesias aumentaram o seu ritmo de crescimento demográfico, entre o primeiro e o segundo período intercensitários: Macieira da Maia, UF de Retorta e Tougues e Gião;

b. Sete freguesias diminuíram o seu ritmo de crescimento demográfico, entre o primeiro e o segundo período intercensitários: Vila do Conde, Mindelo, Azurara, UF de Touguinha e Touguinhó, Árvore, Labruge e UF de Malta e Canidelo. Esta foi também a tendência verificada para o concelho de Vila do Conde;

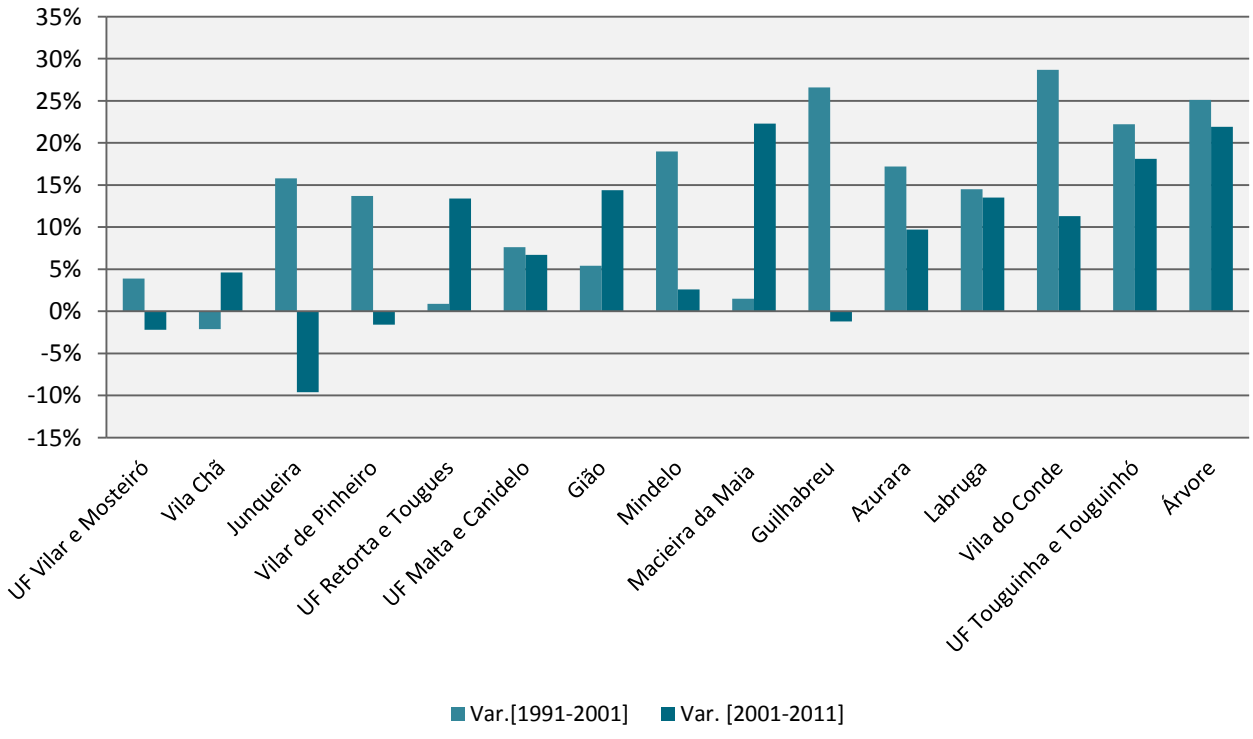
c. Uma única freguesia inverteu positivamente o sentido da evolução demográfica: Vila Chã;

d. Quatro freguesias inverteram negativamente o sentido da evolução demográfica: Guilhabreu, Junqueira, Vilar do Pinheiro e UF Vilar e Mosteiró.

Gráfico 2 – Freguesias em Crescimento Demográfico entre 1991 e 2011

Fonte: CMVC, 2014

Fonte dos dados: INE, Censos de 1991 e 2001



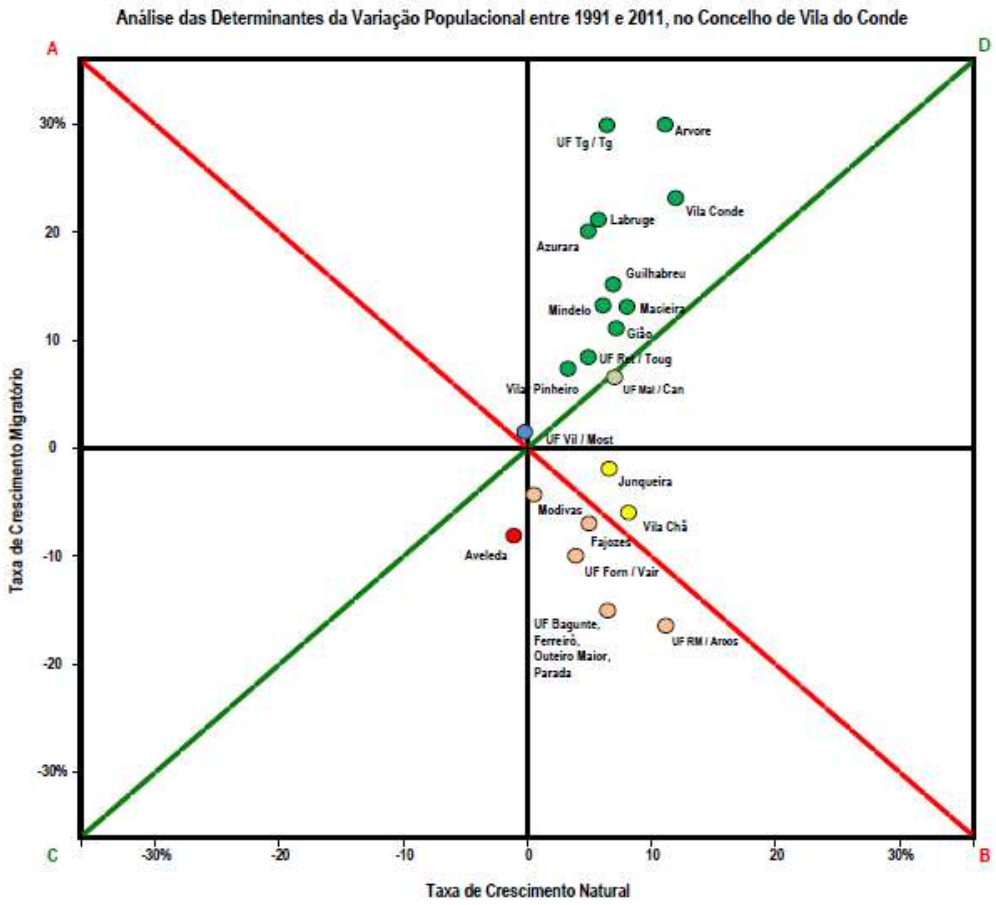
Conhecido o resultado do crescimento efetivo demográfico, importa avaliar qual o peso que as principais determinantes da variação da população tiveram no concelho e em cada uma das freguesias.

Para o efeito determinou-se o valor do saldo natural para cada freguesia, pela diferença entre os nascimentos e os óbitos ocorridos no período intercensitário de 1991 e 2001. Determinados o crescimento efetivo e o saldo natural para cada freguesia, obteve-se os valores dos respetivos saldos migratórios através da "equação da concordância".

Saldo Migratório$_{[1991\text{-}2011]}$ = (Pop.$_{2011}$ – Pop.$_{1991}$) – Saldo Natural$_{[1991\text{-}2011]}$

Deste modo foi possível compreender melhor o peso e a importância que os movimentos naturais e migratórios tiveram no reordenamento populacional do concelho, bem como as tendências da evolução populacional para cada freguesia.

Diagrama 1 – Análise das determinantes da Variação populacional entre 1991 e 2011 no concelho de Vila do Conde



LEGENDA
AB - Variação Populacional Nula
CD - Equivalência dos Saldos Natural e Migratório
Crescimento demográfico explicado exclusivamente pelo Saldo Migratório
Crescimento demográfico explicado principalmente pelo Saldo Migratório mas, complementado pelo Saldo Natural
Crescimento demográfico explicado principalmente pelo Saldo Natural mas, complementado pelo Saldo Migratório
Crescimento demográfico explicado exclusivamente pelo Saldo Natural
Decréscimo demográfico explicado exclusivamente pelo Saldo Migratório
Decréscimo demográfico explicado principalmente pelo Saldo Natural mas, complementado pelo Saldo Migratório

O diagrama resume essas determinantes, tomando como referência as respetivas taxas de crescimento natural e migratório, cujas principais conclusões são as seguintes:

a. Um grupo constituído por 11 freguesias (representadas no gráfico com cor verde) viram a sua população aumentar, sobretudo em resultado dos fluxos migratórios positivos, embora registassem também a componente natural positiva;

b. Situação também de expansão demográfica, mas exclusivamente à conta do saldo natural, conheceram as freguesias de Junqueira e Vila Chã;

c. A União das Freguesias de Malta e Canidelo teve um crescimento demográfico, repartindo-se as determinantes da variação populacional, praticamente de forma equitativa;

d. Finalmente Aveleda foi uma das 2 freguesias do concelho que apresentou um saldo natural negativo, embora o saldo migratório compensasse essa perda de população;

e. Das 6 freguesias que conheceram um decréscimo populacional, em cinco delas (Modivas, Fajozes, UF de Fornelo e Vairão, UF de Rio Mau e Arcos e a UF de Bagunte, Ferreiró, Outeiro Maior e Parada), tal decréscimo deveu-se exclusivamente aos saldos migratórios, que superaram os saldos naturais;

f. Aveleda foi a única freguesia que conheceu no período de 1991-2011, saldo natural e saldo migratório negativos.

Duas notas finais a concluir a análise deste diagrama. Verifica-se uma maior amplitude dos valores, no eixo das taxas do Saldo Migratório, que varia entre os (-17%) na UF de Rio Mau e Arcos e os (30%) na freguesia de Árvore, do que das taxas do Saldo Natural, que varia entre os (-1%) em Aveleda e os (12%) na sede do concelho. Tal parece confirmar a primazia dos fluxos migratórios relativamente ao movimento fisiológico, no processo de expansão demográfica que o concelho vem conhecendo ao longo das últimas décadas.

Por outro lado, os movimentos migratórios internos ao concelho, que representam cerca de 18% do valor do Saldo Migratório do concelho, parecem ter um papel significativo no padrão final do reordenamento demográfico intercensitário, justificando a amplitude dos valores migratórios, anteriormente referida.

1.2. Natalidade e Fecundidade

A natalidade quantifica a frequência dos nascimentos ocorridos no conjunto da população residente, num dado período de tempo. O indicador mais utilizado pela sua facilidade de utilização, para quantificar a natalidade é a Taxa bruta de natalidade (TBN), que relaciona o número de nados-vivos com a população média, num dado período de tempo.

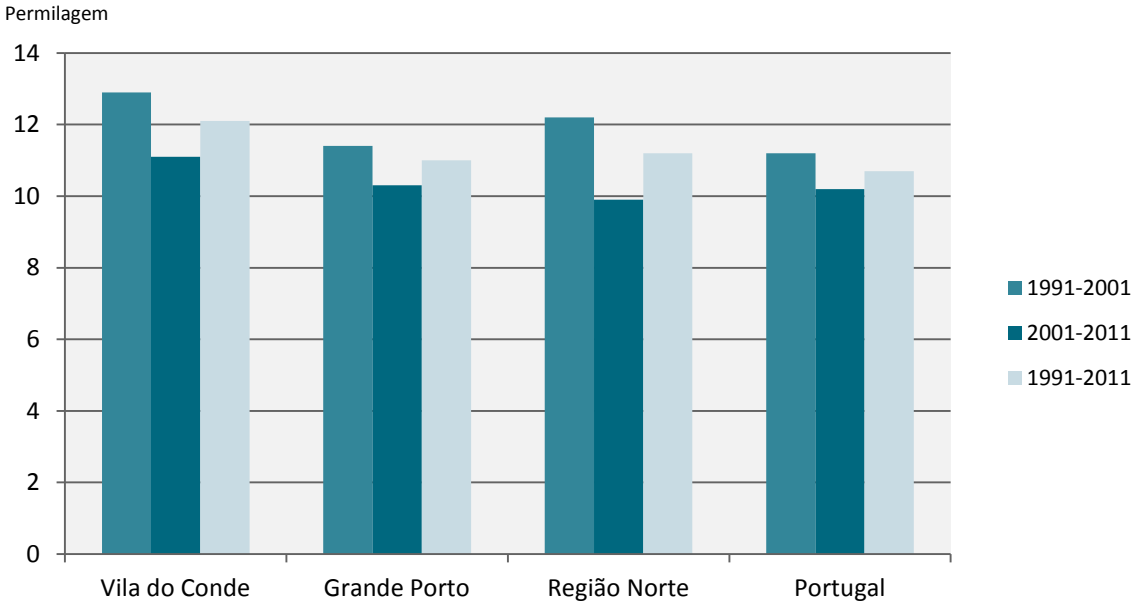
As taxas de natalidade nas diversas unidades territoriais, em Portugal, têm vindo a diminuir ao longo das últimas décadas, constituindo a principal causa de diminuição dos efetivos populacionais, na base da estrutura etária.

A TBN para o concelho de Vila do Conde, entre 1991 e 2011 foi de 12,14 óbitos, por cada mil indivíduos da população residente. Para o mesmo período, o mesmo indicador atingiu 10,92%, no Grande Porto, 11,18% na Região Norte e 10,75% no País.

O gráfico da Taxa bruta da natalidade compara os períodos intercensitários de 1991-2001 e 2001-2011, apresentando ainda, o mesmo indicador para o período de 1991-2011. Em todas as unidades geográficas de referência verificou-se uma diminuição da TBN, entre os dois momentos censitários, que variou entre (-1%) no País e (-2,3%) na Região Norte. Vila do Conde conheceu uma redução (-1,9%).

Gráfico 3 – Taxa bruta e Natalidade

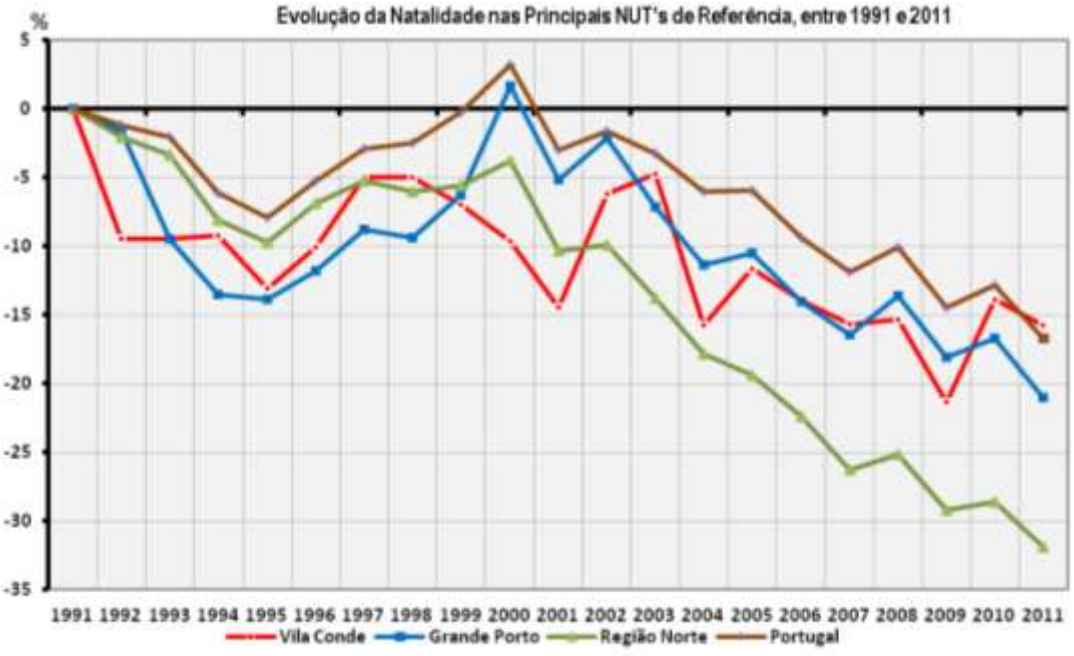
Fonte: CMVC, 2014.
Fonte dos dados: INE, Censos e Anuários Estatísticos



Para melhor visualizar a evolução da natalidade em Portugal, nas últimas décadas, o gráfico seguinte mostra a variação relativa, ano a ano, com dados de referência ao ano de 1991.

Gráfico 4 – Evolução da Natalidade nas principais NUT's de Referencia entre 1991 e 2011

Fonte: CMVC, 2014.
Fonte dos dados: INE, Anuários Estatísticos



Verifica-se através deste gráfico que a evolução da natalidade em todas as unidades territoriais de referência apresenta uma tendência para a sua diminuição. Em 2011, essa redução do número de nascimentos atingia

cerca de 15% no município de Vila do Conde, ligeiramente menor que a da média do País. Contudo, no Grande Porto a redução dos nascimentos ultrapassou os 20% e na região Norte atingiu 1/3 dos mesmos.

Evolução nas freguesias

Entre 1991 e 2011, a Taxa bruta da natalidade no concelho de Vila do Conde variou entre os cerca de 8 nascimentos por cada mil indivíduos na freguesia de Aveleda, e os 14,4% na freguesia de Vila do Conde.

As TBN mais elevadas verificaram-se nas freguesias de Árvore e Vila Conde, com elevada capacidade de atração de população e nas freguesias do interior a norte do concelho, com características marcadamente rurais, como a União das Freguesias de Rio Mau e Arcos e Junqueira, freguesias que tradicionalmente apresentam taxas de natalidade mais elevadas.

As TBN para o período 1991-2011 atingiram os valores mais baixos do concelho, nas freguesias de Aveleda com cerca de 8% e de Modivas com cerca de 9%. Outras 3 freguesias registaram taxas abaixo dos 10% – União das freguesias de Vilar e Mosteiró (9,28%), Azurara (9,42%) e União das freguesias de Retorta e Tougues (9,87%).

Se considerarmos o intervalo de tempo entre de 2001 e 2011, o período intercensitário mais recente, a redução foi ainda maior, tendo-se verificado taxas de natalidade abaixo dos 9% em 7 freguesias – União das freguesias de Vilar e Mosteiró, Vilar de Pinheiro, Junqueira, Guilhabreu, Modivas, Azurara e Aveleda, esta última registando uma TBN de 6,37%.

Cartograma 2 – Taxa Bruta da Natalidade Média entre 1991 e 2011

Fonte: CMVC, 2014
Fonte dos dados: INE, Censos 1991, 2001 e 2011
(A fecundidade mede o número de nascimentos, no conjunto das mulheres em idade considerada fértil [15 – 49 anos])

O declínio até níveis muito baixos e o adiamento da fecundidade são caraterísticas marcantes da dinâmica demográfica e Vila do Conde que também nesta variável alinha com a região e o país. A fecundidade é a variável da sustentabilidade e dinâmica do território. A sua oscilação, neste caso negativa, tem efeitos consideráveis na organização sócio económica o concelho.

Os indicadores mais utilizados para aferir a fecundidade são a Taxa de Fecundidade Geral (TFG) e o Índice Sintético de Fecundidade (ISF), que relacionam o número de nascimentos num determinado período de tempo, com a população feminina com idade entre os 15 e os 49 anos.

O declínio da fecundidade tem sido uma das caraterísticas marcantes das dinâmicas demográficas, a partir da segunda metade do século passado, nos países europeus e sobretudo em Portugal, que a partir de 2012 passou a ser o país da União Europeia com a mais baixa taxa de fecundidade.

Tabela 3 – Indicadores de fertilidade
Fonte: CMVC, 2014
Fonte dos dados: INE, Censos 2001 e 2011

Indicadores de Fecundidade						
	Taxa de Fecundidade Geral			Índice Sintético de Fecundidade		
	(permilagem)			nº crianças vivas / mulher [15-49 anos]		
	2001	2011	Variação	2001	2011	Variação
Portugal	42,5	38,1	-4,4	1,49	1,33	-0,16
Região Norte	41,5	34,8	-6,7	1,45	1,22	-0,23
Grande Porto	42,5	36,3	-6,2	1,44	1,28	-0,16
Vila do Conde	43,3	39,6	-3,7	1,52	1,39	-0,13

De acordo com o quadro apresentado, entre 2001 e 2011, todas as unidades territoriais de referência tiveram diminuições das TFG, que variaram entre os -3,7% no concelho de Vila do Conde e os -6,7% na Região Norte. Recorde-se que estas descidas são cumulativas às do período 1991 – 2001, o que reforça a importância dos valores verificados.

De igual modo, os ISF conheceram reduções que variaram entre as 13 centésimas no concelho de Vila do Conde e as 23 centésimas na Região Norte, atingindo valores significativamente baixos em 2011[4].

É expectável que o valor ISF possa conhecer alguma estabilização e mesmo uma inversão da tendência nos próximos anos, quer para o concelho, quer para o país em geral. Ainda assim, dado o longo período que estes níveis de fecundidade vêm permanecendo abaixo do nível de sustentabilidade, mesmo que haja uma inversão da tendência, alguns efeitos jamais poderão ser ultrapassados no curto e médio prazo: o acentuado envelhecimento da população, bem como um significativo impacto social e económico, que este fenómeno demográfico já se faz sentir e que se agravará nos próximos anos.

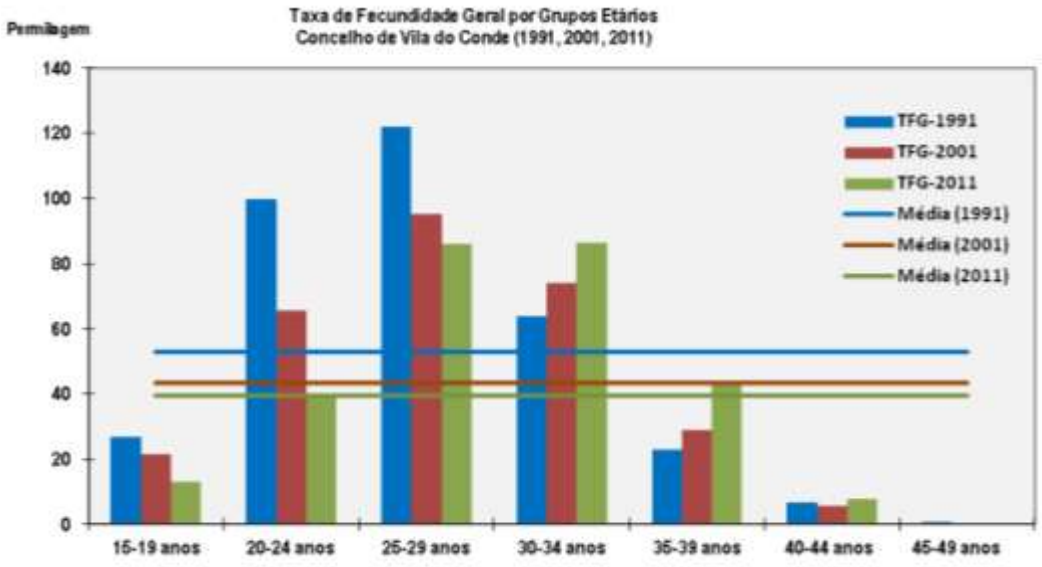
O gráfico seguinte que mostra as taxas de fecundidade por grupos etários das mulheres em idade considerada fértil, no concelho de Vila do Conde, para os anos de 1991, 2001 e 2011, aponta para um adiamento generalizado da parentalidade. As taxas de fecundidade aumentam nos escalões etários mais avançados, dos 30 aos 44 anos (a fecundidade no grupo etário 45-49 anos é tradicionalmente residual) e diminui nos grupos mais jovens, dos 15 aos 29 anos. Este é um movimento de transferência da fecundidade para uma idade mais avançada é um indicador de desenvolvimento, normalmente associado a expetativa e progressão social. Só com efeitos corretivos esta tendência ao nível da qualificação de serviços, acessibilidade às creches e infantários, qualidade geral e bem-estar social no concelho se poderão criar estímulos para inverter esta tendência.

[4] *Os demógrafos consideram o valor de 2,1para o ISF, como limiar mínimo da substituição das gerações e o valor de 1,5 como limiar crítico para a manutenção da população de um território, que somente poderia ser compensada com um forte fluxo imigratório.*

Gráfico 5 – Taxa de fecundidade Geral por Grupos Etários entre 1991 e 2011

Fonte: CMVC, 2014

Fonte dos dados: INE, Censos 2001 e 2011

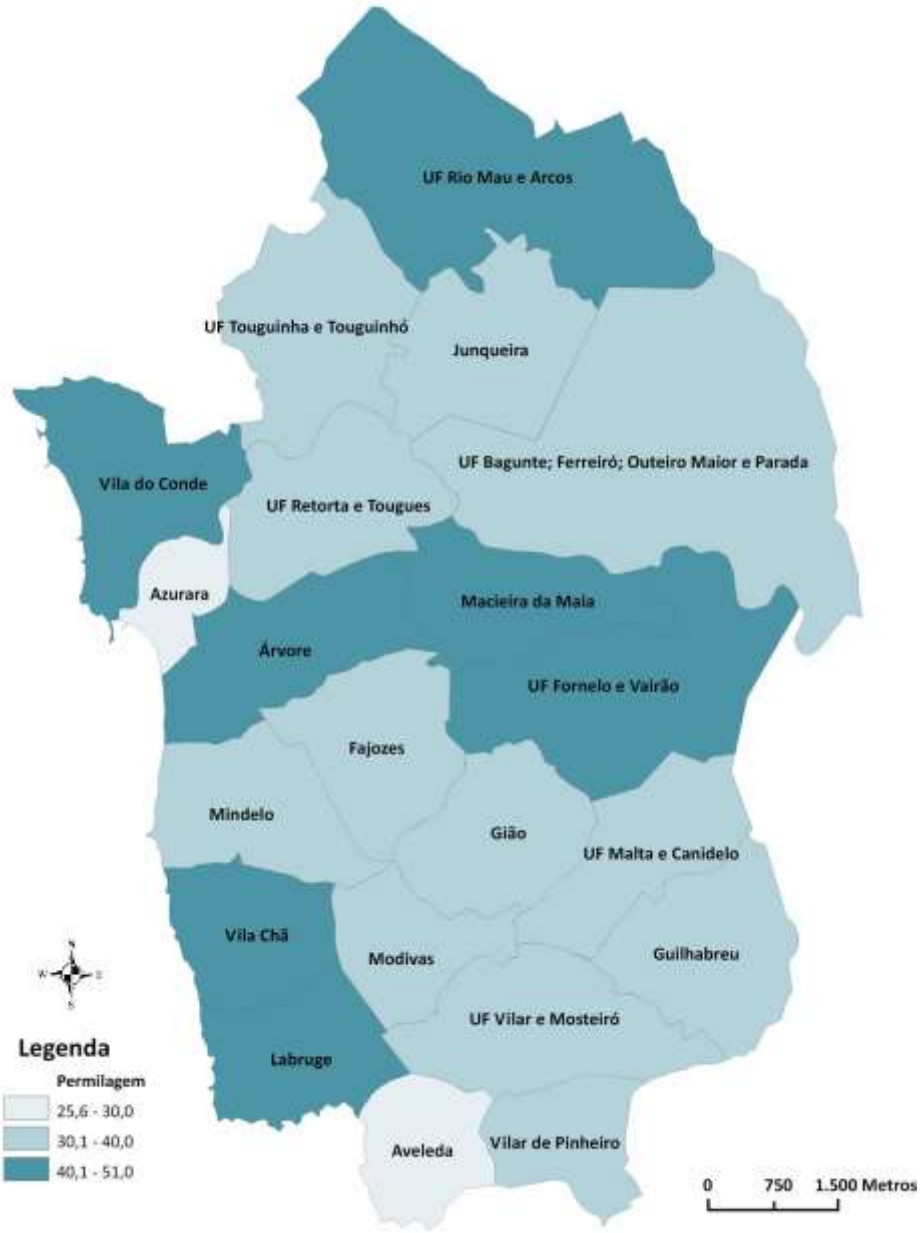


O cartograma seguinte sintetiza a distribuição da taxa de fecundidade geral média, para o período intercensitário de 2001 a 2011, no concelho de Vila do Conde, cujo valor médio foi de 42,1%.

Cartograma 3 – Taxa de Fecundidade Geral Média entre 2001 e 2011

Fonte: CMVC, 2014

Fonte dos dados: INE, Censos 2001 e 2011



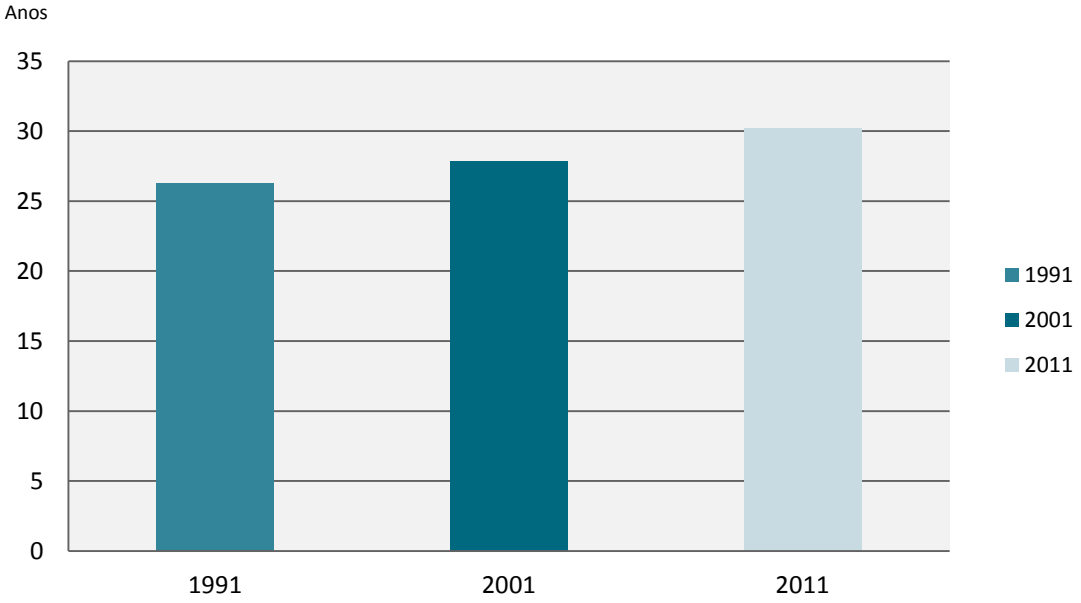
As taxas de fecundidade mais elevadas verificaram-se nas freguesias de Árvore (51,0%), de Vila do Conde (47,2%) e de Macieira da Maia (45,9%), enquanto as taxas mais baixas foram observadas nas freguesias de Aveleda (25,6%) e Azurara (30,0%).

O aumento da idade média da mulher, ao nascimento de um filho, constitui outra das características da mudança de comportamentos perante a fecundidade, no país. O gráfico seguinte mostra a evolução deste indicador de fecundidade, no concelho de Vila do Conde.

Em ambos os períodos intercensitários verificou-se um aumento da idade média da mulher ao nascimento de um filho, tendo aumentado de 26,3 anos em 1991, para 27,9 em 2001 e, para 30,2 anos em 2011.

Merece realce, o facto de que, em ambos os períodos intercensitários não só se verificou um aumento da idade média da mulher ao nascimento de um filho, como se deu uma aceleração deste fenómeno. Entre 1991 e 2001 as mulheres retardaram a idade média ao nascimento de um filho em 1,6 anos, enquanto no segundo período intercensitário o adiamento registado foi de 2,3 anos.

Gráfico 6 – Idade média da mulher ao nascimento de um filho, no concelho de Vila do Conde
Fonte: CMVC, 2014
Fonte dos dados: INE, Censos 1991, 2001 e 2011



1.3. Mortalidade

A principal característica da mortalidade ao longo do séc. XX tem sido o seu declínio, atingindo níveis nos países desenvolvidos que vêm revelando alguma estabilidade, nas últimas duas décadas.

O processo mais simples e usual de quantificar a mortalidade é através da taxa bruta de mortalidade (TBM), que consiste em dividir o número de óbitos pela população média, num determinado período de tempo.

Após algumas décadas de redução das TBM, verificadas ao longo da segunda metade do séc. XX em Portugal, aquelas tendem a estabilizar em valores próximos dos 10 óbitos por cada mil indivíduos.

O gráfico seguinte, que mostra as TBM ponderadas para os períodos intercensitários [1991-2001] e [2001-2011], nas unidades territoriais de referência, sugere desde logo, duas observações:

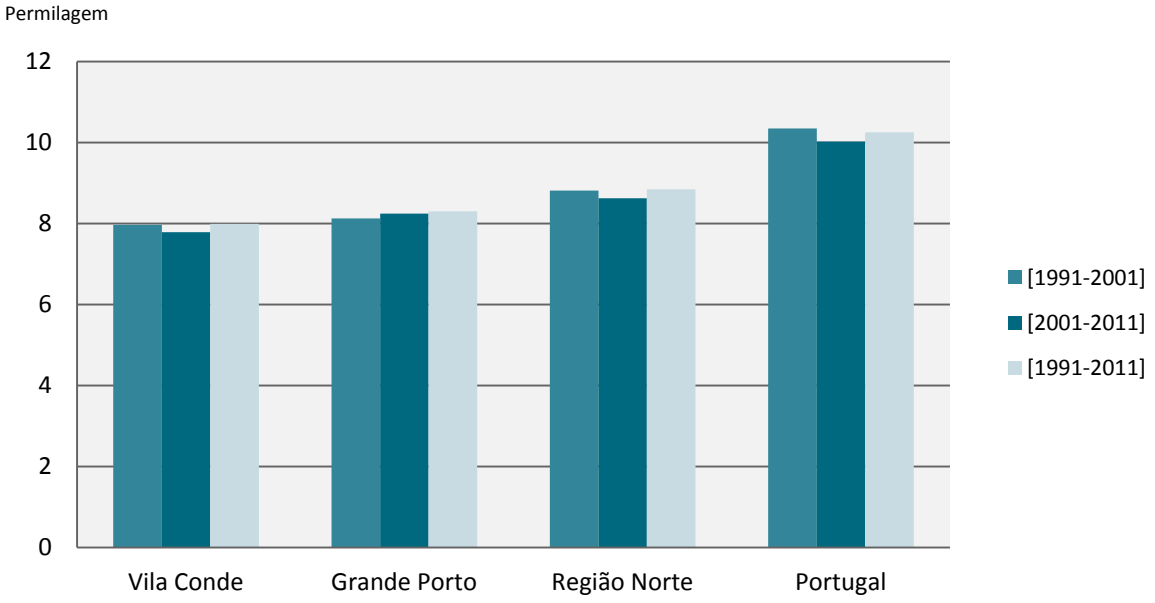
a. A pequena oscilação dos valores intercensitários da TBM, em todas as unidades territoriais representadas no gráfico, permitindo extrapolar uma tendência de estabilidade deste indicador de mortalidade, nas últimas décadas;

b. As TBM do concelho de Vila do Conde são mais reduzidas, que as médias nacionais, em cerca de 2%, aproximando-se mais dos valores do Grande Porto.

A TBM média do concelho, ponderada para o período de 1991-2011 foi de 7,99%, valor duas décimas inferior à registada no Grande Porto e cerca de 2% à verificada no País.

Gráfico 7 – Taxa Bruta e mortalidade entre 1991 e 2011

Fonte: CMVC, 2014
Fonte dos Dados: INE, Censos 1991, 2001 e 2011



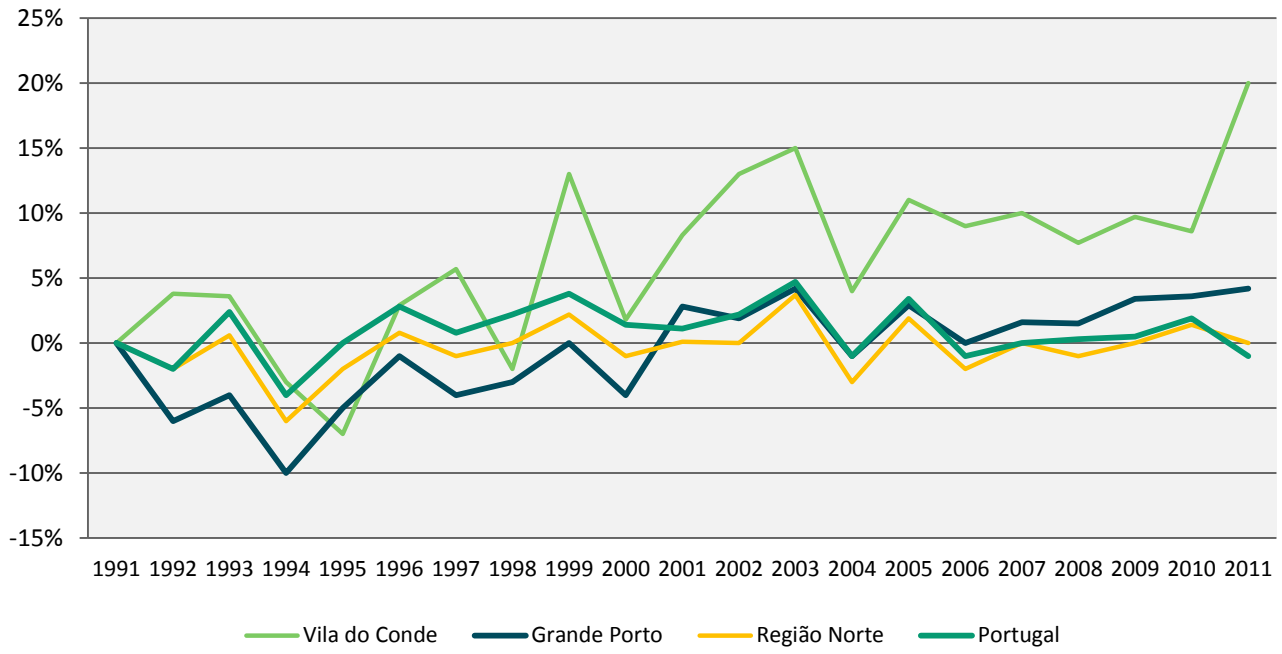
Sendo a TBM uma função do número de óbitos de uma população e da dimensão desta, justifica-se uma observação sobre a evolução da mortalidade, traduzida no número de óbitos anuais, ao longo do período em análise (1991-2001). Tal é o objetivo do gráfico que se segue, que permite uma leitura da variação interanual dos óbitos nas diversas unidades territoriais de referência.

Apesar das oscilações interanuais são percetíveis dois tipos de tendência:

a. No Grande Porto, Região Norte e em Portugal verifica-se uma tendência para estabilidade da mortalidade. Os últimos dados representados, referentes a 2011, apresentam uma variação em relação aos valores de 1991, que se situam entre -1% em Portugal, -0,9% na Região Norte, e os 4,25% no Grande Porto;
b. No concelho de Vila do Conde verifica-se uma tendência para o aumento do número de óbitos. Efetivamente, a partir de 1999, os valores da variação da mortalidade no concelho, tendem a afastar-se em alta, cerca de 10%, relativamente ao valor inicial de 1991. Tal vem acontecendo entre 2005 e 2010, sendo que no ano de 2011, o afastamento ao valor inicial ultrapassou os 20%.

Gráfico 8 – Evolução da mortalidade entre 1991 e 2011

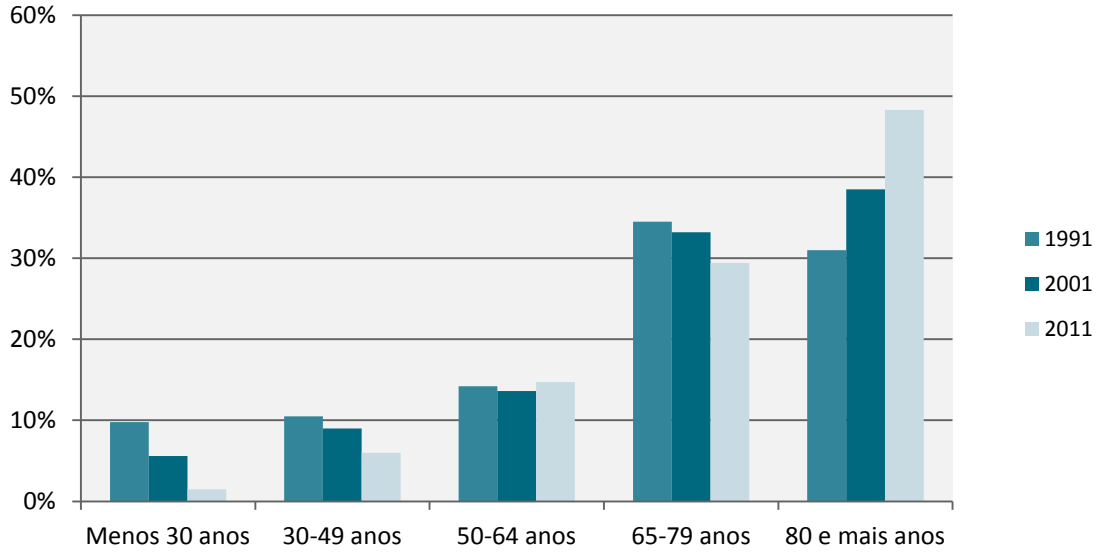
Fonte: CMVC, 2014
Fonte dos Dados: INE, Censos 1991, 2001 e 2011



Contudo, mais do que a frequência dos óbitos, a alteração do modelo da mortalidade constitui o traço mais marcante da sua evolução, nas últimas décadas, conforme se pode observar no gráfico seguinte, que assinala a mortalidade pelos diferentes grupos etários, no concelho.

Gráfico 9 – Modelo da Mortalidade no Concelho de Vila do Conde em 1991, 2001 e 2011

Fonte: CMVC, 2014
Fonte dos Dados: INE, Censos 1991, 2001 e 2011



No concelho de Vila do Conde, em 1991, os óbitos de pessoas com menos de 30 anos representaram cerca de 10% da mortalidade verificada naquele ano, enquanto em 2011, a mortalidade do mesmo grupo etário caiu para 1,5%. Um comportamento no mesmo sentido, embora com uma redução menos expressiva, verificou-se na mortalidade do grupo etário dos 30-49 anos.

No topo da pirâmide etária verifica-se uma tendência da mortalidade, contrária à da base da pirâmide. Assim, a mortalidade nos indivíduos com 80 e mais anos representou em 1991, cerca de 30% da totalidade da mortalidade daquele ano, quando em 2011, os óbitos no mesmo grupo etário ultrapassou 48% da mortalidade desse ano.

No contexto do concelho de Vila do Conde já havia sido referido que a TBM, para o período de 1991-2011 foi de 7,9%, verificando-se uma variação entre os 6,9 óbitos por cada mil indivíduos na freguesia de Azurara e os 9,5% na freguesia de Junqueira.

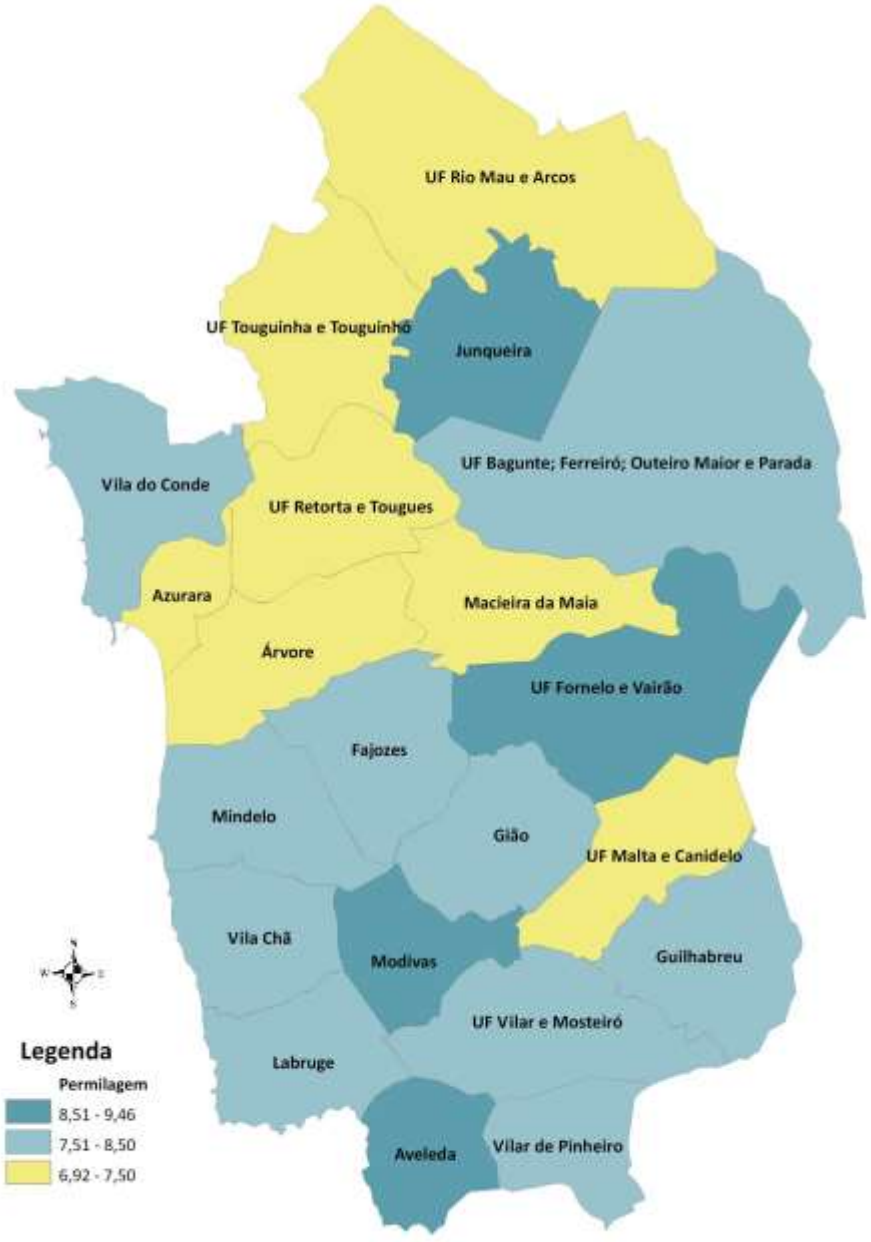
As TBM mais elevadas, para além da Junqueira - única freguesia que registou valores acima dos 9% - verificaram-se em Modivas (8,84%), na União das freguesias de Fornelo e Vairão (8.75%), e Aveleda (8,55%). Os valores mais baixos da TBM, observaram-se nas freguesias de Azurara com 6,92% e de Árvore com 7,15%.

O cartograma seguinte reproduz a distribuição das TBM ponderadas para o período de 1991-2011, no concelho de Vila do Conde. Quatro freguesias registaram TBM com valores que variaram entre os 8,5% e os 9,5% e as restantes freguesias com TBM mais baixas, cujos valores situaram-se entre os 7% e os 8,5%.

Cartograma 4 – Taxa bruta de Mortalidade Média entre 2001 e 2011

Fonte: CMVC, 2014

Fonte dos dados: INE, Censos 2001 e 2011



A mortalidade infantil, entendida como o número de óbitos com menos de 1 ano, tem conhecido em Portugal um notável decréscimo, ao longo das últimas três décadas. Recorde-se que em 1950, a taxa de mortalidade infantil em Portugal era de 90%, tendo baixado, na atualidade para níveis inferiores aos 5%.

Para evitar o efeito oscilatório interanual desta variável demográfica, optou-se por analisá-la segundo períodos de 5 anos consecutivos.

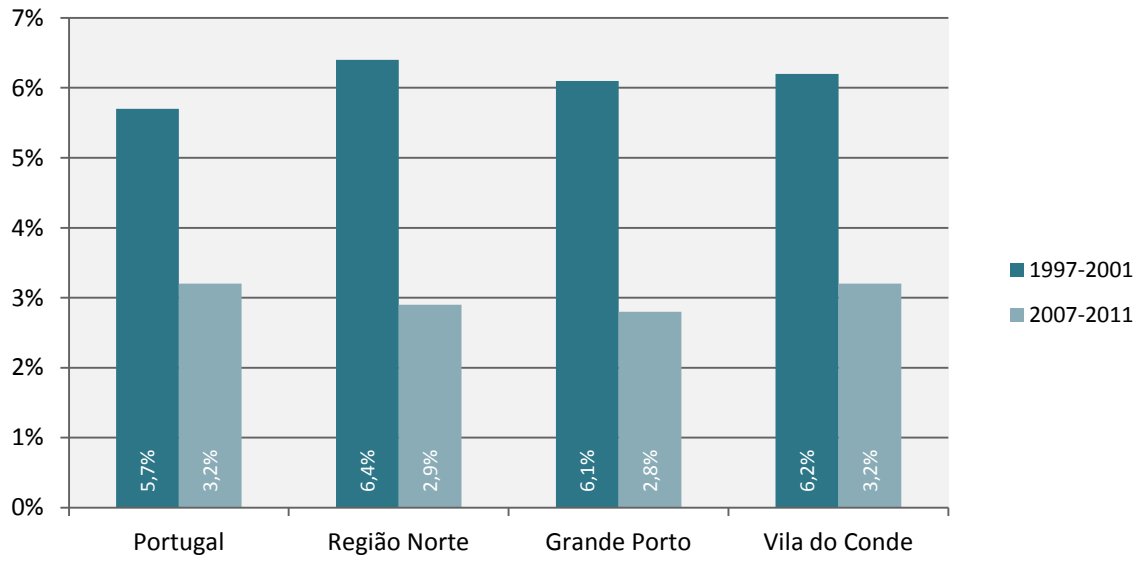
O gráfico seguinte compara a taxa de mortalidade infantil, nos quinquénios 1997-2001 e 2007-2011, separado por uma década. O facto mais significativo que registou a taxa de mortalidade infantil, na última

década, foi a significativa redução do seu valor, praticamente para metade, na generalidade do país, isto apesar de já serem consideradas reduzidas, as taxas verificadas no quinquénio 1997-2001.

No concelho de Vila do Conde, este indicador de mortalidade, vem acompanhando a tendência que se observa no país, tendo baixado de 6,2% para 3,2%, valor que corresponde também à média nacional.

Gráfico 10 – Taxa de Mortalidade Infantil

Fonte: CMVC, 2014
Fonte dos Dados: INE, Censos 1991, 2001 e 2011



1.4. Movimento Migratório

Conforme já havia sido referenciado, a taxa de crescimento migratório (TCM) no concelho de Vila do Conde correspondeu a 12%, no período de 1991 a 2011, tendo o saldo migratório contribuído com cerca de 60% do crescimento efetivo da população residente, nesse mesmo período.

O movimento migratório observado no concelho conheceu diferentes ritmos de crescimento, nos dois períodos intercensitários, no primeiro período (1991-2001), o crescimento foi 8,7%, enquanto no segundo se ficou pelos 3,4%. Comparativamente, a TCM em Vila do Conde atingiu um valor que ultrapassou o dobro da média nacional (5,8%) com as unidades territoriais de referência. Estes movimentos, analisados à escala do concelho, podem ser classificados segundo 3 tipos de situações:

a. Indivíduos que no período intercensitário de (1991-2001) não residiam no concelho e que passaram a residir nesse período (entradas);

b. Indivíduos que no período referido residiam no concelho de Vila do Conde e passaram a residir noutro local, fora do concelho de Vila do Conde (saídas);

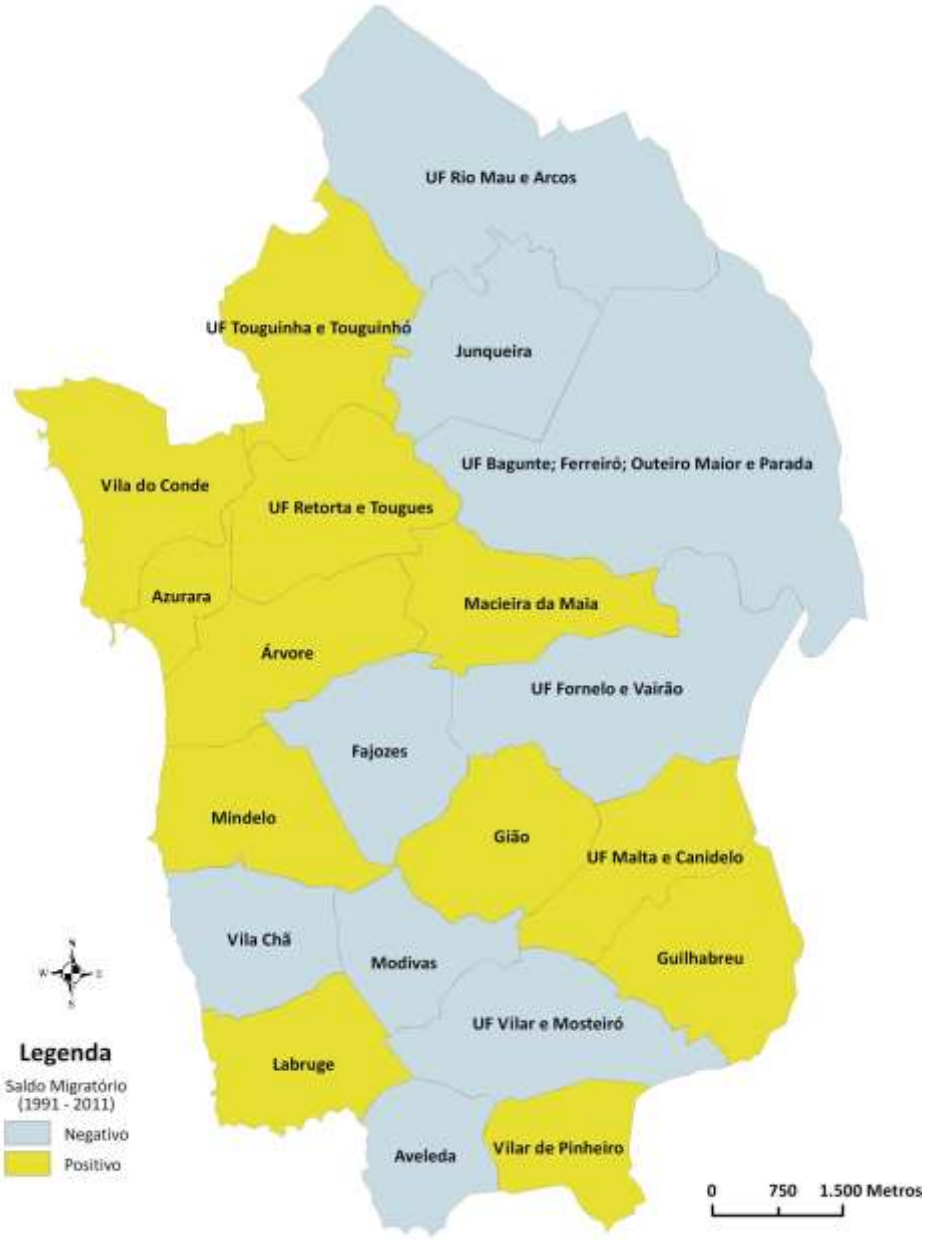
c. Indivíduos que residiram no concelho, durante a totalidade do período em análise, mas que mudaram a sua residência para outra freguesia do concelho.

Entre 1991 e 2001 o saldo migratório do concelho foi de 6189 indivíduos, sendo que a cidade absorveu 67,3% destes. No período seguinte, o saldo migratório ficou-se pelos 2604 indivíduos e a sede do concelho voltou a captar mais de 60% destes.

Cartograma 5 – Saldo Migratório entre 1991 e 2011

Fonte: CMVC, 2014

Fonte dos dados: INE, Censos 1991, 2001 e 2011



Uma análise espacial do sentido dos movimentos migratórios das 21 freguesias que constituem o concelho de Vila do Conde, permite inferir algumas ideias sobre a dinâmica migratória, no período entre 1991 e 2011:

a. Apesar do concelho ter apresentado um saldo migratório significativamente positivo - cerca de 8700 indivíduos –, um número significativo de freguesias depararam-se com um balanço migratório negativo, sinal de falta de atratividade destas freguesias, sugerindo ainda a existência de alguma mobilidade residencial, no interior do concelho;

b. As freguesias do litoral – Vila do Conde, Azurara, Árvore, Mindelo e Labruge – captaram mais de 95% do saldo migratório do concelho. Vila Chã com um saldo migratório de (-193) revelou-se a exceção;

c. O processo de densificação e expansão urbana da cidade constitui outra realidade verificável, neste período. A dinâmica construtiva que se fez sentir neste período, nos espaços intersticiais da cidade, bem como a expansão desta para nascente, não serão certamente fatores alheios à captação de uma parte importante dos 5695 novos indivíduos que vieram viver para a cidade;

d. A localidade de Touguinha, agora inserida na União das Freguesias de Touguinha e Touguinhó, praticamente duplicou a sua população, entre 1991 e 2011. As recentes acessibilidades rodoviárias (A28 e A7), bem como a proximidade da localidade à sede do município são fatores que poderão explicar em parte a dinâmica populacional verificada;

e. Os territórios do concelho que revelaram atratividade consistente, i.e., que tiveram saldos migratórios positivos nas duas últimas décadas foram as freguesias de Árvore, Azurara, Labruge, Mindelo e Vila do Conde e as anteriores freguesias de Malta, Retorta e Touguinha;

f. Os territórios que conheceram repulsão demográfica nos dois últimos períodos intercensitários foram as antigas freguesias de Arcos, Bagunte, Canidelo, Fajozes, Fornelo, Outeiro Maior e Rio Mau. As freguesias de Modivas e Parada ficaram muito próximo dessa realidade, com uma década de balanço migratório negativo e outra de balanço praticamente nulo.

Segundo os Censos, a população estrangeira residente em Vila do Conde totalizava 454 indivíduos em 1991, 668 em 2001 e 3830 indivíduos em 2011 correspondendo a 0,7% da população residente do concelho, no primeiro momento, a 0,9% no segundo momento censitário e a 4,8% em 2011.

Entre 1991 e 2001 verificou-se um crescimento da população estrangeira, residente no concelho, de cerca de 50%, embora o valor nominal de origem (454 indivíduos) seja pouco expressivo. No segundo período intercensitário deu-se um crescimento que quintuplicou aquela população, verificando-se em 2011, um peso próximo dos 5% da população estrangeira, na população residente do concelho.

Um pouco menos de 50% da população estrangeira fixou-se na sede do concelho, cerca de 12,5% em Árvore e 5,3% em Mindelo, totalizando estas três freguesias mais de 60% da população estrangeira.

A importância deste tipo de imigração parece revelar-se cada vez mais importante para a dinâmica demográfica do concelho, à semelhança do que acontece com a generalidade do país. No último período censitário (2001 – 2011), crescimento do número de residentes de origem estrangeira (3172) foi superior a todo o saldo migratório registado no concelho (2604) e representou precisamente ¾ de todo o crescimento populacional do concelho, naquele período.

1.5. Estrutura da População

1.5.1. Estrutura Etária

Estima-se a idade média da população residente no concelho de Vila do Conde, à data dos Censos de 2011, em 39,6 anos, inferior à média do país que, no mesmo momento, situava-se nos 41,8 anos.

Uma análise aos diferentes grupos etários das populações residentes, permite afirmar que, os grupos mais jovens [0-14 anos] e [15-24 anos] vêm perdendo efetivos, e consequentemente, algum peso na composição das populações, há já algumas décadas.

No concelho de Vila do Conde, o grupo etário [0-14 anos] conheceu uma redução de 1539 indivíduos, entre 1991 e 2011, traduzindo uma variação negativa de 10,6%. Para o mesmo grupo etário, e para o mesmo período, as reduções verificadas foram 17,9% no Grande Porto, 27,4% na Região Norte e 18,9% no País.

O estrato etário [15-24 anos] registou uma diminuição ainda mais significativa, em todas unidades territoriais. O concelho de Vila do Conde perdeu 3055 efetivos, correspondente a uma redução de 25,2%, no Grande Porto, o mesmo estrato da população foi reduzida em 31,3%, na Região Norte em 32% e no País em 30,3%.

A redução percentual das populações destes grupos etários, em particular do grupo [0-14 anos] é que justifica o designado efeito de "duplo" envelhecimento da população residente de qualquer unidade territorial, fenómeno que se verifica em todo o País, conforme ficou acima registado.

O grupo etário [25-64 anos] que representa, grosso modo, a população potencialmente ativa, é o grupo tradicionalmente mais numeroso, e como tal, o que mais aumentou o número de indivíduos. Contudo, o ritmo de crescimento verificado nos dois últimos períodos intercensitários, divergiu significativamente de Vila do Conde (42,8%) para as outras unidades geográficas de referência - Portugal (16,6%), Grande Porto (22,2%) ou Região Norte (23,4%).

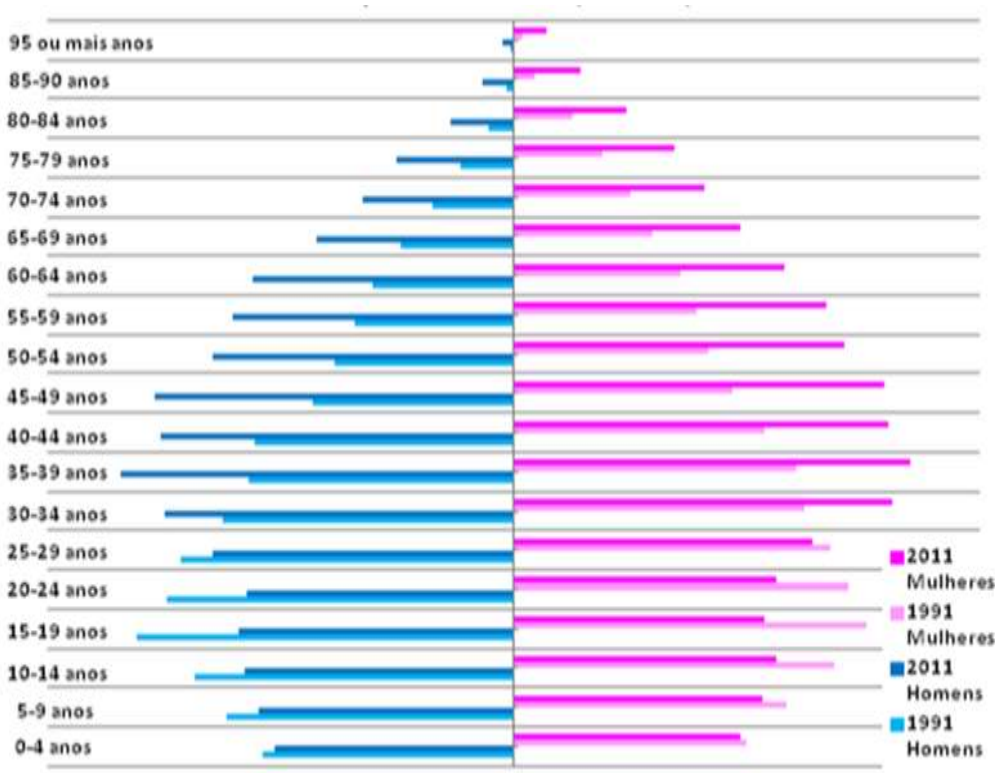
Tabela 4 – População Residente por Grupos Etários no Concelho de Vila do Conde entre 1991 e 2011
Fonte: CMVC, 2014
Fonte dos dados: INE, Censos 2001 e 2011

População Residente, por Grupos Etários no Concelho de Vila do Conde								
	1991		2001		2011		Variação (1991-2011)	
	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)
0 - 14 anos	14 470	22,3	13 369	18,0	12 931	16,3	- 1 539	-10,6%
15 - 24 anos	12 137	18,7	11 276	15,2	9 082	11,4	- 3 055	-25,2%
25 - 64 anos	32 080	49,5	41 066	55,2	45 823	57,6	13 743	42,8%
65 ou mais anos	6 149	9,5	8 680	11,7	11 697	14,7	5 548	90,2%
Total	**64 836**	**100,0**	**74 391**	**100,0**	**79 533**	**100,0**	**14 697**	**22,7%**

No arco temporal que compreende os dois últimos períodos censitários, a população com 65 e mais anos, no concelho de Vila do Conde, teve um significativo aumento de cerca de 90%. Este crescimento foi bastante superior, quando comparado com outras unidades territoriais, cuja média nacional ficou-se pelos 46,3%. Ainda assim, o peso deste grupo etário, na estrutura da população residente em 2011, era menor no concelho de Vila do Conde (14,7%), que no Grande Porto (16,6%), na Região Norte (17,1%) ou de Portugal (19%).

A figura seguinte, compara a estrutura etária da população residente em Vila do Conde, em 1991 e em 2011. Nos estratos etários até ao grupo [30-34 anos] verifica-se um défice de população, de ambos os sexos, em 2011, comparativamente com 1991. A partir deste grupo etário, observa-se um superavit de população em 2011, que parece aumentar, à passagem das classes etárias, espelhando o aumento da longevidade demográfica e do envelhecimento da população, no topo da pirâmide.

Gráfico 11 – Estrutura etária da população residente entre 1991 e 2011
Fonte: CMVC, 2014
Fonte dos Dados: INE, Censos 1991, 2001 e 2011

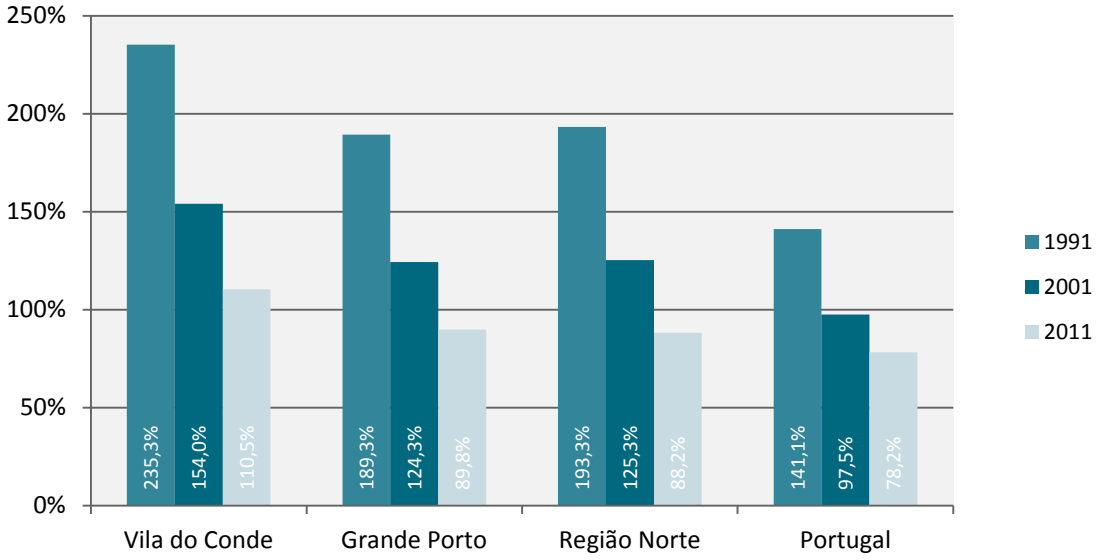


Analisando alguns Índices-resumo, pode-se inferir que o processo de envelhecimento no concelho de Vila do Conde revelou um atraso em mais de 10 anos, em relação aos valores médios do País.

O índice de jovens, que relaciona o número de efetivos com idade inferior a 15 anos, com o número de efetivos com 65 e mais anos, vem diminuindo sistematicamente e de forma muito rápida, em todas as unidades de referência. No caso de Vila do Conde, a redução foi superior a 50%, no período de 1991-2011. Ainda assim os valores do Concelho sugerem um retardamento, de uma década, deste índice, relativamente à média nacional.

Gráfico 12 – Índice de Jovens entre 1991 e 2011

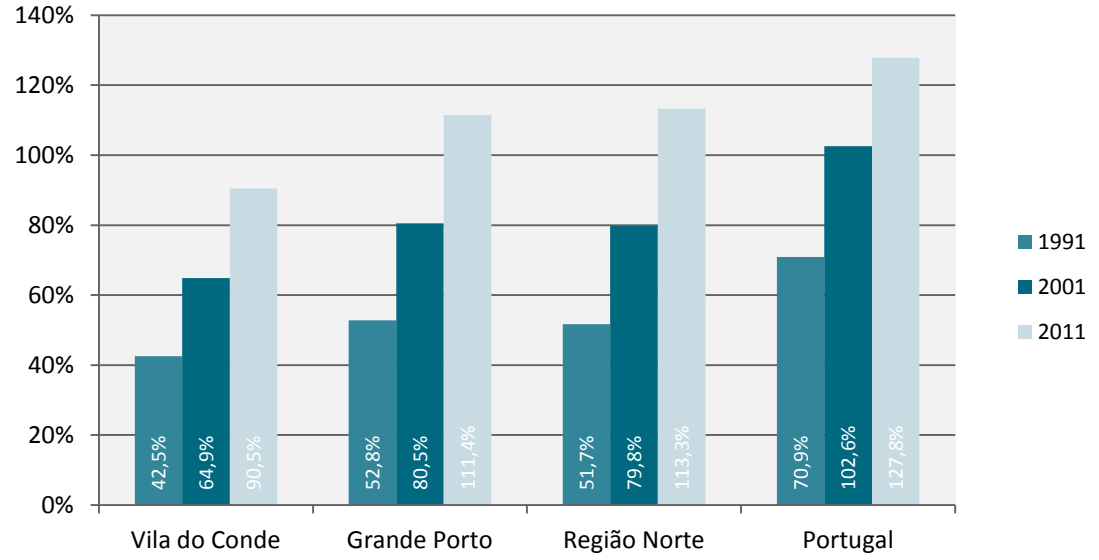
Fonte: CMVC, 2014
Fonte dos Dados: INE, Censos 1991, 2001 e 2011



O índice de envelhecimento, que constitui um indicador de referência do envelhecimento demográfico no topo da estrutura, relaciona a população com 65 e mais anos com o número de efetivos com menos de 15 anos, mais que duplicou em Vila do Conde, entre 1991 e 2011. Por se tratar de um indicador inverso ao anterior, os valores para o Concelho, sugerem também um retardamento de uma década, relativamente à média nacional.

Gráfico 13 – Índice de Envelhecimento entre 1991 e 2011

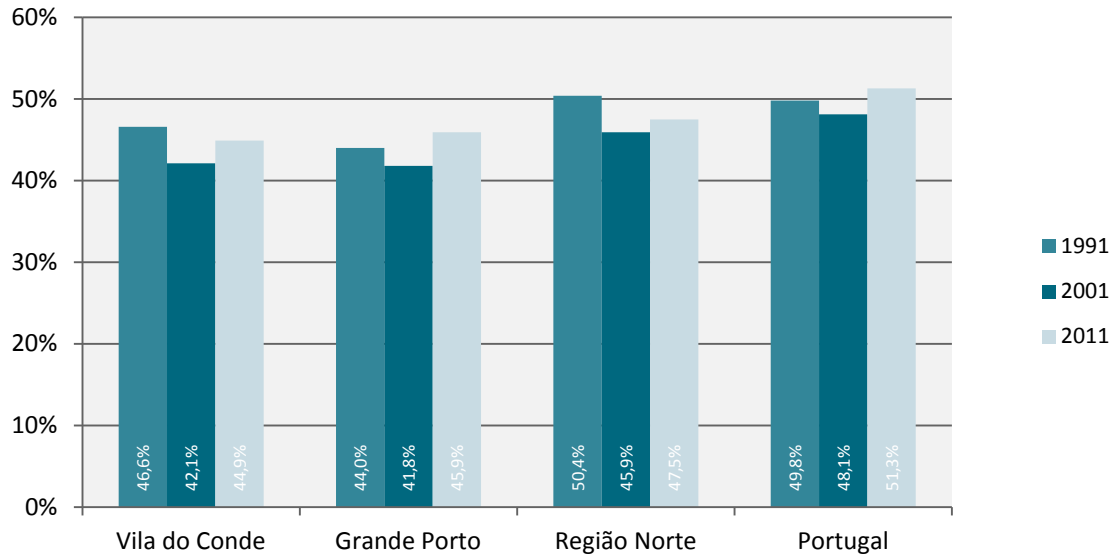
Fonte: CMVC, 2014
Fonte dos Dados: INE, Censos 1991, 2001 e 2011



O índice de dependência, relaciona o conjunto da população mais jovem [0-14 anos] e a população com 65 e mais anos, com o número de efetivos considerados em idade ativa [15-64 anos]. Após uma redução verificada entre 1991 e 2001, em todas as unidades territoriais observadas, o índice de dependência voltou a aumentar para valores mais próximo de 1991.

Gráfico 14 – Índice de Dependência em 1991, 2001 e 2011

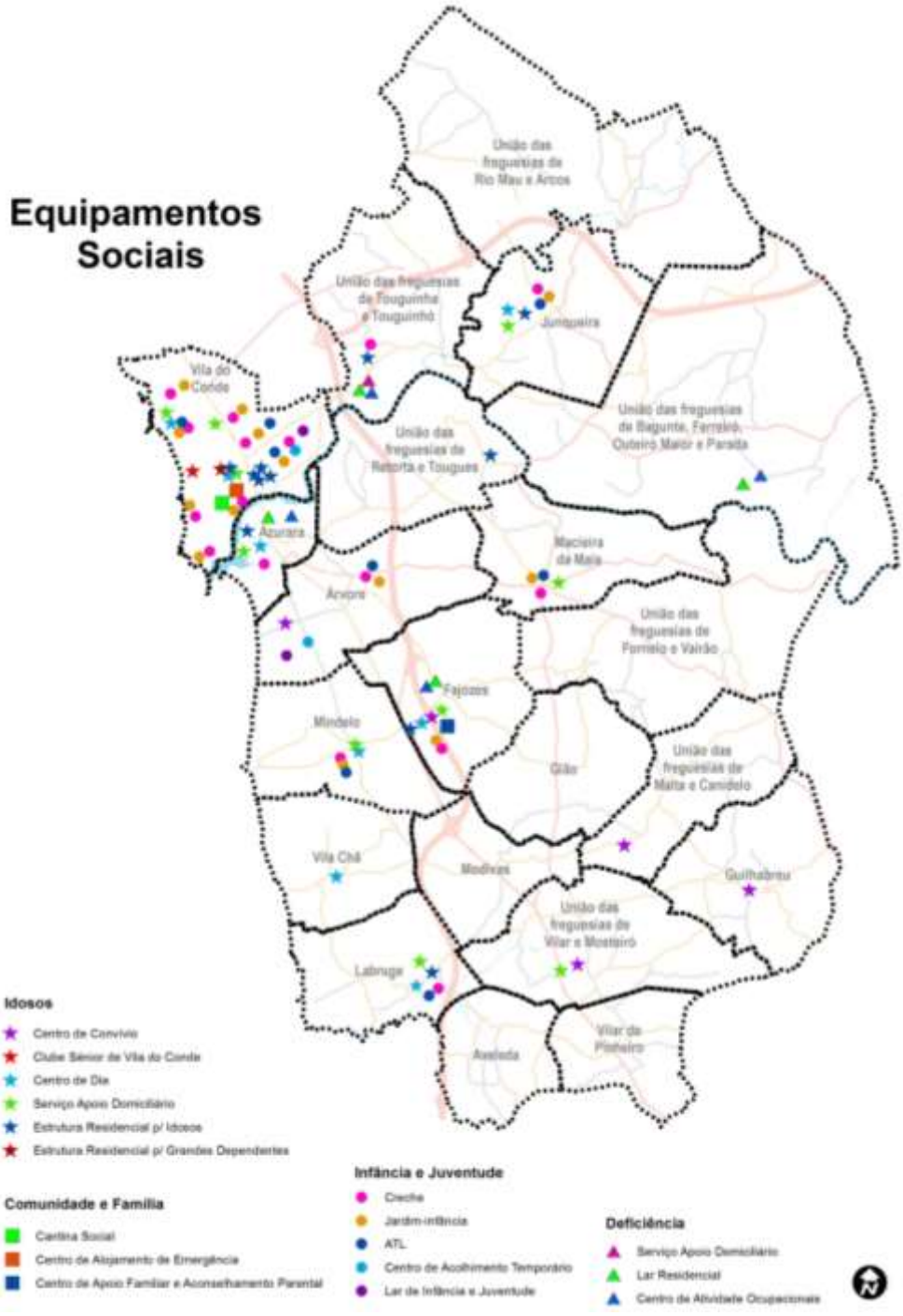
Fonte: CMVC, 2014
Fonte dos Dados: INE, Censos 1991, 2001 e 2011



2. Mapeamento das respostas e equipamentos sociais do concelho

A cartografia das instituições do concelho de Vila do Conde (cartograma 1), permite verificar que a generalidade do concelho está coberta com as tipologias de instituições assinaladas, permitindo assim a coordenação e complementaridade equitativa no acesso às respostas sociais pela população do concelho.

Cartograma 1 – Localização das IPSS's e respostas sociais do concelho
Fonte: CMVC



2.1. Infância e Juventude

Taxas de cobertura

As taxas de cobertura na primeira infância é de 32,9% segundo a Segurança Social no seu cálculo para 2013. Este valor deixa o concelho bem posicionado em relação à média que a união europeia recomenda que é de 33,3% mas abaixo da maioria dos concelhos da AMP.

O concelho apresenta uma boa cobertura territorial de equipamentos e respostas, cobrindo todas as tipologias mas a primeira infância tem ainda algumas lacunas na sua rede. Esta situação é perfeitamente visível nas listas de espera das creches do concelho (ver tabela 1).

Os equipamentos para a segunda infância no concelho apresentam uma plena cobertura do respondendo à procura e satisfazendo em tempo real as necessidades das famílias.

Tabela 1 – Respostas Sociais para infância - creche, jardim de infância e ATL

Fonte: Dados recolhidos nas instituições - agosto 2015

** Lista de Espera - os nºs apresentados são sempre por excesso, uma vez não corresponderem a situações nominais*

***No ano-letivo 2015/2016, estes Jardins de Infância foram integrados nas Escolas Básicas de Malta, Vilar do Pinheiro e no Jardim de Infância de Formariz-Vila do Conde respetivamente*

Freguesia	Instituição / Natureza	Creche				Jardim de Infância				ATL			
		Capacidade	Acordo	Clientes	* Lista Espera	Capacidade	Acordo	Clientes	* Lista Espera	Capacidade	Acordo	Clientes	* Lista Espera
Árvore	Centro Social Cultural e Recreativo Arvorense - O Fruto	35	35	26	0	66	56	59	7	60	25	64	0
	Escola Básica de Areia					75		56	0				
Aveleda	Escola Básica de Aveleda					50		32	0				
Azurara	VOT S. Francisco de Vila do Conde - Empreendimento Social em Azurara	42	22	42	3								
	Escola Básica de Azurara					50		40	0				
Bagunte, Ferreiró, Outeiro Maior e Parada	Escola Básica Agustina Bessa-Luís					75		57	0				
Fajozes	Associação Solidariedade Social "O Tecto"	54	30	45	0	85	80	80	0				
	Escola Básica de Fajozes					25		17	0				

Fornelo e Vairão	Escola Básica de Fornelo					25		24	0				
	Escola Básica de Vairão					25		20	0				
Gião	Escola Básica de Gião					25		16	0				
Guilhabreu	Jardim de Infância de S. Lázaro					50		50	0				
Junqueira	Centro Social Paroquial da Junqueira	27	25	25	-	25	25	25	1	40	25	25	0
	Escola Básica de Junqueira					50		31	0				
Labruge	Centro Social e Paroquial de Labruge	42	33	33	0					30	30	30	0
	Escola Básica de Labruge					75		62	0				
Macieira da Maia	Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde- Centro Social em Macieira	35	35	35	0	66	64	64	0	60	55	60	11
	Escola Básica de Macieira					25		22	0				
Malta e Canidelo	** Jardim de Infância de Farilhe - Canidelo					25		18	0				
	Escola Básica de Malta					25		21	0				
Mindelo	Centro Social Paroquial de Mindelo	77	56	68	20	72	44	68	0				
	Escola Básica de Mindelo					75		56	0				
Modivas	Escola Básica de Igreja					50		42	0				
Retorta e Tougues	Jardim de Infância de Real - Tougues					50		28	0				
Rio Mau e Arcos	Escola Básica de Bouçó - Rio Mau					50		33	0				
	Escola Básica de Arcos					25		17	0				

Touguinha e Touguinhó	Centro Social da Paróquia de Touguinha	43	35	25	0								
	Escola Básica de Touguinha					50		35	0				
	Escola Básica de Touguinhó					25		12	0				
Vila Chã	Escola Básica de Igreja					25		18	0				
	Escola Básica de Facho					25		21	0				
Vila do Conde	Associação de Proteção à Terceira Idade - AF Vila Cova	35	25	38	30	80	80	80	2	50	50	50	4
	SCM Vila do Conde - Casa da Criança	44	35	44	12	66	64	66	4	110	60	110	17
	Associação das Obras Assistenciais da Sociedade de S. Vic. Paulo -Infant. D. Victória Graça Andrade Ferreira	35	35	35	5	68	65	70	0				
	SCM Azurara	66	66	66	15	75	66	68	0				
	Instituto S. José	42	42	42	55	125	125	125	12	180	180	180	38
	Centro Social Paroquial de Caxinas	68	68	68	8	88	88	88	1				
	Colégio Jardim das Cores - entidade lucrativa	22	-	17	0	75	-	48	0				
	Creche do Forte de S. João Baptista de Vila do Conde, Lda. - entidade lucrativa	40	-	28	0	20	-	12	0				
	** Escola Básica do Bairro Alto					25		16	0				
	Jardim de Infância Dr. Cunha Reis					50		30	0				
	Escola Básica nº 1					25		25	0				
	Jardim dos Girassóis					150		130	0				
	Escola Básica de Bento de Freitas					75		70	0				
	Escola Básica de Violetas					75		60	0				

Vila do Conde	Escola Básica de Benguiados					50		42	0				
	Escola Básica de Caxinas					75		71	0				
	Jardim de Infância de Formariz					25		25	0				
Vilar e Mosteiró	Escola Básica de Vilar					50		32	0				
	Escola Básica de Mosteiró					21		25	0				
Vilar do Pinheiro	** Jardim de Infância do Padinho					25		25	0				
	Escola Básica de Vilar do Pinheiro					25		21	0				
TOTAL		**707**	**542**	**637**	**148**	**2557**	**757**	**2153**	**27**	**530**	**425**	**519**	**70**

Rede de respostas do concelho

Fonte: Câmara Municipal de Vila do Conde - 2015

CRECHE

Resposta social, desenvolvida em equipamento, de natureza socioeducativa, que se destina a crianças até os 3 anos de idade, durante o período diário correspondente ao trabalho dos pais, proporcionando às crianças condições adequadas ao seu desenvolvimento harmonioso e global, vocacionada para o apoio à criança e à família.

ÁRVORE

Creche do Centro Social Cultural e Recreativo Arvorense – "O Fruto"

Suporte Jurídico: Centro Social Cultural e Recreativo Arvorense

Entidade privada sem fins lucrativos - Instituição Privada de Solidariedade Social (IPSS)

AZURARA

Creche da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco de Vila do Conde – Empreendimento Social em Azurara

Suporte Jurídico: Venerável Ordem Terceira de S. Francisco de Vila do Conde

Entidade privada sem fins lucrativos - Instituição Privada de Solidariedade Social (IPSS)

FAJOZES

Creche da Associação de Solidariedade Social "O Tecto"

Suporte Jurídico: Associação de Solidariedade Social "O Tecto"

Entidade privada sem fins lucrativos - Instituição Privada de Solidariedade Social (IPSS)

JUNQUEIRA

Creche do Centro Social e Paroquial da Junqueira

Suporte Jurídico: Centro Social e Paroquial da Junqueira

Entidade privada sem fins lucrativos - Instituição Privada de Solidariedade Social (IPSS)

LABRUGE
Creche do Centro Social e Paroquial de Labruge
Suporte Jurídico: Centro Social e Paroquial de Labruge
Entidade privada sem fins lucrativos - Instituição Privada de Solidariedade Social (IPSS)

MACIEIRA DA MAIA
Creche do Centro Social em Macieira
Suporte Jurídico: Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde
Entidade privada sem fins lucrativos - Instituição Privada de Solidariedade Social (IPSS)

MINDELO
Creche do Centro Social Paroquial de Mindelo
Suporte Jurídico: Centro Social Paroquial de Mindelo
Entidade privada sem fins lucrativos - Instituição Privada de Solidariedade Social (IPSS)

TOUGUINHA E TOUGUINHÓ - União de Freguesias
Creche do Centro Social da Paróquia de Touguinha
Suporte Jurídico: Centro Social da Paróquia de Touguinha
Entidade privada sem fins lucrativos - Instituição Privada de Solidariedade Social (IPSS)

VILA DO CONDE
Creche da Associação de Proteção à Terceira Idade A. F. Vila Cova
Suporte Jurídico: Associação de Proteção à Terceira Idade A. F. Vila Cova
Entidade privada sem fins lucrativos - Instituição Privada de Solidariedade Social (IPSS)

Creche do Centro Social Paroquial de Caxinas
Suporte Jurídico: Centro Social Paroquial de Caxinas
Entidade privada sem fins lucrativos - Instituição Privada de Solidariedade Social (IPSS)

Creche do Infantário D. Victória Graça
Suporte Jurídico: Associação das Obras Assistenciais da Sociedade de S. Vicente de Paulo
Entidade privada sem fins lucrativos - Instituição Privada de Solidariedade Social (IPSS)

Creche do Instituto de S. José
Suporte Jurídico: Irmãs Doroteias do Instituto de S. José
Entidade privada sem fins lucrativos - Instituição Privada de Solidariedade Social (IPSS)

Creche da Santa Casa da Misericórdia de Azurara - Jardim Escola
Suporte Jurídico: Santa Casa da Misericórdia de Azurara
Entidade privada sem fins lucrativos - Instituição Privada de Solidariedade Social

Creche da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde - Casa da Criança
Suporte Jurídico: Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde
Entidade privada sem fins lucrativos - Instituição Privada de Solidariedade Social

Creche do Colégio "Jardim das Cores"
Suporte Jurídico: Colégio "Jardim das Cores"
Entidade privada com fins lucrativos

Creche do Forte de S. João Baptista de Vila do Conde
Suporte Jurídico: Creche do Forte de S. João Baptista de Vila do Conde, Unip., Lda.
Entidade privada com fins lucrativos

JARDIM DE INFÂNCIA

Resposta, desenvolvida em equipamento, vocacionada para o desenvolvimento das crianças com idade compreendida entre os 3 anos e a idade de ingresso no ensino básico, proporcionando-lhes atividades educativas e atividades de apoio à família. Resposta com intervenção integrada da Segurança Social e da Educação.

No Concelho de Vila do Conde todos os Jardins de Infância da Rede Pública apresentam Componente de Apoio à Família nas vertentes de prolongamento de horário gratuito até às 17h30 e serviço de refeições.

Também no sentido de adequar o tempo de permanência das crianças às necessidades das famílias, encontra-se implementada uma outra modalidade que se traduz em horário alargado das 7h30 às 9h e das 17h30 às 19h e ocupação no período de interrupções letivas, excetuando o mês de agosto. Esta resposta surge em função dos interesses manifestados pelas famílias e é gerida pela Câmara Municipal em articulação com os Agrupamentos de Escolas, podendo assim em cada ano letivo ser alterada.

ÁRVORE

Jardim de Infância do Centro Social Cultural e Recreativo Arvorense – "O Fruto"
Suporte Jurídico: Centro Social Cultural e Recreativo Arvorense
Entidade privada sem fins lucrativos - Instituição Privada de Solidariedade Social (IPSS)

Jardim de Infância de Areia – Escola Básica de Areia
(Horário alargado das 7h30 às 9h e 17h30 às 19h e ocupação nas interrupções letivas)
Suporte Jurídico: Rede pública

AVELEDA

Jardim de Infância da Pena – Escola Básica de Aveleda
(Horário alargado das 7h30 às 9h e 17h30 às 19h e ocupação nas interrupções letivas)
Suporte Jurídico: Rede pública

AZURARA

Jardim de Infância de Azurara – Escola Básica de Azurara
(Horário alargado das 7h30 às 9h e 17h30 às 19h e ocupação nas interrupções letivas)
Suporte Jurídico: Rede pública

BAGUNTE, FERREIRÓ, OUTEIRO MAIOR E PARADA – União de Freguesias

Jardim de Infância de Bagunte – Escola Básica Agustina Bessa-Luís
Suporte Jurídico: Rede pública

FAJOZES
Jardim de Infância da Associação de Solidariedade Social "O Tecto"
Suporte Jurídico: Associação de Solidariedade Social "O Tecto"
Entidade privada sem fins lucrativos - Instituição Privada de Solidariedade Social (IPSS)

Jardim de Infância da Quintã – Escola Básica da Quintã
Suporte Jurídico: Rede pública

FORNELO E VAIRÃO – União de Freguesias
Jardim de Infância de Padrão – Escola Básica de Padrão
Suporte Jurídico: Rede pública

Jardim de Infância de Vairão – Escola Básica de Vairão
Suporte Jurídico: Rede pública

GIÃO
Jardim de Infância de Gião de Cima – Escola Básica de Gião de Cima
(Horário alargado das 7h30 às 9h e 17h30 às 19h e ocupação nas interrupções letivas)
Suporte Jurídico: Rede pública

GUILHABREU
Jardim de Infância de S. Lázaro
(Horário alargado das 7h30 às 9h e 17h30 às 19h e ocupação nas interrupções letivas)
Suporte Jurídico: Rede pública

JUNQUEIRA
Jardim de Infância do Centro Social e Paroquial da Junqueira
Suporte Jurídico: Centro Social e Paroquial da Junqueira
Entidade privada sem fins lucrativos - Instituição Privada de Solidariedade Social (IPSS)

Jardim de Infância da Junqueira – Escola Básica de Junqueira
(Horário alargado das 7h30 às 9h e 17h30 às 19h e ocupação nas interrupções letivas)
Suporte Jurídico: Rede pública

LABRUGE
Jardim de Infância de Labruge – Escola Básica de Labruge
(Horário alargado das 7h30 às 9h e 17h30 às 19h e ocupação nas interrupções letivas)
Suporte Jurídico: Rede pública

Apoio à Infância - Centro Social e Paroquial de Labruge
(componente de apoio à família depois do horário curricular)
Suporte Jurídico: Centro Social e Paroquial de Labruge
Entidade privada sem fins lucrativos - Instituição Privada de Solidariedade Social (IPSS)

MACIEIRA DA MAIA

Jardim de Infância do Centro Social para Crianças e Idosos em Macieira
Suporte Jurídico: Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde
Entidade privada sem fins lucrativos - Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde

Jardim de Infância de Vilarinho
(Horário alargado das 7h30 às 9h e 17h30 às 19h e ocupação nas interrupções letivas)
Suporte Jurídico: Rede pública

MALTA E CANIDELO – União de Freguesias

Jardim de Infância de Malta – Escola Básica de Malta
Suporte Jurídico: Rede pública

Jardim de Infância de Farilhe – no ano letivo 2015/2016 é integrado na Escola Básica de Malta
Suporte Jurídico: Rede pública

MINDELO

Jardim de Infância do Centro Social Paroquial de Mindelo
Suporte Jurídico: Centro Social Paroquial de Mindelo
Entidade privada sem fins lucrativos - Instituição Privada de Solidariedade Social (IPSS)

Jardim de Infância de Mindelo – Escola Básica de Mindelo
(Horário alargado das 7h30 às 9h e 17h30 às 19h e ocupação nas interrupções letivas)
Suporte Jurídico: Rede pública

MODIVAS

Jardim de Infância de Igreja - EB1 / JI de Igreja
Suporte Jurídico: Rede pública

RIO MAU E ARCOS

Jardim de Infância de Bouçó – Escola Básica de Bouçó
Suporte Jurídico: Rede pública

Jardim de Infância de Casais – Escola Básica de Casais
Suporte Jurídico: Rede pública

TOUGUINHA E TOUGUINHÓ – União de Freguesias

Jardim de Infância de Medados – Escola Básica de Touguinha
(Horário alargado das 7h30 às 9h e 17h30 às 19h e ocupação nas interrupções letivas)
Suporte Jurídico: Rede pública

Jardim de Infância de Monte – Escola Básica de Monte - Touguinhó
Suporte Jurídico: Rede pública

VILA CHÃ

Jardim de Infância de Facho – Escola Básica de Facho
Suporte Jurídico: Rede pública

Jardim de Infância de Igreja – Escola Básica de Igreja
Suporte Jurídico: Rede pública

VILA DO CONDE

Jardim de Infância da Associação de Proteção à Terceira Idade "A. F. Vila Cova"
Suporte Jurídico: Associação de Proteção à Terceira Idade "A. F. Vila Cova"
Entidade privada sem fins lucrativos - Instituição Privada de Solidariedade Social (IPSS)

Jardim de Infância do Centro Social Paroquial de Caxinas
Suporte Jurídico: Centro Social Paroquial de Caxinas
Entidade privada sem fins lucrativos - Instituição Privada de Solidariedade Social (IPSS)

Jardim de Infância do Infantário D. Victória
Suporte Jurídico: Associação das Obras Assistenciais da Sociedade de S. Vicente de Paulo

Infantário D. Victória Graça Andrade Ferreira
Entidade privada sem fins lucrativos - Instituição Privada de Solidariedade Social (IPSS)

Jardim de Infância do Instituto de S. José
Suporte Jurídico: Instituto de S. José
Entidade privada sem fins lucrativos - Instituição Privada de Solidariedade Social (IPSS)

Jardim de Infância da Santa Casa da Misericórdia de Azurara - Jardim Escola
Suporte Jurídico: Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Azurara
Entidade privada sem fins lucrativos - Instituição Privada de Solidariedade Social (IPSS)

Jardim de Infância da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde - Casa da Criança
Suporte Jurídico: Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde
Entidade privada sem fins lucrativos - Instituição Privada de Solidariedade Social (IPSS)

Jardim de Infância do Bairro Alto – Escola Básica de Bairro Alto – no ano letivo 2015/2016 é integrado no Jardim de Infância de Formariz
(Horário alargado das 7h30 às 9h e 17h30 às 19h e ocupação nas interrupções letivas)
Suporte Jurídico: Rede pública

Jardim de Infância Bento de Freitas – Escola Básica Bento de Freitas
(Horário alargado das 7h30 às 9h e 17h30 às 19h e ocupação nas interrupções letivas)
Suporte Jurídico: Rede pública

Jardim de Infância de Benguiados – Escola Básica de Benguiados
(Horário alargado das 7h30 às 9h e 17h30 às 19h e ocupação nas interrupções letivas)
Suporte Jurídico: Rede pública

Jardim de Infância das Caxinas – Escola Básica das Caxinas
(Horário alargado das 7h30 às 9h e 17h30 às 19h e ocupação nas interrupções letivas)
Suporte Jurídico: Rede pública

Jardim de Infância Dr. Cunha Reis
(Horário alargado das 7h30 às 9h e 17h30 às 19h e ocupação nas interrupções letivas)
Suporte Jurídico: Rede pública

Jardim de Infância de Formariz – Escola Básica de Formariz – no ano letivo 2015/2016 integra também o Jardim de Infância do Bairro Alto e termina a existÊncia de Escola Básica
(Horário alargado das 7h30 às 9h e 17h30 às 19h e ocupação nas interrupções letivas)
Suporte Jurídico: Rede pública

Jardim de Infância Girassóis
(Horário alargado das 7h30 às 9h e 17h30 às 19h e ocupação nas interrupções letivas)
Suporte Jurídico: Rede pública

Jardim de Infância Nº 1 (Correios) – Escola Básica Nº 1 de Vila do Conde
(Horário alargado das 7h30 às 9h e 17h30 às 19h e ocupação nas interrupções letivas)
Suporte Jurídico: Rede pública

Jardim de Infância Violetas – Escola Básica das Violetas
(Horário alargado das 7h30 às 9h e 17h30 às 19h e ocupação nas interrupções letivas)
Suporte Jurídico: Rede pública

Jardim de Infância da Creche do Forte de S. João Baptista de Vila do Conde
Suporte Jurídico: Creche do Forte de S. João Baptista de Vila do Conde, Unip., Lda.
Entidade privada com fins lucrativos

Jardim de Infância do Colégio Jardim das Cores
Suporte Jurídico: Colégio Jardim das Cores
Entidade privada com fins lucrativos

VILAR E MOSTEIRÓ – União de Freguesias
Jardim de Infância de Carrapata – Escola Básica de Vilar
Suporte Jurídico: Rede pública

Jardim de Infância de Mosteiró – Escola Básica de Mosteiró
Suporte Jurídico: Rede pública

VILAR DO PINHEIRO
Jardim de Infância de Padinho – no ano letivo 2015/2016 é integrado na Escola Básica deReal- Vilar do Pinheiro
Suporte Jurídico: Rede pública

Jardim de Infância de Real – Escola Básica de Real – Vilar do Pinheiro
Suporte Jurídico: Rede pública

ATIVIDADES DE TEMPOS LIVRES

Resposta social, desenvolvida em equipamento ou serviço, que proporciona atividades de âmbito sociocultural e lazer a crianças e jovens a partir dos 6 anos, nos períodos disponíveis das responsabilidades escolares e de trabalho, desenvolvida através de diferentes modelos de intervenção, nomeadamente acompanhamento/inserção (atividades de animação de rua e atividades de porta aberta), prática de atividades específicas (desporto, biblioteca, ludotecas, ateliers de expressão, cineclubes, clubes de fotografia e quintas pedagógicas) e multiactividades (atividades diferenciadas desenvolvidas nos ATL tradicionais).

ÁRVORE

ATL do Centro Social Cultural e Recreativo Arvorense – "O Fruto"

Suporte Jurídico: Centro Social Cultural e Recreativo Arvorense

Entidade privada sem fins lucrativos - Instituição Privada de Solidariedade Social (IPSS)

JUNQUEIRA

ATL do Centro Social e Paroquial da Junqueira

Suporte Jurídico: Centro Social e Paroquial da Junqueira

Entidade privada sem fins lucrativos - Instituição Privada de Solidariedade Social (IPSS)

LABRUGE

ATL do Centro Social e Paroquial de Labruge

Suporte Jurídico: Centro Social e Paroquial de Labruge

Entidade privada sem fins lucrativos - Instituição Privada de Solidariedade Social (IPSS)

MACIEIRA DA MAIA

ATL do Centro Social em Macieira

Suporte Jurídico: Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde

Entidade privada sem fins lucrativos - Instituição Privada de Solidariedade Social (IPSS)

VILA DO CONDE

ATL da Associação de Proteção à Terceira Idade "A.F. Vila Cova"

Suporte Jurídico: Associação de Proteção à Terceira Idade "A.F. Vila Cova"

Entidade privada sem fins lucrativos - Instituição Privada de Solidariedade Social (IPSS)

ATL do Instituto de S. José

Suporte Jurídico: Instituto de S. José

Entidade privada sem fins lucrativos - Instituição Privada de Solidariedade Social (IPSS)

ATL da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde - Casa da Criança

Suporte Jurídico: Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde

Entidade privada sem fins lucrativos - Instituição Privada de Solidariedade Social (IPSS)

Medidas de Intervenção propostas no diagnóstico

O concelho de Vila do Conde detém uma apreciável rede de respostas e equipamentos na área da infância, como vimos. De referir que a rede de amas formais está a ser alvo de redefinição do seu estatuto legal pela Segurança Social, estando as amas atuais em situação de transição.

A rede de creches apresenta listas de espera substanciais justificando o seu alargamento.

A manutenção ou a atração de uma população jovem no concelho como estratégia de renovação geracional e sustentabilidade do próprio território tem na qualidade e acessibilidade da rede de respostas para a infância a sua primeira condição.

Respostas sociais – Necessidades de intervenção

- Prioridade à 1ª Infância - Reforço da resposta social Creche sobretudo nas freguesias em que o crescimento populacional é efetivo.
- Sensibilização às famílias para a valorização da rede pré escolar de equipamentos e respostas sociais como estratégia de adesão à etapa de escolarização.
- Projetos e ações comunitárias de valorização do trabalho técnico e institucional das creches e jardins como ferramentas adequadas de preparação para uma escolarização de sucesso.
- Ações de qualificação técnica e institucional da rede de respostas e equipamentos para a infância
- Ações e projetos de integração e continuidade da relação com as famílias.

2.1.1. Crianças e Jovens em situação de risco

A cobertura das respostas vocacionadas para a problemática das crianças e jovens em risco é de difícil contabilização à escala concelhia pelo facto da abrangência destas respostas se reportar ao nível nacional.

Ainda assim o concelho tem presentes as tipologias possíveis neste tipo de resposta. Verificamos também que o número de utentes está ligeiramente abaixo da capacidade disponível nas instituições (tabela 5). Este facto pode traduzir a eventual tendência para a desinstitucionalização das crianças e jovens como medida de proteção pela retirada às famílias.

Tabela 2 – Respostas sociais para crianças e jovens em risco e perigo

Fonte: Dados recolhidos nas instituições - agosto 2015

Respostas Sociais para infância e juventude - centro de apoio familiar e aconselhamento parental (CAFAP), família de acolhimento, centro de acolhimento temporário e lar de infância e juventude																	
Freguesia	**Instituição**	**CAFAP**				**Famílias de Acolhimento**				**Centro de Acolhimento Temporário**				**Lar de Infância e Juventude**			
		Capacidade	Acordo	Clientes	Lista Espera	Capacidade	Acordo	Clientes	Lista Espera	Capacidade	Acordo	Clientes	de Lista Espera	Capacidade 1º ciclo	Acordo	Clientes	Lista Espera
Árvore	Centro Juvenil de Campanhã - Pólo de Vila do Conde									20	20	0	0	20	20	21	0
Bagunte, Ferreiró, Outeiro Maior e Parada	Família de Acolhimento					1											
Fajozes	Associação de Solidariedade Social O Tecto	50	50	50	0												
Vila do Conde	Família de Acolhimento					3											
	Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde - Casa da Criança									40	40	40	0	23	23	23	0
TOTAL		**50**	**50**	**50**	**0**	**4**	**0**	**0**	**0**	**60**	**60**	**40**	**0**	**43**	**43**	**44**	**0**

Rede de respostas no concelho

ACOLHIMENTO FAMILIAR PARA CRIANÇAS E JOVENS

Resposta social desenvolvida através de um serviço, que consiste na atribuição da confiança da criança ou do jovem, a uma família ou a uma pessoa singular, habilitados para o efeito, tecnicamente enquadrados, decorrente da aplicação da medida de promoção e proteção, visando a sua integração em meio familiar

BAGUNTE, FERREIRÓ, OUTEIRO MAIOR E PARADA – União de Freguesias

1 Família de Acolhimento em Bagunte

VILA DO CONDE

3 Famílias de Acolhimento

Inscrição em Acolhimento Familiar: Associação Mundos de Vida

Suporte Jurídico: Associação Mundos de Vida

Entidade privada sem fins lucrativos - Instituição Privada de Solidariedade Social (IPSS)

CENTRO DE ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO (CAT)

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao acolhimento urgente e temporário de crianças e jovens em perigo, de duração inferior a seis meses, com base na aplicação de medida de promoção e proteção.

ÁRVORE

Centro de Acolhimento Temporário do Centro Juvenil de Campanhã - Pólo de Vila do Conde

Suporte Jurídico: Centro Juvenil de Campanhã

Entidade privada sem fins lucrativos - Instituição Privada de Solidariedade Social (IPSS)

VILA DO CONDE

Centro de Acolhimento da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde - Casa da Criança

Suporte Jurídico: Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde

Entidade privada sem fins lucrativos - Instituição Privada de Solidariedade Social (IPSS)

CENTRO DE APOIO FAMILIAR E ACONSELHAMENTO PARENTAL (CAFAP)

Resposta social, desenvolvida através de um serviço, vocacionada para o estudo e prevenção de situações de risco social a para o apoio a crianças e jovens em situação de perigo e suas famílias, concretizado na comunidade, através de equipas multidisciplinares.

FAJOZES

CAFAP da Associação de Solidariedade Social "O Tecto"

Suporte Jurídico: Associação de Solidariedade Social "O Tecto"

Entidade privada sem fins lucrativos - Instituição Privada de Solidariedade Social (IPSS)

LAR DE INFÂNCIA E JUVENTUDE

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao acolhimento de crianças e jovens em situação de perigo, de duração superior a seis meses, com base na aplicação de medida de promoção e proteção.

ÁRVORE

Lar de Infância e Juventude do Centro Juvenil de Campanhã - Pólo de Vila do Conde

Suporte Jurídico: Centro Juvenil de Campanhã

Entidade privada sem fins lucrativos - Instituição Privada de Solidariedade Social (IPSS)

VILA DO CONDE

Lar de Infância e Juventude da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde - Casa da Criança

Suporte Jurídico: Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde

Entidade privada sem fins lucrativos - Instituição Privada de Solidariedade Social (IPSS)

COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS

As Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) são instituições oficiais não judiciárias com autonomia funcional que visam promover os direitos das crianças e dos jovens e prevenir, ou pôr termo, a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral. Qualquer pessoa que tenha conhecimento de situações de risco para a vida, a segurança, a integridade física e/ou psíquica, ou a liberdade da criança e/ou jovem devem comunicar a situação à CPCJ.

VILA DO CONDE

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Vila do Conde

Medidas de intervenção propostas no diagnóstico

Das respostas sociais disponíveis no concelho para esta temática o CAFAP é a que tem maior interação com a dinâmica comunitária concelhia pelo facto de ter uma orientação preventiva e estruturadora de comportamentos e atitudes sociais e parentais e de se dirigir diretamente para a comunidade local. O planeamento do seu trabalho está, comparativamente mais aberto e disponível para o trabalho numa lógica de trabalho comunitário. O trabalho com as famílias crianças e jovens será ainda mais determinante para a inclusão social destes beneficiários se este trabalho se enraizar numa parceria interinstitucional que complemente a intervenção realizada na instituição com oportunidades ativas de empregabilidade, de escolarização e de qualificação profissional à medidas das necessidades reais identificadas.

Respostas sociais - Necessidades identificadas

- Alargamento do trabalho com as famílias, crianças e jovens, em polos locais do CAFAP através do alargamento do acordo.
- Respostas e projetos de ocupação positiva de tempos livres em consonância com as respostas sociais de ATL e o 1º ciclo EB, de modo a prevenir comportamentos de risco e promover modelos relacionais e comportamentais positivos.

2.2. População Sénior

Análise às Taxas de Cobertura do território

Fonte: ISS, IP – GPE - 2013

A taxa de cobertura do concelho na resposta de Centro de Dia é de 3,9%, situando-próximo dos valores médios para a AMP Na resposta SAD (Serviço de Apoio Domiciliário) a taxa de cobertura é de 2,6, que é um valor inferior à média aproximada na AMP. A taxa de cobertura da resposta social ERPI (Estrutura Residencial para Idosos) é de 7,9%, valor superior à média na AMP.

Em termos globais constata-se a cobertura de respostas institucionais para população sénior e idosa, no concelho, à exceção de resposta a nível de ERPI para os grandes dependentes.

O crescimento da cobertura concelhia passará, eventualmente, pela ampliação da rede complementar que se caracteriza pela flexibilidade, estrutura atípica do funcionamento e rentabilização de recursos existentes atribuindo-lhes novas funcionalidades para os séniores e idosos.

A análise da cobertura do território permite-nos, também, concluir que as listas de espera são significativas apenas na resposta de Estrutura Residencial de Idosos (tabela 2). Nas outras valências as listas e espera são muito reduzidas. Mesmo considerando a rápida mudanças nos valores das listas de espera e o facto de muitos idosos realizarem a sua inscrição em vários ou todos os lares simultaneamente, o que distorce os valores reais, podemos verificar que a pressão não é excessiva e o concelho responde à maioria da procura real. A dispersão dos equipamentos e respostas sociais pelo território permite-nos concluir pela boa cobertura territorial pelas respostas sociais para seniores.

O concelho demonstra a quase integral cobertura do território na resposta SAD com a exceção da região sudeste do concelho. O concelho tem uma boa cobertura nas respostas que adiam a ida para a ERPI, garantindo talvez por isso oferta alternativa e permitindo aliviar a pressão sobre essa resposta.

Em termos globais a rede de respostas sociais no concelho no âmbito dos séniores e idosos, é diversificada e abrange todas as tipologias disponíveis, garantindo bons níveis de apoio às necessidades manifestada pelos idosos, exceto na situação de ERPI, com predominância para grandes dependentes, onde o problema se tem vindo progressivamente a agudizar.

Tabela 3 – Instituições de Apoio à Terceira Idade

Fonte: CMVC - setembro, 2015

** em processo de regularização com a Segurança Social para as valências de Centro de Dia e SAD*

a) entidades privada lucrativa com alvará de funcionamento pela Segurança Social

Freguesia e Uniões de Freguesia	Instituição	SAD				Centro Convívio				Centro Dia				Estrutura Residencial para Idosos				Clube Sénior de Vila do Conde
		capacidade	acordo	clientes	lista de espera	capacidade	acordo	clientes	lista de espera	capacidade	acordo	clientes	lista de espera	capacidade	acordo	clientes	lista de espera	sócios
Árvore	CCD Porto - Colónia de Férias da Praia d'Árvore	-	-	-	-	30	-	20	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Azurara	Venerável Ordem Terceira de S. Francisco - Empreendimento Social de Azurara	40	30	40	0	-	-	-	-	30	22	30	10	12	12	12	0	-
Fajozes	Associação de Solidariedade Social O Tecto	40	35	40	0	20	20	20	0	35	35	35	0	43	25	43	50	-
Guilhabreu	Centro Social Paroquial de Guilhabreu	-	-	-	-	35	-	30	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Junqueira	Centro Social Paroquial de Junqueira	30	15	17	6	-	-	-	-	30	15	20	5	10	8	10	8	-
Labruge	Centro Social Paroquial de Labruge	30	27	30	0	-	-	-	-	40	30	32	0	-	-	-	-	-
	a) Lar de Terceira Idade O Pinhal - Residência Sénior - entidade privada lucrativa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	42	-	42	-	-
Macieira da Maia	Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde - Centro Social em Macieira	20	15	20	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Malta e Canidelo	* SANCRIS - Associação de Solidariedade Social de Santa Cristina der Malta	-	-	-	-	30	*	20	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mindelo	Centro Social Paroquial de Mindelo	30	30	30	0	-	-	-	-	40	25	30	3	-	-	-	-	-
Retorta e Tougues	a) Pousada do Bem Fazer - entidade privada lucrativa	20	-	0	0	-	-	-	-	-	-	-	-	15	-	15	0	-
Touguinha e Touguinhó	Centro Social da Paróquia de Touguinha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	45	35	45	30	-
Vila Chã	Terramar - Associação de Solidariedade Social de Vila Chã	-	-	-	-	-	-	-	-	14	11	14	6	-	-	-	-	-
Vila do Conde	Associação de Proteção à Terceira Idade António Ferreira Vila Cova	40	40	40	2	-	-	-	-	36	30	36	2	-	-	-	-	-

Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde	Lar de Idosos	75	60	60	0	-	-	-	-	50	41	41	0	108	104	104	46	-
	Lar de Grandes Dependentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	65	53	53	74	-
Venerável Ordem Terceira de S. Francisco - Lar S. Domingos	Lar S. Domingos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	24	10	24	40	-
	Lar Santa Clara	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	7	7	-	-
Venerável Ordem Terceira de S. Francisco - Lar S. Domingos	Lar Sto. António	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	31	29	29	-	-
	Lar S. Francisco	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	60	60	60	-	-
Associação de Solidariedade Social O Tecto		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	482
a) Elos de Ternura - Apoio Domiciliário, Lda. - entidade privada lucrativa		30	-	10	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Vilar e Mosteiró	Associação de Solidariedade Social de Mosteiró	25	15	15	2	15	10	10	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total:		**380**	**267**	**3 02**	**10**	**130**	**30**	**100**	**0**	**275**	**209**	**238**	**26**	**462**	**343**	**444**	**248**	**482**

Rede de respostas do concelho

CENTRO DE CONVÍVIO

Resposta social, desenvolvida em equipamento, de apoio a atividades socio recreativas e culturais, organizadas e dinamizadas com participação ativa das pessoas idosas de uma comunidade.

ÁRVORE

Centro de Convívio do CCD do Porto – Colónia de Férias da Praia de Árvore

Suporte Jurídico: CCD dos Trabalhadores da Segurança Social do Porto

Entidade privada sem fins lucrativos - Instituição Privada de Solidariedade Social (IPSS)

MALTA E CANIDELO – União de Freguesias

Centro de Convívio da SANCRIS - Associação de Solidariedade Social de Santa Cristina de Malta

Suporte Jurídico: Associação de Solidariedade Social de Santa Cristina de Malta Entidade privada sem fins lucrativos - Instituição Privada de Solidariedade Social (IPSS)

FAJOZES

Centro de Convívio da Associação de Solidariedade Social "O Tecto"

Suporte Jurídico: Associação de Solidariedade Social "O Tecto

Entidade privada sem fins lucrativos - Instituição Privada de Solidariedade Social (IPSS)

GUILHABREU

Centro de Convívio do Centro Social Paroquial de Guilhabreu

Suporte Jurídico: Centro Social Paroquial de Guilhabreu

Entidade privada sem fins lucrativos - Instituição Privada de Solidariedade Social (IPSS)

VILAR E MOSTEIRÓ – União de Freguesias

Centro de Convívio da Associação de Solidariedade Social de Mosteiró

Suporte Jurídico: Associação de Solidariedade Social de Mosteiró

Entidade privada sem fins lucrativos - Instituição Privada de Solidariedade Social (IPSS)

CENTRO DE DIA

Resposta social, desenvolvida em equipamento, que presta um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção das pessoas idosas no seu meio sociofamiliar.

AZURARA

Centro de Dia da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco de Vila do Conde – Empreendimento Social em Azurara
Suporte Jurídico: Venerável Ordem Terceira de S. Francisco de Vila do Conde
Entidade privada sem fins lucrativos - Instituição Privada de Solidariedade Social (IPSS)

FAJOZES

Centro de Dia da Associação de Solidariedade Social "O Tecto"
Suporte Jurídico: Associação de Solidariedade Social "O Tecto Entidade privada sem fins lucrativos - Instituição Privada de Solidariedade Social (IPSS)

JUNQUEIRA

Centro de Dia do Centro Social e Paroquial da Junqueira
Suporte Jurídico: Centro Social e Paroquial da Junqueira
Entidade privada sem fins lucrativos - Instituição Privada de Solidariedade Social (IPSS)

LABRUGE

Centro de Dia do Centro Social e Paroquial de Labruge
Suporte Jurídico: Centro Social e Paroquial de Labruge
Entidade privada sem fins lucrativos - Instituição Privada de Solidariedade Social (IPSS)

MINDELO

Centro de Dia do Centro Social Paroquial de Mindelo
Suporte Jurídico: Centro Social Paroquial de Mindelo
Entidade privada sem fins lucrativos - Instituição Privada de Solidariedade Social (IPSS)

VILA CHÃ

Centro de Dia da Terramar - Associação de Solidariedade Social de Vila Chã
Suporte Jurídico: Terramar - Associação de Solidariedade Social de Vila Chã
Entidade privada sem fins lucrativos - Instituição Privada de Solidariedade Social (IPSS)

VILA DO CONDE

Centro de Dia da Associação de Proteção à Terceira Idade "A.F. Vila Cova"
Suporte Jurídico: Associação de Proteção à Terceira Idade "A.F. Vila Cova"
Entidade privada sem fins lucrativos - Instituição Privada de Solidariedade Social (IPSS)

Centro de Dia da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde
Suporte Jurídico: Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde
Entidade privada sem fins lucrativos - Instituição Privada de Solidariedade Social (IPSS)

SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO - SAD

Resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio, a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das necessidades básicas e/ou as atividades de vida diária.

AZURARA

Apoio Domiciliário da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco de Vila do Conde – Empreendimento Social em Azurara

Suporte Jurídico: Venerável Ordem Terceira de S. Francisco de Vila do Conde

Entidade privada sem fins lucrativos - Instituição Privada de Solidariedade Social (IPSS)

FAJOZES

Apoio Domiciliário da Associação de Solidariedade Social "O Tecto"

Suporte Jurídico: Associação de Solidariedade Social "O Tecto"

Entidade privada sem fins lucrativos - Instituição Privada de Solidariedade Social (IPSS)

JUNQUEIRA

Apoio Domiciliário do Centro Social e Paroquial da Junqueira

Suporte Jurídico: Centro Social e Paroquial da Junqueira

Entidade privada sem fins lucrativos - Instituição Privada de Solidariedade Social (IPSS)

LABRUGE

Apoio Domiciliário do Centro Social e Paroquial de Labruge

Suporte Jurídico: Centro Social e Paroquial de Labruge

Entidade privada sem fins lucrativos - Instituição Privada de Solidariedade Social (IPSS)

MACIEIRA DA MAIA

Apoio Domiciliário do Centro Social para Crianças e Idosos em Macieira

Suporte Jurídico: Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde

Entidade privada sem fins lucrativos - Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde

MINDELO

Apoio Domiciliário do Centro Social Paroquial de Mindelo

Suporte Jurídico: Centro Social Paroquial de Mindelo

Entidade privada sem fins lucrativos - Instituição Privada de Solidariedade Social (IPSS)

VILAR E MOSTEIRÓ – União de Freguesias

Apoio Domiciliário da Associação de Solidariedade Social de Mosteiró

Suporte Jurídico: Associação de Solidariedade Social de Mosteiró

Entidade privada sem fins lucrativos - Instituição Privada de Solidariedade Social (IPSS)

VILA DO CONDE

Apoio Domiciliário da Associação de Proteção à Terceira Idade "A.F. Vila Cova"

Suporte Jurídico: Associação de Proteção à Terceira Idade "A.F. Vila Cova" Entidade privada sem fins lucrativos - Instituição Privada de Solidariedade Social (IPSS)

Apoio Domiciliário da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde
Suporte Jurídico: Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde
Entidade privada sem fins lucrativos - Instituição Privada Solidariedade Social (IPSS)

Apoio Domiciliário Elos de Ternura – Apoio Domiciliário, Lda.
Suporte Jurídico: Elos de Ternura – Apoio Domiciliário, Lda.
Entidade privada com fins lucrativos

ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA IDOSOS

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, para pessoas idosas ou outras em situação de maior risco de perda de independência e/ou de autonomia.

AZURARA

Lar de S. João - Venerável Ordem Terceira de S. Francisco de Vila do Conde
Suporte Jurídico: Venerável Ordem Terceira de S. Francisco de Vila do Conde Entidade privada sem fins lucrativos - Instituição Privada Solidariedade Social (IPSS)

FAJOZES

Lar de Idosos da Associação de Solidariedade Social "O Tecto"
Suporte Jurídico: Associação de Solidariedade Social "O Tecto"
Entidade privada sem fins lucrativos - Instituição Privada de Solidariedade Social (IPSS)

LABRUGE

Lar de 3.ª Idade "O Pinhal"
Suporte Jurídico: Lar de 3.ª Idade O Pinhal, Lda.
Entidade privada com fins lucrativos

TOUGUINHA E TOUGUINHÓ - União de Freguesias

Lar de Idosos do Centro Social da Paróquia de Touguinha
Suporte Jurídico: Centro Social da Paróquia de Touguinha
Entidade privada sem fins lucrativos - Instituição Privada de Solidariedade Social (IPSS)

VILA DO CONDE

Lar de Idosos da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde
Suporte Jurídico: Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde
Entidade privada sem fins lucrativos - Instituição Privada de Solidariedade Social (IPSS)

Lar de Santa Clara - Venerável Ordem Terceira de S. Francisco de Vila do Conde
Suporte Jurídico: Venerável Ordem Terceira de S. Francisco de Vila do Conde
Entidade privada sem fins lucrativos - Instituição Privada de Solidariedade Social (IPSS)

Lar de Santo António - Venerável Ordem Terceira de S. Francisco de Vila do Conde
Suporte Jurídico: Venerável Ordem Terceira de S. Francisco de Vila do Conde
Entidade privada sem fins lucrativos - Instituição Privada de Solidariedade Social (IPSS)

Lar de S. Domingos - Venerável Ordem Terceira de S. Francisco de Vila do Conde
Suporte Jurídico: Venerável Ordem Terceira de S. Francisco de Vila do Conde
Entidade privada sem fins lucrativos - Instituição Privada de Solidariedade Social (IPSS)

Lar de S. Francisco - Venerável Ordem Terceira de S. Francisco de Vila do Conde
Suporte Jurídico: Venerável Ordem Terceira de S. Francisco de Vila do Conde Entidade privada sem fins lucrativos - Instituição Privada de Solidariedade Social (IPSS)

CLUBE SÉNIOR DE VILA DO CONDE

Resposta social, destinada a dinamizar os tempos livres de pessoas com mais de 50 anos, tendo em vista proporcionar momentos de lazer e convívio, oportunidades de aprendizagem, nos mais diversos domínios.

VILA DO CONDE

Clube Sénior de Vila do Conde
Suporte Jurídico: Associação de Solidariedade Social "O Tecto"
Entidade privada sem fins lucrativos - Instituição Privada de Solidariedade Social (IPSS)

A rede de respostas concelhias assegura a resposta às necessidades sociais identificadas no concelho. No entanto, existem problemáticas associadas que ainda estão a descoberto ou necessitam de intervenção mais aprofundada:

Isolamento dos idosos – Persistem situações de idosos isolados em que a rede de respostas não cobre integralmente. O levantamento no terreno efetuado pelas IPSS's, pelas forças de segurança e pelas instituições com intervenção social em geral, tem vindo a permitir identificar muitas destas situações. Será necessário centralizar e partilhar o registo das situações de isolamento de modo a que se possa, com maior eficácia, a elas responder.

O isolamento noturno é especialmente relevante como problema para muitos destes idosos que por diversas razões, desde a situação de doença em que se encontram ou um contexto familiar adverso, sentem-se especialmente fragilizados e sem apoio em tempo útil em caso de necessidade.

Demências (doenças neuro degenerativas em geral) – Esta é uma problemática cada vez mais presente no espaço das respostas institucionais e nos domicílios, colocando especiais constrangimentos à capacidade técnica das estruturas instaladas. A complexidade da intervenção nestas situações de demência tem exigências na preparação técnica das respostas para seniores para as quais o concelho necessita de reorientar os seus recursos. A institucionalização destes pacientes não é isenta de riscos nas estruturas atuais pelo que não é fácil garantir vagas para estes casos no concelho.

Envelhecimento ativo – a preparação do envelhecimento é uma das temáticas prioritárias na abordagem às questões dos seniores no concelho. Ao incentivo às ações que já são implementadas no concelho, deverão acrescer novas abordagens às questões da atividade física, da intergeracionalidade, de um estilo de vida saudável, da vigilância e do despiste precoce de problemas de saúde. Em termos gerais será necessário reforçar o envolvimento social dos seniores idosos, garantir condições suplementares de bem-estar nas instituições e no seu meio natural de vida.

Resistência à institucionalização – Nalguns meios sociais e familiares onde os idosos e seniores se integram, persistem atitudes de resistência à institucionalização sobretudo motivadas pelo desconhecimento do papel desempenhado e da qualidade das respostas sociais para este grupo etário. Para muitos seniores e idosos esta situação pode ter consequências penalizadoras pelo facto de ficarem impossibilitados de uma resposta adequada à sua situação de vulnerabilidade.

Fim-de-semana a descoberto – O SAD não responde integralmente aos seus utentes no fim-de-semana, deixando a descoberto situações em que, devido à reduzida autonomia destes idosos, problemas de saúde, carência material ou isolamento, se encontram em situação de especial vulnerabilidade.

Quadro 1 – Medidas de intervenção propostas no diagnóstico

Medidas de intervenção propostas no diagnóstico
▪ Ir ao encontro dos seniores e idosos no seu meio natural de vida ▪ Formação das equipas técnicas e especialização das respostas nas questões da demência e das doenças neuro degenerativas – (especialização das instituições nos pacientes "jovens" com doenças neuro degenerativas) ▪ Sinalização e intervenção com vigilância aos idosos isolados, sobretudo no período noturno ▪ Envelhecimento ativo com atividades de bem-estar e qualidade de vida para a preparação do envelhecimento ▪ Resposta SAD ao fim-de-semana em todo o concelho e durante todo o dia – 7 dias por semana e 24h dia ▪ Coordenação dos serviços e partilha e informação e conhecimento entre as instituições com intervenção nos seniores e idosos

Respostas sociais - Necessidades identificadas

As novas problemáticas sociais, especificamente na área dos seniores e idosos, implicam uma especialização das respostas existentes e do surgimento de novas repostas sociais que permitam responder e forma adequada a estes novos desafios:

Quadro 2 – Respostas sociais a implementar no concelho

Respostas sociais a implementar no concelho
▪ Cobertura integral do concelho com a resposta SAD ▪ Serviço de consultas de psicogeriatria ▪ Equipa de cuidados paliativos (incluindo doenças crónicas) ▪ Resposta para descanso do cuidador ▪ Apoio à "formação" dos cuidadores ▪ Rede de acessibilidade para os idosos (transporte e acesso facilitado) ▪ Promoção da saúde no meio doméstico e família (reabilitação habitacional, estimulação e reabilitação no domicílio, acessibilidade no espaço doméstico) ▪ Proteção dos direitos dos idosos ▪ Bolsa institucional de cuidadores formais e informais

2.3. População com Deficiência

Taxa de cobertura

O concelho está coberto com todas tipologias de resposta na área da deficiência (tabela 3). Pelo facto destas respostas se direcionarem a um público específico verificamos que a sua distribuição geográfica atinge a cobertura e acessibilidade dos utentes em todo o território concelhio. Verificamos a existência de listas de espera significativas na resposta CAO (65 pessoas) e na resposta Lar Residencial (82 pessoas). Verificamos também que na resposta SAD (Deficiência) não existe lista de espera.

Como fator distintivo no concelho verificamos que a rede de respostas de primeira linha é complementada com respostas de orientação e apoio às famílias e pessoas com deficiência, orientadas para a comunidade e apoiadas por recursos técnicos especializados. Estes projetos, DAP (Deficiência Abordagem Pluridisciplinar) e o projeto NAACE (Núcleo de Atendimento e Acessibilidade) complementam, a rede primária de respostas sociais, acrescentando mais valias técnicas sociais e humanas que otimizam a qualidade e bem-estar das famílias e pessoas portadoras de deficiência.

NÚCLEO DE ATENDIMENTO E ACESSIBILIDADE – NAACE

Serviço de resposta autárquica prestado aos níveis de informação, atendimento, orientação e acompanhamento das pessoas com deficiência e suas famílias, de acordo com as suas necessidades de integração social, educativa, profissional e ocupacional; articulação com os serviços públicos e privados no sentido de se obter uma maior eficácia na resposta adequada às suas necessidades; orientação e apoio técnico na resolução de problemas de acessibilidade e adaptação de espaços em residências particulares:

VILA DO CONDE

Núcleo de Atendimento e Acessibilidade

Câmara Municipal de Vila do Conde – Divisão de Acão Social

Suporte Jurídico: Câmara Municipal de Vila do Conde

Entidade pública

PROJETO D.A.P. DE VILA DO CONDE (Deficiência, Abordagem Plurinstitucional)

O Projeto DAP (Deficiência, Abordagem Plurinstitucional) tem como objetivo a abordagem da deficiência no Concelho, em termos de prevenção e integração. Este Projeto é desenvolvido por uma equipa multidisciplinar, proveniente de vários serviços locais e distritais e instituições privadas não lucrativas com competências afins na problemática da deficiência: - Agrupamento de Centros de Saúde Póvoa de Varzim/Vila do Conde (Unidade de Cuidados na Comunidade e Unidade de Saúde Pública); - Agrupamentos Escolares; - Câmara Municipal de Vila do Conde (Divisão de Habitação e Ação Social); - Centro Distrital de Segurança Social do Porto (Serviço Local de Ação Social); - Centro de Emprego Póvoa de Varzim/Vila do Conde; - Centro Hospitalar Póvoa de Varzim/Vila do Conde (Serviço de Pediatria); - Hospital de Magalhães Lemos (Serviço de Psiquiatria); MADI de Vila do Conde; - Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde (Centro de Apoio e Reabilitação para Pessoas com Deficiência e Centro de Reabilitação Prof. Dr. Jorge Azevedo Maia)

VILA DO CONDE

Projeto DAP de Vila do Conde (Deficiência, Abordagem Plurinstitucional)

Câmara Municipal de Vila do Conde – Divisão de Habitação e Ação Social (coordenação e secretariado)

Tabela 4 – Instituições e respostas na área da deficiência
Fonte: Dados recolhidos nas instituições - agosto 2015

Freguesia	Instituição	Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)				Centro de Atividades Ocupacionais (CAO)				Lar Residencial			
		Capacidade	Acordo	Clientes	Lista Espera	Capacidade	Acordo	Clientes	Lista Espera	Capacidade	Acordo	Clientes	Lista Espera
Azurara	Madi de Vila do Conde - Pólo de Azurara					55	55	56	32	14	14	14	34
Bagunte, Ferreiró, Outeiro Maior e Parada	Madi de Vila do Conde - Pólo de Ferreiró					30	25	25		24	20	20	
Fajozes	Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde - Centro Prof. Dr. Jorge Azevedo Maia					30	27	28	3	24	21	22	16
Touguinha e Touguinhó	Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde - Centro de Reabilitação de Pessoas com Deficiência em Touguinha	30	20	21	0	120	115	116	8	97	97	97	42
TOTAL		**30**	**20**	**21**	**0**	**235**	**222**	**225**	**43**	**159**	**152**	**153**	**92**

Rede de respostas no concelho

CENTRO DE ACTIVIDADES OCUPACIONAIS - CAO

Resposta social, desenvolvida em equipamento destinada a desenvolver atividades para jovens a partir dos 16 anos e adultos com deficiência grave, com o objetivo de estimular e facilitar o desenvolvimento das suas capacidades; promover estratégias de reforço de autoestima, autonomia pessoal e social; incrementar o encaminhamento, sempre que possível, para programas adequados de integração socioprofissional.

AZURARA

CAO do MADI de Vila do Conde - Movimento de Apoio ao Diminuído Intelectual

Suporte Jurídico: Movimento de Apoio ao Diminuído intelectual de Vila do Conde

Entidade privada sem fins lucrativos - Instituição Privada de Solidariedade Social (IPSS)

BAGUNTE, FERREIRÓ, OUTEIRO MAIOR E PARADA – União e Freguesias

CAO do MADI de Vila do Conde – Pólo de Ferreiró

Suporte Jurídico: Movimento de Apoio ao Diminuído intelectual de Vila do Conde

Entidade privada sem fins lucrativos - Instituição Privada de Solidariedade Social (IPSS)

FAJOZES

CAO do Centro de Reabilitação Prof. Dr. Jorge Azevedo Maia

Suporte Jurídico: Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde

Entidade privada sem fins lucrativos - Instituição Privada de Solidariedade Social (IPSS)

TOUGUINHA E TOUGUINHÓ – União de Freguesias

CAO do Centro de Apoio e Reabilitação de Pessoas com Deficiência - CARPD

Suporte Jurídico: Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde

Entidade privada sem fins lucrativos - Instituição Privada de Solidariedade Social (IPSS)

SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO - SAD

Resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio, a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das necessidades básicas e/ou as atividades de vida diária.

TOUGUINHA E TOUGUINHÓ – União de Freguesias

Apoio Domiciliário do Centro de Apoio e Reabilitação de Pessoas com Deficiência - CARPD

Suporte Jurídico: Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde

Entidade privada sem fins lucrativos - Instituição Privada de Solidariedade Social (IPSS)

LAR RESIDENCIAL

Resposta social, desenvolvida em equipamento destinada a alojar jovens e adultos com deficiência, que se encontrem impedidos temporária ou definitivamente de residir no seu meio familiar.

AZURARA

Lar Residencial do MADI de Vila do Conde - Movimento de Apoio ao Diminuído Intelectual

Suporte Jurídico: Movimento de Apoio ao Diminuído intelectual de Vila do Conde

Entidade privada sem fins lucrativos - Instituição Privada de Solidariedade Social (IPSS)

BAGUNTE, FERREIRÓ, OUTEIRO MAIOR E PARADA – União e Freguesias

Lar Residencial do MADI de Vila do Conde – Pólo de Ferreiró

Suporte Jurídico: Movimento de Apoio ao Diminuído intelectual de Vila do Conde

Entidade privada sem fins lucrativos - Instituição Privada de Solidariedade Social (IPSS)

FAJOZES

Lar Residencial do Centro de Reabilitação Prof. Dr. Jorge Azevedo Maia

Suporte Jurídico: Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde

Entidade privada sem fins lucrativos - Instituição Privada de Solidariedade Social (IPSS)

TOUGUINHA E TOUGUINHÓ – União de Freguesias

Lar Residencial do Centro de Apoio e Reabilitação de Pessoas com Deficiência - CARPD

Suporte Jurídico: Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde

Entidade privada sem fins lucrativos - Instituição Privada de Solidariedade Social (IPSS)

Medidas de intervenção propostas no diagnóstico

A cobertura que o concelho detém nesta temática cria a oportunidade de intervenção em áreas complementares da intervenção nomeadamente na empregabilidade das pessoas portadoras de algum grau de deficiência. A inserção ativa e plena na comunidade passa pela criação de mecanismos de inclusão e inserção sócio económica que compatibilizem as características destes jovens e adultos com os requisitos e exigências do mercado real. A empregabilidade destas pessoas com os ganhos de auto estima, sentido de realização, experiência de utilidade social e autonomia são fundamentais para a sua inclusão social.

Os projetos e respostas atípicas a criar neste domínio da empregabilidade deverão recuperar boas práticas e conceitos testados de emprego protegido e apoiado, das empresas de inserção entre outras mas agora numa ligação efetiva e contratualizada com o tecido empresarial que deverá constituir-se como parceiro fundamental destas novas tipologias de ação.

Respostas sociais – necessidades identificadas

- Alargamento da rede de respostas CAO (Centro de Atividades Ocupacionais).
- Alargamento da rede de Lar Residencial para a deficiência.
- Projetos de criação de oportunidades de empregabilidade para pessoas portadoras de graus diferenciados de deficiência.

2.4. Família e Comunidade

Cobertura de respostas e equipamentos

O concelho apresenta uma cobertura de respostas e serviços orientados para as necessidades e situações de carência e privação da família e da comunidade. A resposta concelhia está essencialmente orientada situações de carência e privação de recursos básicos, nomeadamente na alimentação e cuidados básicos. Com a cobertura adequada atingida o desafio estará agora na articulação e rentabilização dos recursos.

O acentuar da crise social e económica no país gerou novas formas de pobreza que ainda é de difícil identificação e sinalização. Estratos sociais que tinham uma situação estabilizada caíram repentinamente na carência material absoluta e ainda não manifestam aos serviços e à rede de emergência social a sua nova situação.

O alargamento e consolidação da cobertura e diversificação da rede de respostas e serviços de emergência social poderá descentralizar-se e criar uma rede formal institucional que envolva as freguesias.

Rede de respostas do concelho

ALOJAMENTO DE EMERGÊNCIA SOCIAL

Resposta social desenvolvida em equipamento, destinada a acolhimento por um período de dias limitado, de pessoas adultas em situação de carência e risco social, tendo em vista o encaminhamento para a resposta mais adequada. A admissão no Centro de Alojamento de Emergência Social realiza-se através do Serviço Distrital da Segurança Social.

VILA DO CONDE

Alojamento de Emergência Social Casa das Rosas

Suporte Jurídico: Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde

Entidade privada sem fins lucrativos - Instituição Privada de Solidariedade Social (IPSS)

AJUDA ALIMENTAR – PROJETO PARTILHAR

Resposta social desenvolvida através de um serviço, que proporciona a distribuição de géneros alimentícios, por parte de associações ou entidades sem fins lucrativos, contribuindo para a resolução de situações de carência alimentar de pessoas e famílias. Instituições que maioritariamente, articulam com o Banco Alimentar Contra a Fome do Porto e usufruem do seu apoio. Este projeto caracteriza-se por apoio em cabazes alimentares a famílias em situação de precaridade, assegurados por algumas IPSS's, Conferências Vicentinas e Associação Portuguesa de Paramiloidose. O Projeto Partilhar tem por objetivo articular procedimentos, rentabilizar recursos e eliminar sobreposições de respostas de forma a cobrir todo o Concelho. É um processo com avaliação semestral e em progressivo aperfeiçoamento. Importa referir que a sinalização das famílias no âmbito deste projeto é efetuada pelos técnicos dos serviços de intervenção social do concelho e resulta de um trabalho de avaliação e acompanhamento, complementar às diversificadas necessidades que apresentem.

AVELEDA

Conferência Vicentina Santa Eulália de Aveleda

BAGUNTE, FERREIRÓ, OUTEIRO MAIOR E PARADA – União de Freguesias

Conferência Vicentina Santa Maria de Bagunte

FAJOZES

Associação de Solidariedade Social "O Tecto"

Suporte Jurídico: Associação de Solidariedade Social "O Tecto"

Entidade privada sem fins lucrativos - Instituição Privada de Social (IPSS)

Conferência Vicentina São Pedro de Fajozes

FORNELO E VAIRÃO – União de Freguesias

Conferência Vicentina São Martinho de Fornelo

Conferência Vicentina São Bento de Vairão

GUILHABREU

Conferência Vicentina São Martinho de Guilhabreu

JUNQUEIRA
Conferência Vicentina São Simão da Junqueira

MACIEIRA DA MAIA
Conferência Vicentina São Salvador de Macieira da Maia

MALTA E CANIDELO – União de Freguesias
Conferência Vicentina Santa Cristina de Malta

MINDELO
Conferência Vicentina São João Evangelista de Mindelo

MODIVAS
Conferência Vicentina São Roque de Modivas

VILA CHÃ
Conferência Vicentina São Mamede de Vila Chã

VILA DO CONDE
Associação Nacional de Paramiloidose

Conferência Vicentina Nossa Senhora de Fátima – Infantário D. Victória

Conferência Vicentina São João Baptista de Vila do Conde

Instituto de S. José
Suporte Jurídico: Instituto de S. José
Entidade privada sem fins lucrativos - Instituição Privada de Solidariedade Social (IPSS)

Núcleo Sócio Caritativo das Caxinas e Conferência Vicentina Nosso Senhor dos Navegantes

Santa Casa da Misericórdia de Azurara – Jardim Escola
Suporte Jurídico: Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Azurara
Entidade privada sem fins lucrativos - Instituição Privada de Solidariedade Social (IPSS)

Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde
Suporte Jurídico: Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde
Entidade privada sem fins lucrativos - Instituição Privada de Solidariedade Social (IPSS)

VILAR E MOSTEIRÓ – União de Freguesias
Conferência Vicentina Nossa Senhora do Ó de Vilar

VILAR DO PINHEIRO
Conferência Vicentina Santa Marinha de Vilar do Pinheiro

CANTINA SOCIAL

- **Projeto Emergência Alimentar (Cantina Social)**
  Resposta social, desenvolvida através de um serviço, que proporciona refeições a pessoas economicamente desfavorecidas, contribuindo para a resolução de situações de carência alimentar de pessoas e famílias, assegurado pela Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde.

  Nos últimos 3 anos foram apoiadas as seguintes famílias e atribuídos os seguintes cabazes:

  Ano 2014 – 128 famílias apoiadas e 85.635 refeições asseguradas;

  Ano 2013 – 125 famílias apoiadas e 72.912 refeições asseguradas;

  Ano 2012 – 73 famílias apoiadas e 40.176 refeições asseguradas.

VILA DO CONDE

Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde

Suporte Jurídico: Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde

Entidade privada sem fins lucrativos - Instituição Privada de Solidariedade Social (IPSS)

EMPRÉSTIMO DE PRODUTOS DE APOIO – AJUDAS TÉCNICAS

Serviço que apoia pessoas residentes no Concelho, que necessitam temporariamente de equipamento de apoio, camas articuladas e cadeiras de rodas, necessárias à sua recuperação e reabilitação.

VILA DO CONDE

Rotary Club de Vila do Conde

Suporte Jurídico: Entidade privada sem fins lucrativos

Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde

Suporte Jurídico: Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde

Entidade privada sem fins lucrativos - Instituição Privada de Solidariedade Social (IPSS)

PROJETOS DE AJUDA EM EMERGÊNCIA SOCIAL

- **Subsídios a Pessoas ou Famílias em Situação de Emergência Social**
  Subsídio pecuniário pontual e temporário destinado a pessoas e/ou famílias, residentes no Concelho e em situação de gravidade excecional resultante da insuficiência económica inesperada e/ou fatores de risco social e de saúde no seio do agregado familiar, assegurado pelo Município e para o qual as entidades competentes, nas respetivas áreas de atuação, não possam dar resposta em tempo útil.

  Nos últimos 3 anos foram apoiadas as seguintes situações:

  Ano 2015 – 78 apoios, num total de 20.876,99€ (até julho);

  Ano 2014 – 132 apoios, num total de 31.361,85€;

  Ano 2013 – 52 apoios, num total de 12.062,00€.

Em 2014 das 132 famílias apoiadas, asseguraram-se 256 apoios

Tipo de apoios							
Habitação	**Água**	**Luz**	**Gás**	**Saúde**	**Educação**	**Outros**	**Total de apoios**
54	62	66	30	26	6	12	256
21,1%	24,2%	25,8%	11,7%	10,2%	2,3%	4,7%	100%

Medidas de intervenção propostas no diagnóstico

Reforço da estrutura de sinalização de proximidade às situações de grave carência material nos "novos pobres". Acionar mecanismos de proximidade com as juntas de freguesia e as conferências para a sinalização destas situações.

Respostas sociais – Necessidades identificadas

- Criação de espaço(s) de suporte e apoio às famílias (formativo e centro de recursos) que reforcem as competências sociais, pessoais e parentais, que permitam o acesso a iniciativas comunitárias, que estimulem a ligação entre a família e a escola.
- Definição de uma estratégia concelhia de emergência e resposta à crise social, agregando as iniciativas no terreno e que permita a partilha de informação e a gestão eficiente dos recursos.
- Criação de uma Banco de Recursos Solidários em articulação com Loja Social e outros projetos no terreno
- Criação de uma plataforma de gestão participada e em rede do Banco de ajudas técnicas que permita o histórico da utilização e cedência dos equipamentos de apoio utilizados no seu âmbito.

2.5. Projetos Sociais Concelhios

Breve caracterização dos projetos

Vila do Conde é um concelho pioneiro em projetos solidários como os "Sorrisos Bonitos" ou o projeto "Ótica Solidária", em que recursos privados são canalizados para situações de carência extrema na saúde oral e ocular que para as pessoas em situações de exclusão são muito relevantes. A participação das entidades privadas é determinante para o sucesso desta iniciativa.

Estes projetos demonstram a importância da articulação entre setor público e privado em iniciativas de âmbito social e enquadradas na rede concelhia. Na situação , em que nos encontramos, de redução dos recursos públicos para responder a estas situações de carência, o recurso temporário e de substituição transitória por parte dos privados permite resolver situações de emergência e grande urgência que não se compadecem, para os cidadãos em necessidade, com os prazos alargados na redefinição de políticas de apoio social.

Para além da emergência alimentar já referida no ponto anterior do diagnóstico, é de salientar a existência de apoios focalizados para as crianças e jovens que lhes permitem ultrapassar constrangimentos ao sucesso escolar, manifestando assim uma priorização estratégica dos apoios a conceder no concelho.

PROJETO PARTILHAR

Resposta social desenvolvida através de um serviço, que proporciona a distribuição de géneros alimentícios, por parte de associações ou entidades sem fins lucrativos, contribuindo para a resolução de situações de carência alimentar de pessoas e famílias. Instituições que maioritariamente, articulam com o Banco Alimentar Contra a Fome do Porto e usufruem do seu apoio. Este projeto caracteriza-se por apoio em cabazes alimentares a famílias em situação de precaridade, assegurados por algumas IPSS's, Conferências Vicentinas e Associação Portuguesa de Paramiloidose. O Projeto Partilhar tem por objetivo articular procedimentos, rentabilizar recursos e eliminar sobreposições de respostas de forma a cobrir todo o Concelho. É um processo com avaliação semestral e em progressivo aperfeiçoamento. Importa referir que a sinalização das famílias no âmbito deste projeto é efetuada pelos técnicos dos serviços de intervenção social do concelho e resulta de um trabalho de avaliação e acompanhamento, complementar às diversificadas necessidades que apresentem.

Este Projeto tem abrangência concelhia estando definidas as áreas de cobertura relativamente a cada instituição.

Nos últimos 2 anos foram apoiadas as seguintes famílias e atribuídos os seguintes cabazes alimentares:

Ano 2014 – 247 famílias apoiadas a que corresponderam 1.065 cabazes alimentares entregues;

Ano 2013 – 203 famílias apoiadas a que corresponderam 749 cabazes.

PROJETO SORRISOS BONITOS

Este projeto pretende assegurar gratuitamente tratamentos dentários a pessoas em situação de carência económica, contando com a participação de empresas cooperantes e que se assumem como socialmente responsáveis. Este projeto resulta de um protocolo estabelecido entre a Câmara Municipal de Vila do Conde e Clínicas Dentárias do Concelho cooperantes, sendo presentemente onze clínicas aderentes.

Com início em setembro de 2013, foram já atendidas 120 pessoas e efetuados 1.040 tratamentos/consultas.

PROJETO ÓTICA SOLIDÁRIA

Este projeto pretende assegurar gratuitamente óculos graduados a pessoas em situação de carência económica, contando com a participação de empresas cooperantes e que se assumem como socialmente responsáveis. Este projeto provém de um protocolo estabelecido entre a Câmara Municipal de Vila do Conde com a Shamir Portugal, Lda. e o Grupótico – Óticas e Investimentos, S. A. (empresas de lentes e de material ótico, respetivamente).

Nos últimos 3 anos foram abertos os seguintes processos:

Ano 2015 – 54 famílias apoiadas processos (até julho);

Ano 2014 – 105 famílias apoiadas;

Ano 2013 – 89 famílias apoiadas.

Medidas de intervenção propostas no diagnóstico

Aberto que está no concelho o caminho para o envolvimento das empresas privadas em situações específicas de intervenção social, seria vantajoso e inovador consolidar esta relação e constituir um mecanismo formal de integração dos mecenas e doadores privados na resposta aos problemas sociais identificados.

Respostas sociais – necessidades identificadas

- Constituição de um Fundo de Apoio Social constituído pelos privados com gestão partilhada na rede social através da autarquia que garantisse apoios a projetos previamente selecionados e creditados pelas instituições concelhias.

3. Caracterização da rede de serviços

3.1. Rede Educativa

Análise da escolarização

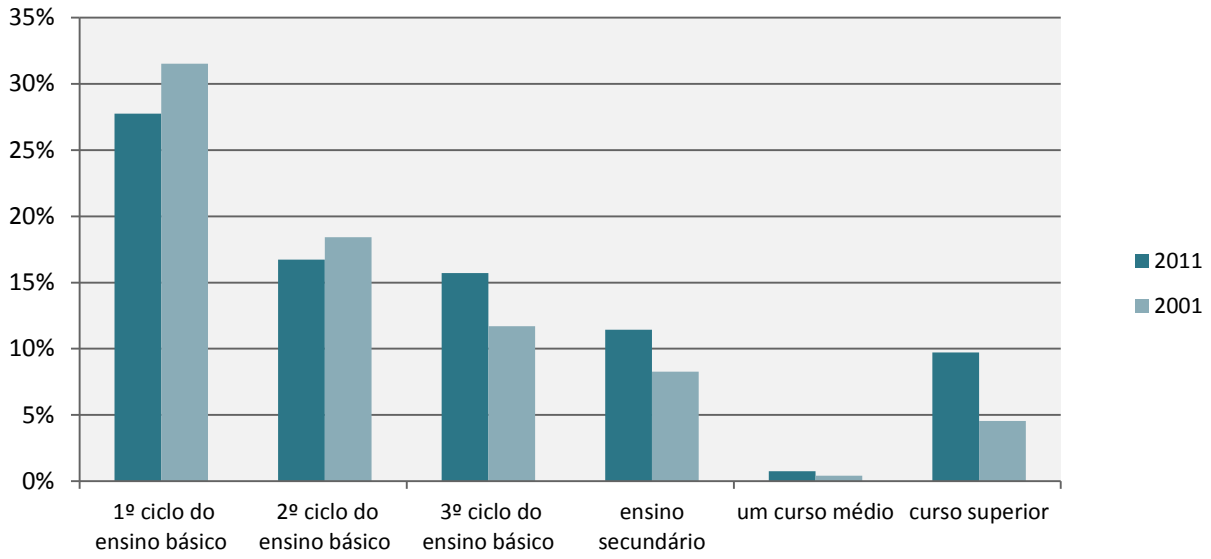
A evolução positiva dos níveis de escolaridade verificada desde 2001 até 2011 (gráfico 1) é indicativa da transformação efetuada no tecido socioeconómico do concelho. O aumento da escolarização é indicador dessa sofisticação social entretanto operada.

Verificamos a forte descida do peso relativo do 1º e 2º ciclo EB de escolaridade. Em contraponto sobem todos os outros níveis de escolaridade o que significando a aumento do nível médio de escolaridade.

O crescimento mais significativo regista-se no ensino superior e do 3º ciclo do EB, acompanhado do crescimento no ensino secundário.

Apesar deste progresso o concelho é, ainda, marcado pelos baixos níveis e escolaridade.

Gráfico 1 – Variação da População Residente segundo o Nível de Escolaridade mais Elevado Completo (2001/2011)
Fonte: INE - Censos 2011 e 2011 | (In PEM Vila do Conde)



A análise da posição relativa do concelho no grande porto e no país (gráfico 2), permite concluir que o concelho apresenta desvantagens comparativas com o grande porto e o país sobretudo no ensino superior e no ensino secundário.

O nível de escolarização é uma problemática prioritária do concelho e como tal tem sido assumida. A intervenção social a definir deverá complementar e reforçar a rede educativa municipal com projetos de intervenção social complementares e de reforço à intervenção existente. O grupo alvo prioritário deverá constituir-se nos grupos com vulnerabilidades sociais que condicionam o seu sucesso escolar, diferenciando as oportunidades para as necessidades específicas.

Gráfico 2 – População Residente segundo Nível de Escolaridade mais Elevado Completo - 2011

Fonte: INE - Censos 2011 | (In PEM Vila do Conde)

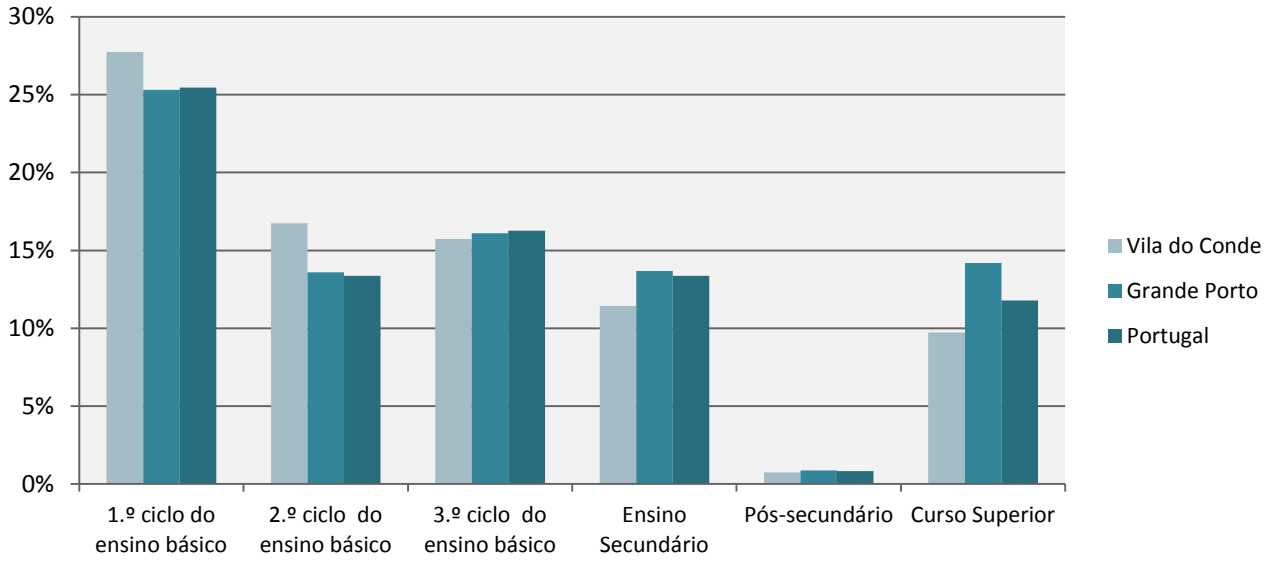


Tabela 1 – Taxa de retenção e desistência no ensino básico - 2011/2012

Fonte: Título Anuário Estatístico da Região Norte 2012
Editor Instituto Nacional de Estatística, I.P. Lisboa, 2013
Indicadores de educação por município, 2011/2012

	Total	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo
Portugal	9,9	4,8	11,2	15,6
Continente	9,6	4,5	11,0	15,2
Norte	8,4	3,9	9,	13,2
Grande Porto	9,0	3,8	10,3	14,4
Vila do Conde	7,8	3,5	9,1	13,1

Tabela 2 – Taxa de transição e conclusão no ensino secundário - 2011/2012

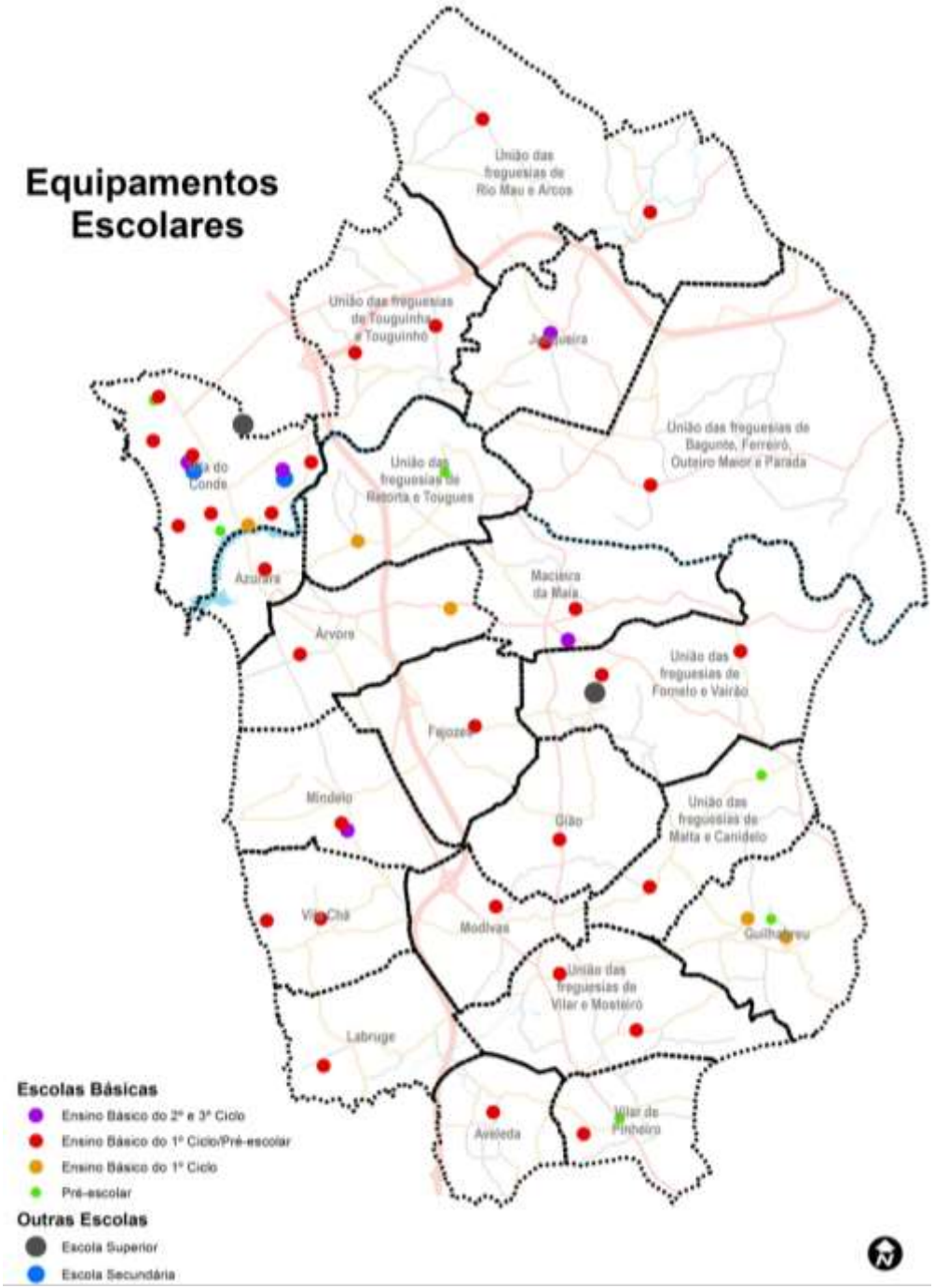
	Total	Cursos gerais científico-humanísticos	Cursos vocacionais
Portugal	79,9	77,8	83,1
Continente	80,0	78,1	83,7
Norte	83,0	80,6	85,5
Grande Porto	81,3	80,4	83,9
Vila do Conde	85,2	81,3	91,0

O concelho de Vila do Conde dispõe de recursos estratégicos para uma intervenção socialmente inclusiva nos grupos prioritários dos jovens e adultos.

A rede escolar de excelência e a dinâmica institucional no setor solidário, tal como no privado sobretudo na oferta formativa e educativa, são os fatores críticos que podem desencadear a inovação na abordagem às questões da empregabilidade prioritárias no concelho.

Serviços e equipamentos da área da educação

Cartograma 1 – Localização dos equipamentos da rede educativa
Fonte: CMVC



Caracterização da Rede Educativa do concelho

1. **AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS**
2. **ESCOLA SECUNDÁRIA**
3. **ESCOLAS PROFISSIONAIS**
4. **ESCOLAS SUPERIORES**

1. Caracterização dos AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS

Estabelecimentos de educação e ensino básico, abrangendo a educação pré-escolar e os níveis de escolaridades de 1º, 2º, 3º ciclo e secundário. Podem ser da Rede Pública (dependência direta da administração central, das regiões autónomas e das autarquias) ou da rede privada (gestão de entidade privada com tutela pedagógica do Ministério da Educação).

Todas as escolas de 1º ciclo da Rede Pública funcionam em regime normal, estando assegurado serviço de refeições a todos os alunos, bem como atividades de enriquecimento curricular nas seguintes áreas: expressão plástica, educação física, inglês, música e ambiente e cidadania.

1.1. AGRUPAMENTO DE ESCOLAS D. AFONSO SANCHES

VILA DO CONDE

Escola Secundária D. Afonso Sanches | Sede de Agrupamento
Níveis de Ensino: 3º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário

Escola Básica Júlio-Saúl Dias de Vila do Conde
Níveis de Ensino: 2º e 3º Ciclo do Ensino Básico

Escola Básica do Bairro Alto
Níveis de Ensino: 1º Ciclo do Ensino Básico

Escola Básica de Formariz
Níveis de Ensino: Pré-Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico

Escola Básica Meia Laranja
Níveis de Ensino: 1º Ciclo do Ensino Básico

Escola Básica Nº 1 de Vila do Conde (Correios)
Níveis de Ensino: Pré-Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico

Jardim de Infância Dr. Cunha Reis
(Horário alargado das 7h30 às 9h e 17h30 às 19h e ocupação nas interrupções letivas)
Suporte Jurídico: Rede pública

ÁRVORE

Escola Básica de Areia /Árvore

Níveis de Ensino: Pré-Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico

AZURARA

Escola Básica de Azurara

Níveis de Ensino: Pré-Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico

MADI de Vila do Conde - Movimento de Apoio ao Diminuído Intelectual de Vila do Conde

Níveis de Ensino: 1º Ciclo do Ensino Básico – Ensino Especial

RETORTA E TOUGUES – União de Freguesias

Escola Básica do Casal do Monte

Níveis de Ensino: Pré-Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico

Jardim de Infância de Real - Tougues

Suporte Jurídico: Rede pública

BREVE ANÁLISE DA INFORMAÇÃO DISPONIBILIZADA

Fonte: Dados disponibilizados pelo agrupamento em 2015

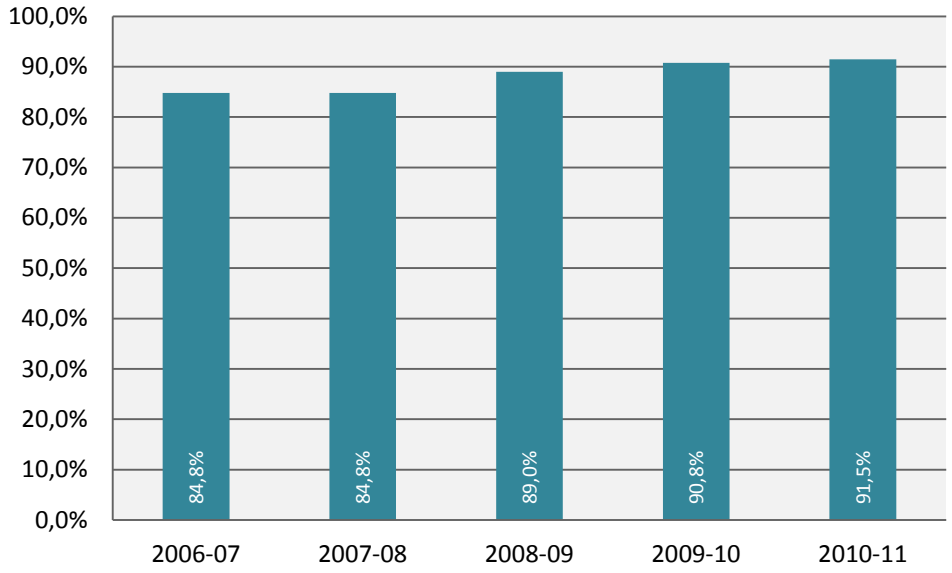
A análise da tabela 3 permite concluir que as taxas de transição são muito próximas das médias nacionais, ultrapassando-as no 9º ano e, muito significativamente no 12º ano. De referir que no 10º ano o agrupamento apresenta taxas de transição sensivelmente inferiores à média nacional.

Tabela 3 - Resultados das taxas de transição/retenção e taxa de abandono - 2013-14

Ano	N.º alunos	Transitaram	Não Transitaram	Concluíram	Taxa Sucesso	Taxa Retenção	Média Nacional
7º Ano	128	104	19		81,25%	14,84%	82,10%
8º Ano	144	121	17		84,03%	11,81%	86,00%
9º Ano	124	111	12	111	89,52%	9,68%	83,60%
10º Ano	88	50	29		56,82%	32,95%	98,50%
11º Ano	73	70			95,89%	0,00%	99,20%
12º Ano	87	69	18	69	79,31%	20,69%	62,30%

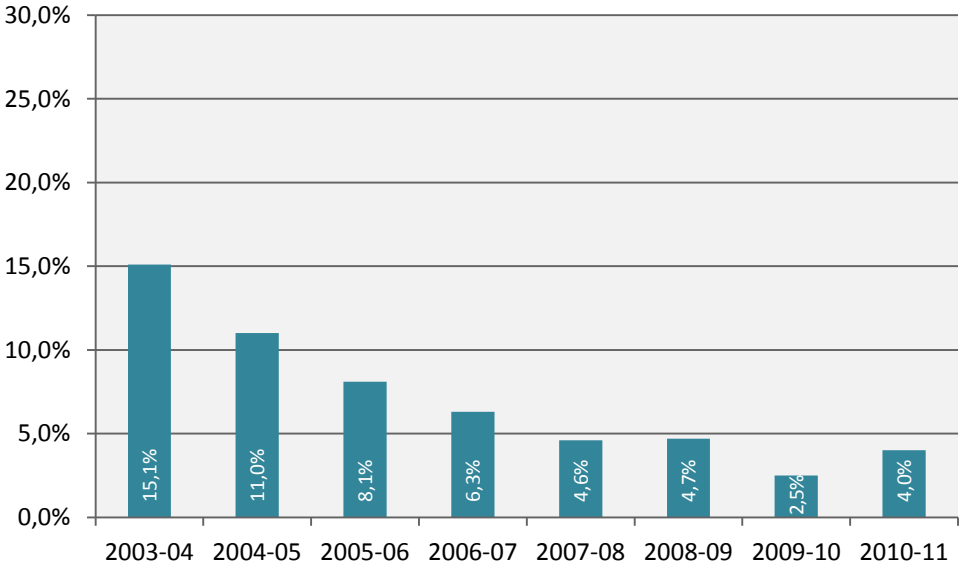
O agrupamento apresenta resultados crescentemente positivos ao longo do intervalo temporal apresentado.

Gráfico 3 – Taxa de transição/ Conclusão na escola (2006-2011)



A taxa de abandono apresenta uma acentuada tendência decrescente, apenas com uma inversão desta tendência no ano de 2010/ 2011.

Gráfico 4 – Taxa de abandono (2003-2011)



A análise da tabela 4 permite-nos concluir que predomina o escalão B nos apoios aos alunos e que com o avançar nos ciclos de escolaridade aumentamos alunos apoiados nos dois escalões. O número de alunos nos dois escalões é muito significativo da perda de rendimento das famílias dos alunos do agrupamento.

Tabela 4 – Nº de alunos com escalão 2014/2015

Ciclo	Escalão A	Escalão B
Pré-escolar	4	1
1º Ciclo	34	47
2º Ciclo	66	64
3º Ciclo	98	89
Secundário	118	169

1.2. AGRUPAMENTO DE ESCOLAS D. PEDRO IV DE VILA DO CONDE

MINDELO

Escola Básica D. Pedro IV | Sede de Agrupamento
Níveis de Ensino: 2º e 3º Ciclo do Ensino Básico

Escola Básica de Mindelo
Níveis de Ensino: Pré-Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico

ÁRVORE

Escola Básica de Lente
Níveis de Ensino: 1º Ciclo do Ensino Básico

AVELEDA

Escola Básica de Aveleda
Níveis de Ensino: Pré-Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico

FAJOZES

Escola Básica de Quintã
Níveis de Ensino: Pré-Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico

FORNELO E VAIRÃO – União de Freguesias

Escola Básica de Padrão
Níveis de Ensino: Pré-Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico

Escola Básica de Vairão
Níveis de Ensino: Pré-Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico

GIÃO

Escola Básica de Gião de Cima
Níveis de Ensino: Pré-Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico

GUILHABREU
Escola Básica Gonçalo Mendes da Maia
Níveis de Ensino: Pré-Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico

Escola Básica de Parada
Níveis de Ensino: 1º Ciclo do Ensino Básico

Jardim de Infância de S. Lázaro
(Horário alargado das 7h30 às 9h e 17h30 às 19h e ocupação nas interrupções letivas)
Suporte Jurídico: Rede pública

LABRUGE
Escola Básica de Labruge
Níveis de Ensino: Pré-Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico

MACIEIRA DA MAIA
Escola Básica Maria Pais Ribeiro "A Ribeirinha"
Níveis de Ensino: 2º e 3º Ciclo do Ensino Básico

Escola Básica de Macieira
Níveis de Ensino: 1º Ciclo do Ensino Básico

MALTA E CANIDELO – União de Freguesias
Escola Básica de Igreja
Níveis de Ensino: Pré-Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico

MODIVAS
Escola Básica de Igreja
Níveis de Ensino: Pré-Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico

VILA CHÃ
Escola Básica de Facho
Níveis de Ensino: Pré-Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico

Escola Básica de Igreja
Níveis de Ensino: Pré-Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico

VILAR E MOSTEIRÓ – União de Freguesias
Escola Básica de Carrapata
Níveis de Ensino: Pré-Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico

Escola Básica de Mosteiró
Níveis de Ensino: Pré-Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico

VILAR DO PINHEIRO

Escola Básica de Real

Níveis de Ensino: Pré-Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico

Jardim de Infância de Farilhe - Canidelo

Suporte Jurídico: Rede pública

BREVE ANÁLISE DA INFORMAÇÃO DISPONIBILIZADA

Fonte: dados disponibilizados pelo agrupamento em 2015

Verifica-se que os níveis de aproveitamento dos alunos do agrupamento no 1º ciclo estão próximos dos 100% (tabela 5).

Tabela 5 – Aproveitamento positivo no 1º Ciclo EB

(Os valores mencionados do aproveitamento positivo referem-se à totalidade do número de alunos avaliados, no 1º Ciclo, por ano de escolaridade, nas Áreas Curriculares Disciplinares de Português, Matemática, Estudo do Meio e Expressões) In Relatório do agrupamento

	Total de Alunos	Aproveitamento positivo							
		PORT.		MAT.		E.M.		EXP.	
1º Ano	273	237	87%	244	89%	262	96%	266	97%
2º Ano	291	267	92%	260	89%	287	99%	288	99%
3º Ano	260	251	97%	250	96%	259	100%	260	100%
4º Ano	256	248	97%	238	93%	254	99%	256	100%
TOTAL	1080	1003	93%	992	92%	1062	98%	1070	99%

As taxas de sucesso escolar em 2014/ 2015) estão em valores muito elevados com a média de agrupamento no valor de 86,9% (tabela 6) situando-se a taxa de insucesso em 13,1%.

Tabela 6 – Taxas de sucesso escolar (2014/2015)

Ciclos	Número Total de Alunos	Número de Alunos com Sucesso Escolar	Taxa de Sucesso Escolar
2º Ciclo	508	467	91,9 %
3º Ciclo	816	684	83,8 %
Agrupamento	1 324	1 151	86,9 %

Verifica-se que dos 155 alunos repetentes, 25% continuaram sem sucesso acumulando a repetência.

Tabela 7 – % de Alunos repetentes transitados e retidos

Alunos Repetentes	2º Ciclo	3º Ciclo	Agrupamento
Transitados/Aprovados	46 (69%)	63 (72%)	109 (70%)
Retidos/Não Aprovados	21 (31%)	25 (28%)	46 (30%)
Total	67	88	155

Analisando a tabela 8 (nos níveis de ensino apresentados) que o número de alunos apoiados nos dois escalões é significativo mas tem-se mantido constante desde 2012, o primeiro ano apresentado.

Tabela 8 – Número de alunos com Subsídio Escolar

a) Os alunos do JI da Ribeirinha não estão incluídos por não ser possível ceder aos registos.
b) No ano de 2012/2013 não é possível ceder aos registos dos alunos com suplemento da Ribeirinha

Anos	2012/2013		2013/2014		2014/2015	
	Esc. A	Esc. B	Esc. A	Esc. B	Esc. A	Esc. B
5º	64	77	71	65	66	63
6º	71	83	63	103	65	75
7º	70	80	60	74	72	87
8º	61	75	60	74	56	61
9º	62	89	55	71	53	70
Suplementos						
b)	11	0	86	33	85	30

Anos	2012/2013		2013/2014		2014/2015	
Jardins	53 a)	59 a)	45 a)	60 a)	63	78
1º Ciclo	Esc. A	Esc. B	Esc. A	Esc. B	Esc. A	Esc. B
1º	41	58	41	54	41	56
2º	51	71	49	54	36	44
3º	52	60	31	60	31	49
4º	48	70	38	48	29	49

Verifica-se (tabela 9) que as situações de abandono escolar são residuais no agrupamento.

Tabela 9 – Taxa de situação de abandono escolar

Ano Letivo	Situações de Abandono	Taxa das Situações de Abandono
2014/2015	7	0,5 %

1.3. AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DR. CARLOS PINTO FERREIRA

JUNQUEIRA

Escola Básica Dr. Carlos Pinto Ferreira | Sede de Agrupamento
Níveis de Ensino: 2º e 3º Ciclo do Ensino Básico

Escola Básica da Junqueira
Níveis de Ensino: Pré-Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico

BAGUNTE, FERREIRÓ, OUTEIRO MAIOR E PARADA – União de Freguesias
Escola Básica Agustina Bessa-Luís
Níveis de Ensino: Pré-Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico

TOUGUINHA E TOUGUINHÓ – União de Freguesias
Escola Básica de Medados
Níveis de Ensino: Pré-Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico

Escola Básica de Monte
Níveis de Ensino: Pré-Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico

RIO MAU E ARCOS – União de Freguesias
Escola Básica de Bouçó
Níveis de Ensino: Pré-Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico

Escola Básica de Casais
Níveis de Ensino: Pré-Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico

BREVE ANÁLISE DA INFORMAÇÃO DISPONIBILIZADA

Fonte: dados disponibilizados pelo agrupamento em 2015

A análise da tabela 10 permite-nos concluir que as taxas de transição no 1º, 2º, e 3º ciclos são bastante elevadas e apresentam uma tendência de melhoria ao longo do período analisado.

Tabela 10 – Taxa de Transição do 1º/ 2º/ 3º ciclo

a) A aguardar resultados da avaliação externa da 2ª fase

Taxa de Transição	2012/2013	2013/2014	2014/2015
1º Ciclo	93,7%	94,4%	98,1%
2º Ciclo	92,32%	90,6%	a)
3º Ciclo	91,13%	92,59%	a)

Verificamos na tabela 11 que neste último ano letivo a taxa de retenção no 1º ciclo diminuiu acentuadamente para um nível residual. Esta tendência também se verifica nos 2º e 3º ciclos embora não tão acentuadamente.

Tabela 11 – Taxa de Retenção do 1º, 2º e 3ºciclos

a) A aguardar resultados da avaliação externa da 2ª fase

Taxa de Retenção	2012/2013	2013/2014	2014/2015
1º Ciclo	6,3%	5,6%	1,9%
2º Ciclo	7,68%	9,38%	a)
3º Ciclo	8,87%	7,41%	a)

A taxa de abandono no agrupamento está no nível zero deixando assim de ser uma categoria de análise estatística relevante.

Tabela 12 – Taxa de abandono

a) A aguardar resultados

Taxa de abandono	2012/2013	2013/2014	2014/2015
1º Ciclo	0%	0%	0%
2º Ciclo	0%	0,0084%	b)
3º Ciclo	0%	0,0069%	b)

Verificamos (tabela 13) que quase 50% dos alunos são apoiados no escalão A ou B o que significa uma percentagem muito significativa e relevante do ponto de vista social e da composição sócio demográfica do agrupamento.

Tabela 13 – Beneficiários da Ação Social Escolar em 2012-2013; 2013-2014; 2014-2015

ANO LETIVO 2014/2015	Total de alunos	Escalão A	Escalão B	Total de alunos subsidiados	%
1º Ciclo	402	77	109	186	46,26%
2º Ciclo	222	51	57	108	48,64%
3º Ciclo	323	79	83	162	50,15%
Total	947	207	249	456	48,15%

Verificamos (tabela 14) que no ano letivo de 2014/2015, 58 alunos têm direito a suplemento de acordo com a listagem abaixo indicada. Este número reforça o valor do dado da composição sócio económica desfavorecida dos alunos deste agrupamento.

Tabela 14 – Número de alunos com suplemento

ANO LETIVO	Total de alunos Sinalizados	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	CVR
2014/2015	58	10	17	21	10

1.4. AGRUPAMENTO DE ESCOLAS FREI JOÃO DE VILA DO CONDE

VILA DO CONDE

Escola Básica Frei João | Sede de Agrupamento
Níveis de Ensino: 2º e 3º Ciclo do Ensino Básico
(tem formação no âmbito do Programa Integrado de Educação e Formação - PIEF)

Escola Básica de Benguiados
Níveis de Ensino: Pré-Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico

Escola Básica Bento de Freitas
Níveis de Ensino: Pré-Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico

Escola Básica das Caxinas
Níveis de Ensino: Pré-Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico

Escola Básica das Violetas
Níveis de Ensino: Pré-Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico

Jardim de Infância Girassóis
(Horário alargado das 7h30 às 9h e 17h30 às 19h e ocupação nas interrupções letivas)
Suporte Jurídico: Rede pública

BREVE ANÁLISE DA INFORMAÇÃO DISPONIBILIZADA

Fonte: Dados disponibilizados pelo agrupamento em 2015

A análise da tabela 15 permite-nos afirmar que de modo geral as taxas de sucesso do agrupamento são elevadas e estão muito próximas das médias nacionais. Em termos globais o agrupamento apresenta em 2014/2015 uma taxa de sucesso superior em 1,3% em relação à média nacional, recuperando da diferença negativa que se verificava no valor agregado dos anos 2008 a 2014, que apresentava uma diferença negativa de 0.7%. De registar a queda da diferença negativa em relação à média nacional que caiu de 11,3% para 3,9%. Esta melhoria significativa verificou-se igualmente no 8º e 9º ano. De salientar o número total de alunos não aprovados que é de 165, em todos os níveis de ensino.

Tabela 15 – Quadro resumo dos resultados escolares do agrupamento

(1) - Dados do MISI

Já consideradas as classificações das Provas Finais d0s 4.º, 6.º e 9.º anos

QUADRO RESUMO TOTAL 2014-2015*							% SUCESSO ANOS ANTERIORES						
RESULTADOS DO AGRUPAMENTO					Médias Nacionais(1)	Diferença Médias Nacionais	2008-09	2009-10	2010-11	2011-12	2012-13	2013-14	Diferença para 2013-14
Ano	N.º	Aprovados	Não Aprovados	% Sucesso									
1.º Ano	198	197	1	99,5%	100,0%	-0,5%	98,7	100	97,7	100,0%	99,6%	99,6%	-0,1%
2.º Ano	260	229	31	88,1%	89,4%	-1,3%	94,3	95	93,1	93,0%	85,2%	88,0%	0,1%
3.º Ano	248	241	7	97,2%	95,4%	1,8%	98	96,3	96,6	94,1%	93,8%	96,0%	1,2%
4.º Ano	257	250	7	97,3%	97,3%	0,0%	95,8	90,6	91,6	91,3%	88,8%	95,2%	2,1%
Total 1.º Ciclo	963	917	46	95,2%			96,6	95,3	94,6	94,7%	91,5%	94,4%	0,9%
5.º Ano	288	268	20	93,1%	90,7%	2,4%	93	96,8	94,7	95,9%	92,9%	93,7%	-0,7%
6.º Ano	334	320	14	95,8%	89,6%	6,2%	93,1	87,2	91,7	86,2%	83,7%	91,7%	4,1%
Total 2.º Ciclo	622	588	34	94,5%			93,1	91,9	93,1	91,2%	88,2%	92,8%	1,8%
7.º Ano	231	184	47	79,7%	83,6%	-3,9%	92,2	90,6	89	80,8%	86,2%	91,0%	-11,3%
8.º Ano	161	144	17	89,4%	89,1%	0,3%	91,9	89,8	93,3	90,9%	82,5%	93,8%	-4,3%
9.º Ano	153	132	21	86,3%	87,0%	-0,7%	65,8	91,2	85,4	95,0%	89,4%	85,4%	0,9%
Total 3.º Ciclo	545	460	85	84,4%			83,3	90,3	88,9	86,4%	85,5%	90,2%	-5,8%
Totais E. Regular	**2130**	**1965**	**165**	**92,3%**	**91,0%**	**1,3%**	**93,1**	**93,3**	**92,8**	**91,7%**	**89,0%**	**92,9%**	**-0,7%**

A análise da tabela 16 permite-nos constatar o elevada qualidade do sucesso com um valor percentual de 63,5% em 2010/ 2011.

Tabela 16 – Percentagem de alunos que transitaram com sucesso pleno em 2009-10 e 2010-11
Fonte: GAVE, MISI e Direção

Ano escolaridade	2009-10	2010-11
5.º ano	68,3	73,3
6.º ano	65,1	64,4
7.º ano	66,0	62,6
8.º ano	44,4	58,8
9.º ano	66,4	49,7
Total	**61,8**	**63,5**

Como se pode verificar na tabela 17, o abandono e desistência atingiram valores residuais em 2010/ 2011, com uma tendência descendente nestes dois anos apresentados.

Tabela 17 – Abandono e desistência em 2009-10 e 2010-11
Fonte: MISI e Direção

	Ano letivo 2009-10		Ano letivo 2010-11	
	1º Ciclo	2º e 3º Ciclos	1º Ciclo	2º e 3º Ciclos
Anularam a matrícula	0	8	0	3
Não avaliados	1	2	1	2
Totais	1	10	1	5
Totais de alunos (excluídas as transferências)	982	1975	958	1927
%	0,1%	0,51%	0,1%	0,26%

De acordo com a tabela 18, verificamos o elevado número de alunos beneficiários da Ação Social Escolar (Escalão A e B). De notar que o valor de 2012 é inferior ao de 2011. Mais um vez se constata que a maioria dos alunos apoiados frequenta os níveis de ensino mais avançados.

Tabela 18 – Resumo dos alunos beneficiários da Ação Social Escolar

	Escalões								Totais		
	A				B						
	P.E.	1.º C	2.º C	3.º C	P.E.	1.º C	2.º C	3.º C	**A**	**B**	**TOT**
Dezembro de 2011	45	374	204	117	28	252	135	106	**740**	**521**	**1261**
Dezembro de 2012		304	157	123		252	143	123	**584**	**518**	**1102**

REDE PRIVADA

VILA DO CONDE

Colégio Jardim das Cores

Níveis de Ensino: Pré-Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico

2. Caracterização da ESCOLA SECUNDÁRIA

VILA DO CONDE

Escola Secundária José Régio

Níveis de Ensino: 3º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário

(tem Cursos de Educação Formação - CEF)

BREVE ANÁLISE DA INFORMAÇÃO DISPONIBILIZADA

Fonte: Dados disponibilizados pelo agrupamento em 2015

A análise da tabela 19 permite-nos concluir que as taxas de transição situam-se entre os 51% (valor mais reduzido – prof 3º ano no ano de 2012/ 2103 e o valor de 100% no curso CEF de 2013/ 2014, com um valor igualmente elevado no ano 2013/ 2014 no 11º ano (89%).

O valor médio das taxas de retenção é levado atingindo os 34.7% em 2013/ 2014.

A taxa de abandono é muito significativa nos cursos profissionais e em termos gerais no ano letivo de 2013/ 2014.

O número de alunos apoiado nos escalões A e B é muito relevante sobretudo nos 10º, 11º e 12º anos.

Tabela 19 – Taxa de transição, taxa de retenção, taxa de abandono e alunos dos escalões A e B

DADOS PARA O CLAS							
		Taxa de transição	Taxa de retenção	Taxa de abandono	Escalão A	Escalão B	Total de alunos
2012-2013	7º	81	19	0	25	30	306
	8º	83,7	16,3	0	16	11	
	9º	78,2	21,8	0	23	37	
	CEF	82,6	15,2	2	7		
	10º	80,8	17,3	2	49	71	789
	11º	87,8	6,1	6	30	46	
	12º	61,9	36	2	36	40	
	PROF1ºANO	88,8	0	11,2	19	24	223
	PROF2ºANO	87,1	0	13	18	12	
	PROF3ºANO	51,6	35,5	13	9	12	

2013-2014	7º	78	15,3	6,8	33	35	338
	8º	69,4	27,6	3,1	21	19	
	9º	75,5	21,7	2,8	26	31	
	CEF	100	0	0			
	VOC	76	20	4			
	10º	87	12,1	0,9	55	59	864
	11º	89,1	9,1	1,9	35	48	
	12º	57,8	37,4	4,8	31	39	
	PROF1ºANO	98,6	0	1,4	14	19	245
	PROF2ºANO	61,8	0	38,2	8	5	
	PROF3ºANO	58,2	19,4		10	11	
2014-2015	7º	Em processo de recolha de dados.			20	14	358 (com CEF e VOC
	8º				27	28	
	9º				26	24	
	10º				61	60	933
	11º				30	50	
	12º				29	36	
	PROF1ºANO				14	13	324 (com VOC)
	PROF2ºANO				8	17	
	PROF3ºANO				2	6	

3. ESCOLAS PROFISSIONAIS

VILA DO CONDE

Escola Profissional de Vila do Conde
Níveis de Ensino: Ensino Secundário

4. ESCOLAS SUPERIORES

VILA DO CONDE

Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão - ESEIG

Residência Universitária de S. Roque

FORNELO E VAIRÃO – União de Freguesias

Faculdade de Ciências da Universidade do Porto | Campus Agrário de Vairão

5. CENTRO DE RECURSOS PARA A INCLUSÃO

Serviço de apoio a crianças e jovens com Necessidades Educativas Especiais, desenvolvido em equipamento, em parceria com os Agrupamentos de Escolas do Concelho. Funciona mediante projetos anuais, devidamente aprovados pelo Ministério da Educação e centra-se em três respostas consideradas prioritárias: - apoio terapêutico (terapia da fala, terapia ocupacional, psicologia e fisioterapia); - apoio ao nível da implementação de planos individuais de transição (PIT); - apoio às famílias no período de férias letivas.

AZURARA

Centro de Recursos para a Inclusão do MADI de Vila do Conde - Movimento de Apoio ao Diminuído Intelectual

Suporte Jurídico: Movimento de Apoio ao Diminuído intelectual de Vila do Conde

Entidade privada sem fins lucrativos - Instituição Privada de Solidariedade Social (IPSS)

Necessidades identificadas no diagnóstico social

Os resultados escolares nos agrupamentos escolares do concelho têm uma trajetória de melhoria acentuada. Nalguns anos e nalguns agrupamentos os resultados são superiores à média nacional nas avaliações e nos exames. O patamar de partida era comparativamente baixo pelo que se evidencia uma notável recuperação.

São especialmente positivos os resultados de redução do abandono escolar que se encontra, no concelho, a um nível muito reduzido.

Persistem ainda bolsas de alunos com insucesso escolar em situação de reincidência. Este grupo de alunos é expressivo, embora em termos estatísticos não seja muito marcante, pela complexidade da sua situação. Para além do insucesso escolar está também associado a vulnerabilidades sociais e familiares que acentuam a sua situação de exclusão.

Persiste uma assimetria urbano rural que condiciona parcialmente o sucesso das estratégias educativas dos agrupamentos, pelo facto da sociabilidade aí dominante desvalorizar o papel da escola na progressão social e da aquisição da escolarização como ferramenta de qualificação profissional.

De salientar a relevância estatística do número de alunos apoiados pela ação social escolar(escalão A e B) que demonstra a situação de carências económicas das famílias e o contexto social de partida desfavorável para muitos alunos.

Medidas a implementar

- Recomenda-se a implementação de candidaturas que disponibilizem projetos de apoio aos agrupamentos para a promoção do sucesso educativo em grupos específicos. Estes projetos deverão ser social e pedagogicamente diferenciadores na abordagem e focalizados em necessidades específicas de alunos bem identificados.

  Estes projetos ou intervenções complementares e de reforço ao processo de aprendizagem deverão orientar-se para fatores de contexto social dos alunos, incidindo nas oportunidades de acesso à fruição de tempos livres saudáveis, de apoio às famílias na lógica da parentalidade positiva e à dinâmica comunitária do meio de vida destes alunos.

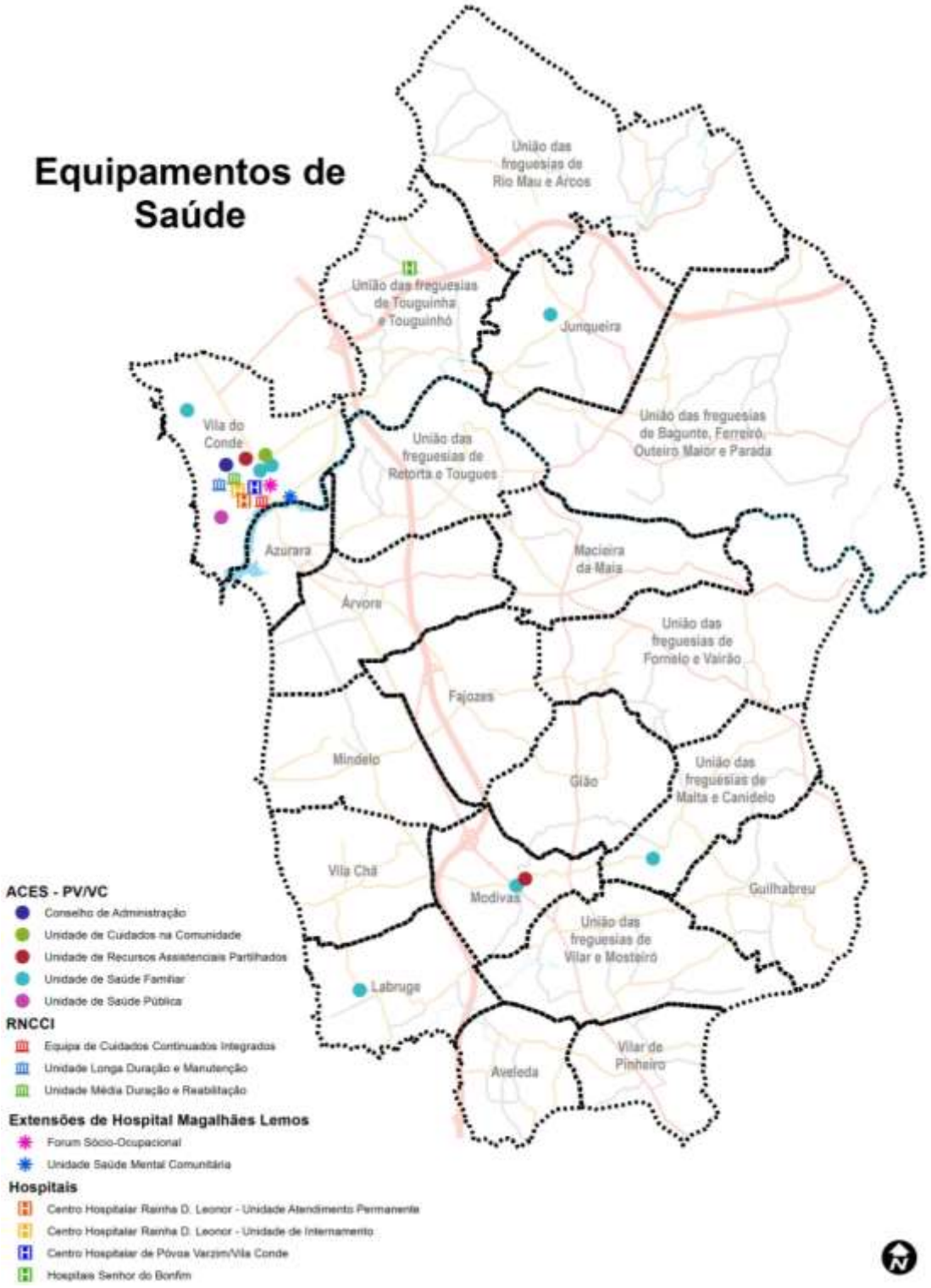
- Recomenda-se a candidatura dos agrupamentos que considerem relevante para acentuar o sucesso escolar nestes grupos de risco aos Projetos TEIP – Territórios Educativos de Intervenção Prioritária, pelo reforço de meios e oportunidades de autonomia que são disponibilizados.

  O nível de escolarização é uma problemática prioritária do concelho e como tal tem sido assumida. A intervenção social a definir deverá complementar e reforçar a rede educativa municipal com projetos de intervenção social complementares e de reforço à intervenção existente. O grupo alvo prioritário deverá constituir-se nos grupos com vulnerabilidades sociais que condicionam o seu sucesso escolar, diferenciando as oportunidades para as necessidades específicas.

3.2. Serviços e equipamentos da área da saúde

O concelho apresenta uma excelente cobertura territorial equipamentos e serviços de saúde.

Cartograma 2 – Localização dos serviços e equipamentos de saúde no concelho
Fonte: CMVC



Breve caracterização da rede de serviços e equipamentos de saúde

AGRUPAMENTO DE CENTROS DE SAÚDE (ACES) PÓVOA DE VARZIM/ VILA DO CONDE

O ACES Póvoa de Varzim/Vila do Conde abrange os concelhos da Póvoa de Varzim e de Vila do Conde, tendo por missão a prestação de cuidados de saúde primários à população, otimizando os recursos, com vista à obtenção de ganhos em saúde com qualidade e segurança. O ACES PV/VC pretende ser reconhecido como um serviço de referência na prestação de cuidados de saúde de proximidade, valorizando-se a acessibilidade, qualidade técnica e de serviço, equidade e ética. O ACES é constituído por várias unidades funcionais, nomeadamente unidades de saúde familiar, unidades de cuidados de saúde personalizados, unidades de cuidados na comunidade, unidades de saúde pública e unidades de recursos assistenciais partilhados.

VILA DO CONDE

ACES PV/VC (sede)

UNIDADES DE SAÚDE FAMILIAR (USF)

Prestam cuidados de saúde personalizados, garantindo a acessibilidade, a continuidade e a globalidade dos mesmos das 8h às 20 horas de 2.ª a 6.ª feira.

JUNQUEIRA

USF S. Simão da Junqueira

Área de abrangência: Freguesias de Arcos, Bagunte, Ferreiró, Junqueira, Parada, Outeiro Maior, Rio Mau

LABRUGE

USF Santo Amaro

Área de abrangência: Aveleda, Labruge, Vila Chã

MALTA E CANIDELO – União de Freguesias

USF Cruz de Malta

Área de abrangência: Freguesias de Canidelo, Fornelo, Guilhabreu, Macieira da Maia, Malta, Mosteiró, Vairão

MODIVAS

USF Modivas

Área de abrangência: Gião, Modivas, Vilar, Vilar do Pinheiro

VILA DO CONDE

USF Aqueduto

Área de abrangência: Freguesias de Árvore, Azurara, Fajozes, Mindelo, Retorta, Tougues, Touguinha, Touguinhó, Vila do Conde

USF Navegantes

Área de abrangência: Caxinas, Vila do Conde, Póvoa de Varzim

USF Santa Clara

Área de abrangência: Freguesias de Árvore, Azurara, Fajozes, Macieira da Maia, Mindelo, Retorta, Tougues, Touguinha, Touguinhó, Vila do Conde

UNIDADE DE CUIDADOS NA COMUNIDADE DE VILA DO CONDE (UCC)

Presta cuidados de saúde e apoio psicológico e social de âmbito domiciliário e comunitário, especialmente às pessoas, famílias e grupos mais vulneráveis, em situação de maior risco ou dependência física e funcional ou doença que requeira acompanhamento próximo, e atua ainda na educação para a saúde, na integração em redes de apoio à família e na implementação de unidades móveis de intervenção. A UCC integra ainda uma Equipa de Cuidados Continuados Integrados (ECCI).

Horário de funcionamento: UCC – 2.ª a 6.ª feira das 8h às 20 horas / ECCI - 2.ª a 6.ª feira das 8h às 20 horas, aos fins-de-semana e feriados das 9h às 17 horas.

VILA DO CONDE

Área de abrangência: Todas as Freguesias do Concelho de Vila do Conde

UNIDADE DE RECURSOS ASSISTENCIAIS PARTILHADOS (URAP)

Presta serviços de consultoria e assistenciais às unidades funcionais, USF e UCC, e organiza ligações funcionais aos serviços hospitalares. Funciona das 8 às 20 horas de 2.ª a 6.ª feira. A sede é localizada na Póvoa de Varzim, mas existem várias valências no Concelho de Vila do Conde, nomeadamente na sede do ACES e Modivas.

PÓVOA DE VARZIM

Área de abrangência: Todas as freguesias dos Concelhos de Vila do Conde e Póvoa de Varzim

UNIDADE DE SAÚDE PÚBLICA (USP)

Funciona como observatório de saúde da área geodemográfica do ACES, competindo--lhe, designadamente, elaborar informação e planos em domínios da saúde pública, proceder à vigilância epidemiológica, gerir programas de intervenção no âmbito da prevenção, promoção e proteção da saúde da população em geral ou de grupos específicos e colaborar, de acordo com a legislação respetiva, no exercício das funções de autoridade de saúde. Integra ainda a USP o Centro de Diagnóstico Pneumológico (CDP).

Funciona das 9h às 12h e das 14h às 17h, de 2-ª a 6.ª feira disponível para emergências de Saúde Pública. A Autoridade de Saúde funciona 24h por dia, todos os dias.

FORNELO E VAIRÃO – União de Freguesias

Área de abrangência: Todas as Freguesias dos Concelhos de Vila do Conde e Póvoa de Varzim

CENTRO DE DIAGNÓSTICO PNEUMOLÓGICO (CDP)

Presta cuidados de saúde personalizados sendo responsável pela prevenção e tratamento da tuberculose, nas suas múltiplas formas.

Funciona das 8h30 Às15h30 de 2ª feira a 6ª feira

PÓVOA DE VARZM

Área de abrangência: Todas as Freguesias do Concelho de Vila do Conde e Póvoa de Varzim

NÚCLEO DE APOIO A CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO (NAJCR)

Intervenção dos serviços de saúde no domínio dos maus tratos. O projeto acompanha crianças e jovens/famílias, referenciadas em risco ou situações de perigo.

VILA DO CONDE

Área de abrangência: Todas as Freguesias do Concelho de Vila do Conde

EQUIPA COORDENADORA LOCAL (ECL)

Esta equipa é nos termos do disposto no Decreto-Lei nº101/2006, de 6 de Junho, reafirmado na nova Portaria nº174 de 10 de Setembro de 2014, um órgão de coordenação local da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), que assegura o acompanhamento e gestão interna da RNCCI, a nível local, em articulação com os outros intervenientes.

PÓVOA DE VARZIM

Área de abrangência: Todas as Freguesias do Concelho de Vila do Conde e Póvoa de Varzim

GABINETE DO CIDADÃO

Rua Dr. Alberto Pimentel - Póvoa de Varzim.

É um gabinete aberto à comunidade do ACES, que presta informação aos utentes relativamente aos direitos e deveres como utilizadores dos cuidados de saúde.

Também recebe do cidadão, sugestões/contributos/reclamações relativos aos cuidados de saúde, tendo em conta a melhoria contínua dos serviços.

Verifica regularmente a satisfação dos utentes do ACES. (D.L nº 28/2008)

ANÁLISE DA REDE DE CUIDADOS DE SAÚDE PRIMÁRIOS

(Este ponto é baseado na informação disponibilizada pelo ACeS)
Fonte: Relatório ACeS – 2014

Ficha de Caracterização do ACeS

Para o Concelho de Vila do Conde existem em funcionamento sete Unidades de Saúde Familiares, uma Unidade de Cuidados na Comunidade, uma Unidade de Recursos Assistenciais Partilhados e uma Unidade de Saúde Publica (incluindo o Centro de Diagnóstico Pneumológico – CDP)

Verificamos na tabela 20 que a população inscrita por grupo etário acompanha a pirâmide etária do concelho com relevância especial para as faixas etárias acima dos 64 anos.

Tabela 20 – População inscrita por local e grupo etário
Fonte: SIARS 2014

ACeS	<18 anos	19-44 anos	45-64 anos	65-74 anos	75-79 anos	>80 anos	Total
Vila do Conde	14.437	26.828	20.429	6.887	2.461	3.266	74.308
Total	29.915	56.623	41.818	13.652	4.845	6.291	153.144

A análise da tabela 21 permite verificar que o número de consultas no que se refere às unidades de Vila do Conde e aproximadamente o triplo dos inscritos o que demonstra plena utilização dos serviços e a sua

acessibilidade à comunidade. As visitas domiciliárias quase suplantam as consultas nos serviços o que demonstra a boa cobertura domiciliária dos serviços.

Tabela 21 – Número de consultas /Visitas domiciliárias (SIARS 2014)

Nº Consultas/Visita Domiciliária	Nº Consultas
Consultas médicas	235.285
Visitas domiciliárias médicas	1.881
Visitas domiciliárias de enfermagem	15.334
Consultas de enfermagem	139.392

UNIDADES DE SAÚDE FAMILIAR (USF)

As USF's prestam cuidados de saúde personalizados, garantindo a acessibilidade, a continuidade e a globalidade do acesso aos cuidados de saúde primários da população de Vila do Conde.

De referir que estas unidades realizam atendimento aos utentes em consulta programada nos diversos programas de saúde, de segunda a sexta-feira e ainda atendimento aos utentes em situação aguda numa consulta aberta e sistema de intersubstituição criada para o efeito, o que permite uma resposta em tempo útil em termos de cuidados de saúde a todos os utentes que a elas recorrem.

Pela análise da tabela 22 verificamos que é em Vila do Conde que se concentra a maior cobertura de unidades de USF com a presença de três dessas unidades. As restantes, distribuem-se pelo território do concelho.

Tabela 22 – USF's do concelho por freguesia, equipa e número de inscritos

USF's de Vila do Conde	Freguesia	Equipa	N.º de Utentes Inscritos
USF Santa Clara	Vila do Conde	A. Técnicos: 7 Enfermeiros: 9 Médicos: 9	16.217
USF Aqueduto	Vila do Conde	A. Técnicos: 5 Enfermeiros: 7 Médicos: 7	13.171
USF Navegantes	Vila do Conde	A. Técnicos: 4 Enfermeiros: 6 Médicos: 6	11.047
USF São Simão da Junqueira	Junqueira	A. Técnicos: 4 Enfermeiros: 5 Médicos: 5	9.192
USF Santo Amaro	Labruge	A. Técnicos: 3 Enfermeiros: 4 Médicos: 4	6.339
USF Modivas	Modivas	A. Técnicos: 4 Enfermeiros: 5 Médicos: 5	8.801
USF Cruz de Malta	Malta	A. Técnicos: 4 Enfermeiros: 4 Médicos: 4	7.902

UNIDADE DE CUIDADOS NA COMUNIDADE DE VILA DO CONDE (UCC)

A UCC presta cuidados de saúde e apoio psicológico e social de âmbito domiciliário e comunitário, especialmente às pessoas, famílias e grupos mais vulneráveis, em situação de maior risco ou dependência física e funcional ou doença que requeira acompanhamento próximo,

Atua ainda na educação para a saúde, na integração em redes de apoio à família e na implementação de unidades móveis de intervenção.

A área da Intervenção da UCC é a área geodemografia do concelho de Vila do Conde e os utentes são os inscritos nas unidades funcionais do ACES e/ou que residem em Vila do Conde.

A equipa é constituída por 12 Enfermeiros:

- 5 Enfermeiros Especialistas em Enfermagem de Reabilitação;
- 2 Enfermeiros Especialistas em Enfermagem de Saúde Materna e Obstetrícia;
- Enfermeiro Especialista em Enfermagem de Saúde Comunitária;

- Enfermeiros Especialistas em Enfermagem de Saúde Infantil e Pediatria;
- 1 Enfermeira Especialista em Enfermagem de Saúde Mental e psiquiatria.

Integram a equipa a tempo parcial 1 Médico, 2 Assistentes Sociais, 2 Psicólogos e 1 Nutricionista.

Programas da UCC

- **Cuidados Continuados: "ECCI"- Equipas de Cuidados Continuados Integrados**

  São da responsabilidade das Unidades de Cuidados na Comunidade dos Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES), cfr. n.º 4 do art.º 11º do DL nº 28/2008 de 22 de Fevereiro, e direcionam a sua intervenção multidisciplinar a pessoas em situação de dependência funcional, doença terminal, ou em processo de convalescença, com rede de suporte social, cuja situação não requer internamento. Esta equipa da RNCCI inclui um núcleo especializado de profissionais de saúde, com formação específica em cuidados paliativos. Tem uma lotação de 20 camas e prestam serviços domiciliários, médicos, de enfermagem, de reabilitação, de apoio social, de nutrição, de psicologia, ou outros, de natureza preventiva, curativa, reabilitadora e ações paliativas, em contexto domiciliário e ainda empréstimo temporário de algumas ajudas técnicas".

- **Saúde Escolar**

  São desenvolvidos vários projetos para a comunidade escolar do Concelho de Vila do Conde, nomeadamente Programa de Alimentação Saudável em Saúde Escolar (PASSE), Programa Regional de Educação Sexual em Saúde Escolar (PRESSE), Primeiros Socorros, Programa de Saúde Oral, Programa Escolas Livres de Tabaco (PELT), Massagem infantil, Inclusão Escolar, Gabinetes de Informação e Apoio ao Aluno nos Agrupamentos Escolas e Escolas Secundárias, e Ergonomia em meio escolar, com o objetivo de capacitar alunos docentes, assistentes operacionais, manipuladores de alimentos e pais, na Implementação dos Programas/projetos.

- **Parentalidade**

  Engloba projetos direcionados a uma Parentalidade saudável como o Curso de Preparação para o Parto, o Curso de Recuperação para o Parto, a Promoção da Amamentação e os Mimos, todos em desenvolvimento na unidade. O Curso de Preparação para o Parto iniciado entre a 24ª/28 semanas de gestação pretende preparar o casal para o parto, capacitando-os para enfrentar medos e ultrapassar com confiança todas as etapas, ajudando-os a vivenciar a experiência do nascimento do seu filho de forma positiva e inesquecível. Após o nascimento do bebé a mãe pode frequentar o Curso de Recuperação para o Parto que promove a recuperação física e psicológica pós-parto, com atividades de recuperação física e psicológica, nomeadamente aulas de exercício pós-parto, plano alimentar e ainda Visita Domiciliária à puérpera e recém-nascidos referenciados. Podem também beneficiar de acompanhamento na Promoção da Amamentação, nomeadamente na promoção do aleitamento materno e no processo da amamentação, intervindo no sentido da resolução de dificuldades, observação da mamada, aconselhamento e desenvolvimento de competências no processo de amamentação, quer em consulta de enfermagem presencial quer por telefone e/ou em Visita Domiciliária. Têm ainda a possibilidade de participar no projeto dos Mimos adquirindo competências, no âmbito das birras e limites, acidentes na infância, alimentação no 1º ano de vida e massagem ao bebé.

- **Ação Saúde**

  Engloba o projeto "os Condezinhos" que tem como objetivo, acompanhar crianças, jovens/ família em risco ou situações de perigo, referenciadas pelo Núcleo de Apoio a Crianças e Jovens em Risco (NACJR), intervindo junto das famílias dessas crianças, implementando as medidas adequadas para promover um ambiente facilitador ao desenvolvimento da criança e garantir as condições que protejam e promovam a sua segurança, saúde, formação, educação e bem-estar.

- **Saúde Mental**

  Pretende-se através do desenvolvimento do projeto "Reabilitar AtivaMENTE" garantir acompanhamento de proximidade ao utente com défice cognitivo ligeiro ou demência e seu cuidador em parceria com o serviço de psicogeriatria do Hospital Magalhães Lemos (HML).

- **Saúde da Mulher**

  Pretende-se através do projeto "Peri-Menopausa e Sexualidade" capacitar as mulheres para gerir as alterações que ocorrem na menopausa.

- **Reabilitação**

  Engloba o desenvolvimento dos projetos

  – "A pessoa com ferida"

    Assim a população tem à sua disposição o projeto "A pessoa com ferida" com o objetivo de aumentar a cicatrização da ferida da pessoa referenciada e em particular da úlcera venosa, utilizando tratamento à ferida por terapia compressiva e outros.

  – "Envelhecimento Ativo"

    Têm ainda acesso ao projeto "Envelhecimento Ativo" pretendendo-se desenvolver e estimular as capacidades das pessoas idosas, para manter e melhorar a sua autonomia e independência, desenvolvendo-se atividades de exercício físico terapêutico em grupo, debates sobre: envelhecimento, nutrição, hidratação, alimentação e eliminação (incontinência); tipos e adequação de ajudas técnicas; prevenção de acidentes domésticos e de lazer; entre outros.

  – "Ao Reencontro da Autonomia"

    Têm também disponível o projeto "Ao Reencontro da Autonomia", que tem como objetivo contribuir para a reabilitação/recuperação da pessoa afetada funcionalmente por uma doença ou traumatismo. Desenvolvem-se atividades nas diferentes áreas de intervenção (neurológica, respiratória, ortopédica, cirúrgica, etc.), realizando reabilitação motora, cinesiterapia respiratória, treino de Atividades de Vida Diária, otimização de ajudas técnicas e equipamentos, adaptação da habitação e treino dos prestadores de cuidados.

- **Rede Social**

  Engloba projetos da Rede Social e Rendimento Social de Inserção (RSI). Participa no âmbito da Rede Social em projetos que requerem a intervenção da Saúde, nomeadamente o projeto "Cuidar de quem cuida". Participa ainda no âmbito do RSI nos programas de inserção nomeadamente nas áreas que à saúde diz respeito.

- **Unidade de Recursos Assistenciais Partilhados (URAP)**

  Esta Unidade do ACES PVZ/VC de acordo com o disposto no artigo 13º do DL 28/2008, presta serviços de consultoria e assistenciais às diversas unidades do ACES e operacionaliza as ligações funcionais aos serviços hospitalares e outros, bem como uma vasta abrangência dos campos de intervenção e diversidade de competências legalmente atribuídas. A Sede é localizada na Póvoa de Varzim, mas existem várias valências no concelho de Vila do Conde.

Atualmente a equipa da URAP é constituída por:

3 Psicólogos

2 Assistentes Sociais,

2 Nutricionistas,

1 fisioterapeuta,

2 Assistentes Técnicos

A área geográfica de Intervenção é a do ACES e os utentes são os inscritos nas unidades funcionais do ACES.

São vários os serviços prestados, nomeadamente; Assessoria às UF´S do ACES; Consultoria Interna e Externa; Consultas de Nutrição, Psicologia, fisioterapia e Serviço Social; Formação Interna e Externa; Educação e Promoção da Saúde.

Quadro 1 – Movimento consultas da URAP (SIARS 2014)

	TOTAL
Serviço Social	999
Psicologia	2941
Nutrição	1903
TOTAL	5843

UNIDADE DE SAÚDE PÚBLICA (USP)

Funciona como observatório de saúde da área geodemográfica do ACES, competindo-lhe, designadamente, elaborar informação e planos em domínios da saúde pública, proceder à vigilância epidemiológica, gerir programas de intervenção no âmbito da prevenção, promoção e proteção da saúde da população em geral ou de grupos específicos e colaborar, de acordo com a legislação respetiva, no exercício das funções de Autoridade de Saúde. Integra ainda a USP o Centro de Diagnóstico Pneumológico (CDP).

A sua área de abrangência são todas as Freguesias do Concelho da Póvoa de Varzim e Vila do Conde e fica situada em Vila do Conde.

A equipa é constituída por:

- 5 médicos;
- 3 enfermeiros;
- 3 assistentes técnicos;
- 5 técnicos de Saúde Ambiental.

Continente e Região Norte

Avaliando a prevalência de patologias destacar alguns indicadores em que o resultado do ACeS é manifestamente superior ao da ARS Norte e o resultado Nacional:

- Proporção de utentes com "excesso de peso" (ACeS 5,5%/ARS Norte 4,8%/Nacional 4,7%);
- Proporção de utentes com "obesidade" (ACeS 8,3%/ARS Norte 6,1%/Nacional 6,2%);
- Proporção de utentes com "abuso de tabaco" (ACeS 11,6%/ARS Norte 9,3%/Nacional 9,0%);
- Em termos de mortalidade o ACeS destaca-se pela diminuição da taxa de mortalidade infantil (2,5% em 2009/2011) e taxa bruta de mortalidade (7,9% em 2011);
- Verifica-se também, uma evolução positiva da proporção de nascimentos pré-termo (8,0% em 06-08 e 7,3% em 09-11), sendo inferior à do continente e região norte, bem como a proporção de crianças de baixo peso à nascença (6,7% em 05-07 e 7,7% em 09-11), igualmente inferiores aos indicadores nacionais e regionais.

Problemáticas de saúde com indicação prioritária

Referir algumas evidências no que respeita há preponderância de morbilidade e mortalidade na área de abrangência do ACeS com as quais há uma preocupação acrescida:

- No que respeita à Taxa de Mortalidade Padronizada (TMP) pela idade prematura (0-65 anos) destacar, nos homens/mulheres, a mortalidade por tumores malignos do estômago (31,6/13,0/100.000 hab.) e traqueia brônquios e pulmão (42,3/9,6/100.000 hab.);
- Estas patologias são também causas de morbilidade no internamento hospitalar;
- Outro motivo de morbilidade importante é a fratura do colo do fémur, dando origem a um elevado número de internamentos hospitalares;
- Destacam-se ainda as doenças cardiovasculares com uma evolução positiva na doença isquémica cardíaca (18,4/3,3/100.000 hab.), enquanto as doenças cerebrovasculares (29,9/15,4/100.000 hab.) mantêm valores acima das do continente e região norte;

- Constitui um foco de atenção a Tuberculose Pulmonar, sendo que a frequência absoluta da mesma, em 2013, foi de 48 casos, o que equivale a 83% das Doenças de Declaração Obrigatória (DDO) notificadas no ACeS (58 DDO);
- No que respeita ao VIH/sida (4 casos) verificam-se taxas de incidência no ACeS (2,8%) inferiores ao continente e região norte (14,2 e 10,0 respetivamente).

Tendo em conta o atrás referido, e com base no Plano Local de Saúde (PLS) do ACeS, destacam-se como principais problemas de saúde no ACeS os tumores malignos digestivos, tumores malignos do aparelho respiratório, doenças cerebrovasculares, diabetes, pneumonia, fratura do colo do fémur e tuberculose pulmonar.

Caracterização das necessidades e determinantes de saúde no concelho

Os determinantes de saúde no âmbito do ACeS, traduzidos por prioridades como principais traços da morbilidade concelhia são os seguintes:
(Problemas de Saúde - Fonte Plano de ação 2015 ACES Póvoa Vila do Conde)

1. Doenças cerebrovasculares e cardíacas
2. Pneumonia e doença pulmonar obstrutiva crónica
3. Neoplasias do aparelho digestivo
4. Neoplasia dos brônquios e pulmão
5. Doença Oncológica da Mama
6. Doença mental

Análise dos programas de intervenção preventiva

O ACeS da Póvoa e Vila do Conde tem implementado um conjunto de Programas no sentido de intervir nas respetivas problemáticas de saúde identificadas no concelho e reduzir a mortalidade e a morbilidade que o caracteriza.

Para os próximos anos o Plano Local de Saúde 2012-2016 definiu os seguintes programas locais que se encontram em plena implementação:
Fonte: PLANO LOCAL DE SAÚDE –. 2012

1. Programa Local para as Doenças Cerebrovasculares e Cardíacas
2. Programa Local para a Promoção da Alimentação Saudável
3. Programa Local para a Diabetes
4. Programa Local para as Doenças Oncológicas
5. Programa Local para as Doenças Respiratórias
6. Programa Local para a Prevenção e Controlo do Tabagismo;
7. Programa Local para a Saúde Mental

Da análise dos programas do ACeS de Vila do Conde, é possível constatar a existência de programas bem fundamentados e planeados para a intervenção na saúde comunitária nestes domínios.

O impacto social da adoção de estilos de vida saudáveis e comportamentos responsáveis nos grupos com vulnerabilidades e ou fragilidades sociais como os idosos e as crianças, é muito relevante na transformação das atitudes e opções de vida inclusivas nestes grupos.

É difícil discernir se os comportamentos de risco, não saudáveis gera a exclusão social ou se o seu contrário. Sabemos que o processo de inclusão social nomeadamente das crianças e jovens em ambientes familiares com comportamentos saudáveis apresenta melhores resultados

A existência de programas concelhios no campo da alimentação saudável, da cessação tabágica e da saúde mental, permite a convergência e coordenação em programas comuns e mais integrados com objetivos partilhados entre mais áreas institucionais e parceiros da rede social

Outra vulnerabilidade social diretamente associada à saúde comunitária e às condições técnicas disponíveis para a ela aceder, é a dos idosos que exigem cuidados muito especializados e coordenados entre a rede da saúde e da área social.

A questão da parentalidade positiva, onde a saúde é fundamental, é outra área considerada prioritária e, simultaneamente, transversal à intervenção de todas as instituições sociais do concelho.

Infraestruturas hospitalares – cuidados de saúde diferenciados

Breve caracterização

Estabelecimento de saúde dotado de internamento, ambulatório e meios de diagnóstico e terapêutica, com o objetivo de prestar à população assistência médica curativa e de reabilitação, competindo-lhe também colaborar na prevenção da doença, no ensino e na investigação científica.

VILA DO CONDE

Centro Hospitalar Póvoa de Varzim/ Vila do Conde

Hospital da Misericórdia de Vila do Conde

Rede de hospitais convencionados com o Ministério da Saúde

Suporte Jurídico: Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde

Entidade privada sem fins lucrativos - Instituição Privada de Solidariedade Social (IPSS)

TOUGUINHA E TOUGUINHÓ – União de Freguesias

Hospitais Senhor do Bonfim

Rede de hospitais convencionados com o Ministério da Saúde

Suporte Jurídico: Hospitais Senhor do Bonfim, S.A.

Entidade privada com fins lucrativos – Hospital privado da rede lucrativa

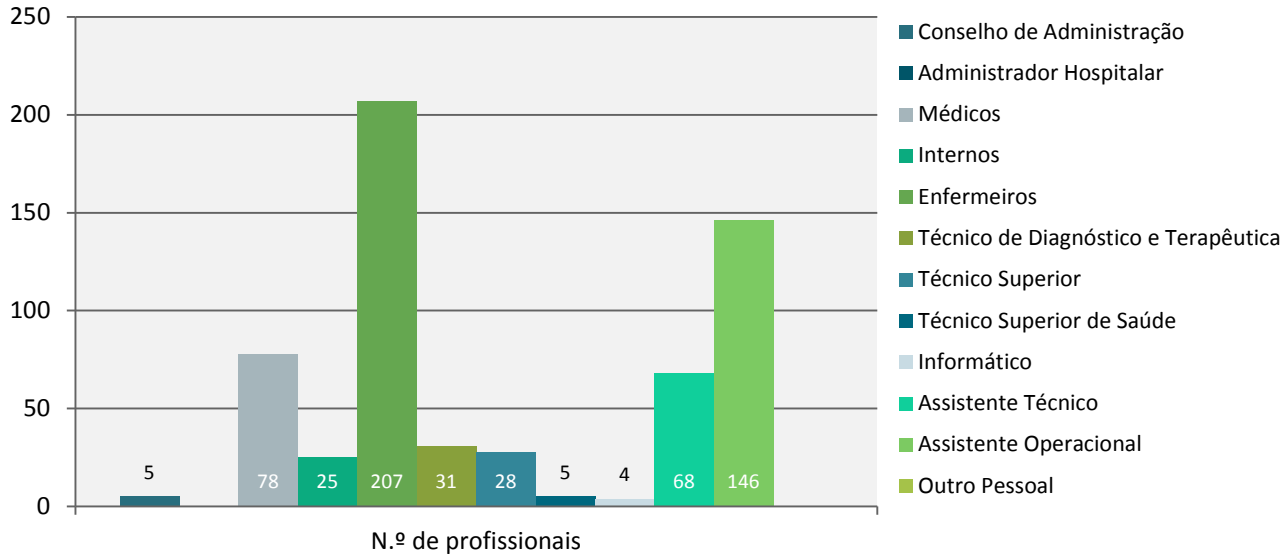
Os Cuidados de Saúde diferenciados são prestados no concelho pelo hospital existente no concelho da Póvoa de Varzim que abrange o concelho de Vila do Conde - Centro Hospitalar Póvoa de Varzim/ Vila do Conde.

De acordo com gráfico 5 o mapa de pessoal de Centro Hospitalar Póvoa de Varzim/ Vila do Conde é constituído pelos seguintes categorias num total de 578 trabalhadores.

Gráfico 5 – Mapa de Pessoal do Centro Hospitalar

Fonte: Centro Hospitalar Póvoa de Varzim/Vila do Conde, 2014

"Nota: Para além dos 597 trabalhadores do mapa de pessoal, o Centro Hospitalar conta ainda com mais 26 profissionais em regime de prestação de serviço, quer individual quer empresa."



De acordo com a tabela 23 verifica-se uma ligeira redução do número de doentes em 2014 e uma estabilização do número de camas Segundo os dados fornecidos é de referir as pequenas dimensões dos espaços das enfermarias embora estas estejam boxadas para permitir maior privacidade aos doentes

Tabela 23 – Número de Doentes Internados e Número de Camas por Serviço (2013/2014)

Serviços	Número de Camas		Número de Doentes	
Póvoa de Varzim/Vila do Conde	**2013**	**2014**	**2013**	**2014**
Cirurgia	32	32	1808	1836
Ginecologia	4	4	460	469
Neonatologia	7	7	166	183
Obstetrícia a)	18	18	866	817
Medicina Interna	49	49	2108	2016
Ortopedia	25	25	1509	1465
Pediatria	8	8	390	407
Total	**143**	**143**	**7307**	**7193**

a) Número de partos: Ano 2013 - 773 ; Ano 2014 – 737

De acordo com a tabela 24 os serviços/ especialidades disponíveis no concelho são as seguintes:

Tabela 24 – Serviços/especialidades do Centro Hospitalar Póvoa de Varzim/Vila do Conde

Fonte: Centro Hospitalar Póvoa de Varzim/Vila do Conde, 2014

Centro Hospitalar Póvoa de Varzim/Vila do Conde	
Internamento	Medicina, Cirurgia, Ortopedia, Pediatria, Neonatologia Ginecologia e Obstetrícia
Serviço de Urgência	Medicina, Cirurgia, Ortopedia, Pediatria, Ginecologia e Obstetrícia
Bloco Operatório	Cirurgia, Ortopedia, Ginecologia, Obstetrícia
Consultas externas	Anestesiologia, Cardiologia, Medicina Interna, Cirurgia, Ortopedia, Pediatria, Ginecologia, Obstetrícia, Imuno-alergologia, Imunohemoterapia, Medicina Física, Pneumologia, Pedopsiquiatria, Psiquiatria, Psicologia e Nutricionismo
Meios auxiliares de diagnóstico	Radiologia, Ecografia, Análises Clínicas, Eletrocardiografia, Provas Funcionais Respiratórias, Broncoscopia, Ecodopler arterial e venoso periférico, Amniocentese e Amnioscopia, Ecografia da gravidez, testes cutâneos de Imunoalergologia, punções biópsias, Histeroscopia e Colposcopia

Verificamos a aumento do número de doentes atendidos na faixa etária dos maiores de 85 anos e o predomínio do sexo feminino nas consultas. Segundo o Centro Hospitalar é de referir a acentuada procura do serviço de urgência. Segundo a nossa fonte poderá dever-se à falta de cultura em relação à utilização dos serviços, não recorrendo ao médico de família como seria adequado.

Tabela 25 – Número Total de Doentes Atendidos no S.U., por grupos etários e sexo

Fonte: Centro Hospitalar Póvoa de Varzim/Vila do Conde - SONHO

Grupos Etários	Ano 2013			Ano 2014		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
0 - 1 anos	1563	1255	2818	1497	1111	2608
1 – 5 anos	6079	5073	11152	5664	4720	10384
5 – 10 anos	3514	3278	6792	3105	3179	6284
10 – 15 anos	2555	2132	4687	2409	2179	4588
15 – 25 anos	3023	4658	7681	3063	4661	7724
25– 45 anos	6027	10068	16095	5648	9863	15511
45 – 65 anos	6480	8199	14679	6414	7861	14275
65 – 75anos	2673	3484	6157	2572	3463	6035
75 – 85 anos	2201	3702	5903	2290	3539	5829
+85	683	1824	2507	767	1846	2613
Total	34798	43673	78471	33429	42422	75851

De acordo com a tabela 26 verificamos pequenas flutuações estatísticas no número de consultas na comparação entre 2013 e 2014. Apesar de reduzida verifica-se uma tendência de aumento nas consultas externas que, segundo os dados recolhidos se poderá atribuir a uma melhor acessibilidade aos tratamentos médicos diferenciados.

Ainda segundo os dados do Centro Hospitalar verificamos o aumento global do número e diferenciação das intervenções cirúrgicas por ano, o que se poderá atribuir à unidade de cirurgia de ambulatório que contribuiu fortemente para a redução do tempo de espera para a cirurgia.

Tabela 26 – Número de Consultas em 2013/2014

Fonte: Centro Hospitalar Póvoa de Varzim/Vila do Conde, 2014

Valências		Número de consultas				Total	
		Primeiras		Subsequentes			
Póvoa de varzim	**Vila do Conde**	**2013**	**2014**	**2013**	**2014**	**2013**	**2014**
ANESTESIOLOGIA	ANESTESIOLOGIA	3885	3464	969	1119	4854	4583
CARDIOLOGIA		889	898	898	1162	1787	2060
CIRURGIA	CIRURGIA	7041	6606	8822	9061	15863	15667
FISIATRIA		936	873	372	423	1308	1296
Ginecologia	Ginecologia	2355	2147	3764	3604	6119	5751
IMUNO ALERGOLOGIA		262	155	785	768	1047	923
IMUNO HEMOTERAPIA	-	245	263	6426	7481	6671	7744
MEDICINA INTERNA	MEDICINA INTERNA	1016	1104	4853	4650	5869	5754
Medicina DO TRABALHO		133	81	395	44	528	125
Obstetrícia	-	2260	2350	2836	2730	5096	5080
Ortopedia	Ortopedia	5926	5723	7516	7214	13442	12937
Pediatria	Pediatria	1979	2144	7527	7703	9506	9847
-	Pneumologia	417	584	1320	1331	1737	1915
Psiquiatria	Psiquiatria	25	198	134	587	159	785
PEDOPSIQUIATRIA	PEDOPSIQUIATRIA	762	590	1268	1918	2030	2508
TOTAL		**28131**	**27180**	**47885**	**49795**	**76016**	**76975**

Hospital Magalhães Lemos – Unidade de Saúde Mental Comunitária (consulta descentralizada em Vila do Conde)

O Hospital de Magalhães Lemos é um hospital de âmbito psiquiátrico, que tem há mais de quinze anos uma consulta descentralizada e de proximidade em Vila do Conde, abrangendo também os residentes do Concelho da Póvoa de Varzim. Trata-se sem dúvida de uma relevante mais-valia para os munícipes, pois permite minimizar-lhes despesas e assegura maior assiduidade e acompanhamento em termos de tratamento. É também de referir que em Vila do Conde existe no Centro Hospitalar Póvoa de Varzim/Vila do Conde consulta de psiquiatria.

De acordo com a tabela 27 os doentes psiquiátricos atendidos na Unidade de Saúde Mental Comunitária do Hospital Magalhães de Lemos não manifestam um aumento absoluto nem relativo desde 2012. Este aumento poderá dever-se à resiliência cultural da comunidade perante os riscos provocados pela situação de crise sócio económica que o país vive.

Tabela 27 – Doentes Psiquiátricos atendidos de 2012 a 2014

Data Ano		2012		2012 Total	2013		2013 Total	2014		2014 Total	Total Geral
		Sexo			Sexo			Sexo			
Distrito	Concelho Vila do Conde	Feminino	Masculino		Feminino	Masculino		Feminino	Masculino		
	Nº Doentes	901	454	1355	959	496	1455	1048	561	1609	1999
Porto Total		901	454	1355	959	496	1455	1048	561	1609	1999
Total Geral		901	454	1355	959	496	1455	1048	561	1609	1999

SERVIÇOS E RESPOSTAS NA ÁREA DAS DEPENDÊNCIAS

Serviços de atendimento e apoio a indivíduos com dependência química, podendo incluir fase de internamento, tendo por objetivo a sua recuperação física, reestruturação da personalidade e promoção de reintegração social.

BAGUNTE, FERREIRÓ, OUTEIRO MAIOR E PARADA – União de Freguesias

Clínica do Outeiro – Comunidade Terapeûtica privada

VILA DO CONDE

Alcoólicos Anónimos

Reúne semanalmente às 5.ªs feiras, das 21h às 22h30, nas instalações da Junta de Freguesia de Vila do Conde – pólo das Caxinas

MATOSINHOS

CRI Porto Ocidental – Centro de Respostas Integradas – Equipa Técnica de Matosinhos / ARS Norte-DICAD

Unidade de Alcoologia do Porto – ARS Norte-DICAD

PROJETO ÂNCORA – EQUIPA DE RUA

O Projeto Âncora - Equipa de Intervenção de Rua é um projeto que visa prestar cuidados de saúde, apoio psicossocial a utilizadores de substâncias psicoativas, garantindo o acesso aos serviços normativos da rede formal de apoio. Trata-se de uma estrutura de proximidade que tem por objetivo a redução de riscos e minimização de danos, ao nível de respostas a questões relacionadas com o consumo e abuso de substâncias psicoativas. Este Projeto desenvolve-se no âmbito do Plano Operacional de Respostas Integradas (PORI) do Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e Dependências (SICAD).

PÓVOA DE VARZIM

Área de abrangência: Freguesias de Vila do Conde e Póvoa de Varzim

Entidade Coordenadora: ARRIMO – Organização Cooperativa, Desenvolvimento Social e Comunitário

Entidade privada sem fins lucrativos

Análise das Dependências

O consumo de álcool é referido continuadamente pela rede de interventores sociais e da saúde no concelho como um dos principais problemas que determinam muitas das problemáticas graves e de complexa resolução.

Segundo o ACeS de Vila do Conde / Póvoa Varzim em 2014 foram sinalizados em consulta 1.032 utentes com alcoolismo. Este número dá uma ideia clara da enorme gravidade desta problemática e da expressão massiva que representa no contexto do concelho de Vila do Conde.

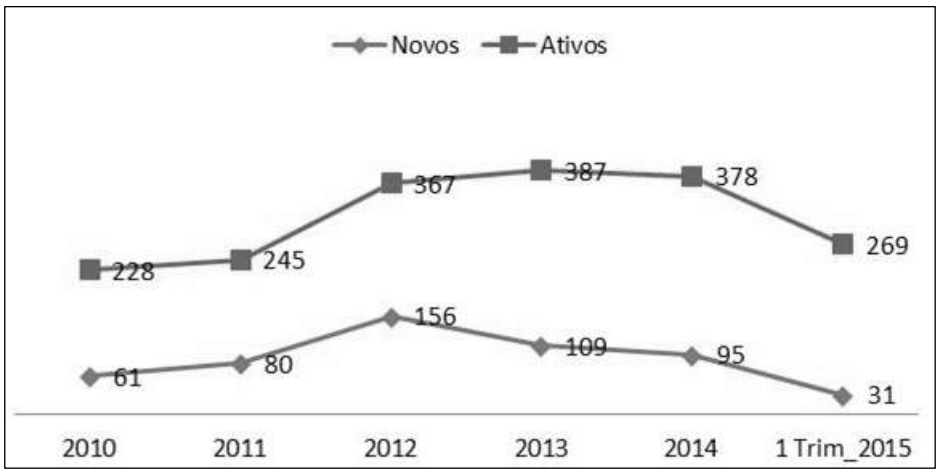
Tabela 28 – Relatório de Indicadores UF no Período em Análise

Proporção utentes consumo de álcool, c/ consulta Dezembro2014	
USF Santa Clara	223
USF SAO SIMAO DA JUNQUEIRA	81
USF AQUEDUTO	219
USF NAVEGANTES	130
USF SANTO AMARO	167
USF CRUZ DE MALTA	100
USF MODIVAS	112
Total Vila do Conde	1032
Total ACeS	2100

A dependência associadas a consumos tóxicos e a toxicodependência daí decorrente é responsável pelas situações graves de exclusão social extrema daí decorrentes. O concelho de Vila do Conde tem no terreno um dispositivo de combate a esta problemática social. De acordo com os dados do Plano Local de Intervenção nos comportamentos aditivos e nas dependências do concelho (gráfico 6) verificamos o decréscimo contínuo dos utentes em tratamento. Esta redução verifica-se nos novos casos (31 em 2015) quer nos casos ativos em tratamento. Esta evolução positiva retrata muito do esforço e qualidade da intervenção realizada assim como mudanças sociais em curso no padrão dos consumos ena tipologia das substâncias.

Gráfico 6 – Evolução dos utentes em tratamento com residência em Vila do Conde

Fonte PLANO LOCAL DE INTERVENÇÃO NOS COMPORTAMENTOS ADITIVOS E NAS DEPENDÊNCIAS DO CONCELHO DE VILA DO CONDE



Ainda de acordo o Plano de Intervenção referido, foram diagnosticados os problemas e a respetiva valoração pelas instituições parceiras nesta intervenção e no concelho:

Os problemas valorados e priorizados foram os seguintes;

"Problema de saúde Magnitude Transcendência

Vulnerabilidade Social Económica - Total Prioridade

Problema 1 | Consumo de substâncias psicoativas nos jovens.

Problema 2 | Consumo problemático de substâncias psicoativas ilícitas nos adultos

Problema 3 | Consumos problemáticos de álcool nos adultos

Problema 4 | Outros comportamentos aditivos e/ou dependências comportamentais sem substância"

Como podemos verificar de acordo com o diagnóstico efetuado no referido Plano, a priorização do consumo de álcool nos adultos indica uma nova direção de intervenção. A intervenção na problemática do álcool deverá obrigar à reconversão do dispositivo de respostas no terreno, à produção e conhecimento e de um diagnóstico específico ente ouras linhas de ação.

De modo geral a produção de conhecimento é uma das questões entrais para a intervenção. Esta questão coloca-se também como condição do aprofundamento da intervenção no domínio dos comportamentos aditivos e dependências.

No âmbito do controlo da intervenção na questão do consumo de substâncias ilícitas é referida a importância crucial da implementação da "consulta descentralizada" no concelho, com o objetivo de proporcionar maior acessibilidade e proximidade no tratamento destes comportamentos aditivos no concelho.

As novas áreas de intervenção incluem a temática dos consumos de substâncias psicoativas pelos jovens. Também nesta temática é referida importância da consulta de prevenção de jovens e famílias. A necessidade de produção de conhecimento especializado é mias uma vez aqui referida.

Por fim são referidas as questões das ludopatias e do seu cariz semelhante e assimilável às dependências e comportamentos aditivos.

[Plano Local de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências do Concelho de Vila do Conde]

Tabela 29 – Perfis dos grupos alvo identificados (Plano de Intervenção)

Fonte: Diagnóstico do Concelho de Vila do Conde, 2012 - CRI – Porto Ocidental
PORI – Plano Operacional de respostas integradas

Perfil dos grupos alvo	
Crianças e Jovens em Risco	Integram famílias disfuncionais / negligência familiar Baixa autoestima e autoconceito / dificuldades de aprendizagem Dificuldades de comunicação / deficit ao nível das competências sociais / absentismo escolar / insucesso escolar Abandono escolar sem ocupação saudável dos tempos livres de forma saudável Pouca valorização dos objetivos escolares e profissionais Ausência de hábitos de saúde e higiene. Filhos de pais com deficit ao nível das competências educativas e parentais Baixo nível escolar dos pais
(2) Jovens consumidores de cannabis	Consumo de substâncias psicoativas. Estigmatização social Baixa autoestima e autoconceito Deficit cognitivo / elevada taxa de absentismo, insucesso escolar e abandono precoce do sistema de ensino Falta de ocupação dos tempos livres Baixas qualificações escolares e profissionais Desemprego / dificuldade de inserção no mercado de trabalho devido ao deficit de competências profissionais Precariedade socioeconómica /comportamentos de risco Dificuldade na construção de um projeto de vida Envolvimento em atividades ilícitas, tais como, tráfico e pequenos furtos / problemas prematuros com a justiça
(3) Consumidores de substâncias psicoativas abrangidos por respostas de RRMD	Consumos problemáticos de substâncias psicoativas Deficit nos cuidados de saúde/ Doenças infeciosas (HIV; HCV;HBV; Tuberculose) Estilos de vida pouco saudáveis Multi mobilidade física e/ou psicológica Deficit ao nível das competências interpessoais/ desestruturação familiar Estigmatização social Precariedade socioeconómica Baixas qualificações escolares e formação profissional dependência de subsídios sociais Dependência do apoio de instituições ao nível da alimentação e higiene pessoal Baixa motivação na procura de ajuda para os seus problemas
4) Consumidores de substâncias psicoativas integrados em programas de tratamento nos CRIs	Distância geográfica das unidades especializadas de tratamento das dependências Consumos problemáticos de substâncias psicoativas / Deficit nos cuidados de saúde Doenças infeciosas (HIV; HCV;HBV; Tuberculose) /Estilos de vida pouco saudáveis Multimorbilidade física e/ou psicológica Deficit ao nível das competências interpessoais Desestruturação familiar

	Estigmatização social / precariedade socioeconómica Baixas qualificações escolares e formação profissional Dependência de subsídios sociais Dependência do apoio de instituições ao nível da alimentação e higiene pessoal Baixa motivação na procura de ajuda para os seus problemas
5) Jovens/Adultos com consumo excessivo/abusivo de álcool	Distância geográfica das unidades especializadas de tratamento das dependências Estilos de vida pouco saudáveis Multimorbilidade física e/ou psicológica Deficit ao nível das competências interpessoais Desestruturação familiar/violência doméstica Estigmatização social / precariedade socioeconómica Baixas qualificações escolares e formação profissional dependência de subsídios sociais Baixa motivação na procura de ajuda para os seus problemas Negação do problema de consumo de álcool

O referido relatório, referencia a relevância da problemática social da toxicodependência no concelho e Vila do Conde. É, comparativamente, um dos concelhos da AMP onde esta questão assume maior dimensão e gravidade. A importância de uma intervenção multidimensional que agregue a prevenção, o tratamento e a inclusão social, é considerada prioritária no diagnóstico social.

Tal como caracterizado perfil do toxicodependente sobressaem as determinantes sociais; baixa escolarização, disfuncionalidade familiar, exclusão do mercado de trabalho, ausência de ocupação e de rendimentos. Este perfil exige a congregação de ações direcionadas para estas múltiplas componentes do problema.

REDE NACIONAL DE CUIDADOS CONTINUADOS INTEGRADOS

É o conjunto das instituições, públicas ou privadas, que prestam cuidados continuados, de saúde e de apoio social, tanto no local de residência do utente como em instalações próprias. Por cuidados continuados integrados entende-se o conjunto de intervenções sequenciais integradas de saúde e apoio social visando a recuperação global da pessoa em situação de dependência, promovendo, a sua autonomia e melhorando a sua funcionalidade, através da sua reabilitação, readaptação e reinserção familiar e social. A inclusão dos utentes nas unidades da Rede Nacional de Cuidados Integrados é efetuada através do Hospital, onde está internado ou pelos Centros de Saúde, em situação de domicílio, mediante proposta apresentada à Equipa Coordenadora Local (ECL).

VILA DO CONDE

Unidade de Média Duração e Reabilitação

Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde

Unidade de Longa Duração e Manutenção

Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde

EQUIPA DE CUIDADOS CONTINUADOS INTEGRADOS (ECCI)

Equipa multidisciplinar da responsabilidade dos cuidados de saúde primários e das entidades de apoio social, que presta serviços domiciliários, a pessoas em situação de dependência funcional, doença terminal ou em processo de convalescença, cuja situação não requer internamento, mas que não podem deslocar-se do domicílio. Esta ECCI integra a Unidade de Cuidados na Comunidade (UCC) do ACES Póvoa de Varzim/Vila do Conde.

VILA DO CONDE

Largo Dr. António José Ramos de Almeida | 4480-740 Vila do Conde

Telefone: 252 631 281 | Fax: 252 631 283 | E-mail: eccivilladoconde@gmail.com | Web: www.portaldasaude.pt

OUTROS SERVIÇOS / RESPOSTAS

VILA DO CONDE

FORUM SÓCIO-OCUPACIONAL

Resposta, desenvolvida em equipamento, destinada a pessoas com desvantagem transitória ou permanente, de origem psíquica, visando a sua reinserção sociofamiliar e ou profissional ou a sua eventual integração em programas de formação ou de emprego protegido. Destinada a jovens e adultos com doença psiquiátrica grave estabilizada, tendencialmente crónica, que apresentam reduzida capacidade relacional e de integração social. Resposta de intervenção integrada – Segurança Social / Saúde.

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PARAMILOIDOSE

VILAR DO PINHEIRO

Associação de Dadores Benévolos de Sangue de Vila do Conde

Rua Dr. José Aroso, 750 | 4485-847 Vilar do Pinheiro | Telefone: 229 270 590

Diagnóstico e Medidas de intervenção a implementar

De acordo com a tabela 30 verificamos os principais pontos fortes da rede de serviços e equipamentos de saúde no concelho de Vila do Conde de modo a perspetivar as propostas de intervenção prioritárias.

Tabela 30 – Pontos fortes da rede de serviços e equipamentos de saúde
Fonte: ACES - 2015

Pontos Fortes da rede de serviços e equipamentos de saúde
▪ A rede de serviços de saúde abrange todo o território do concelho e garante o acesso a todas as tipologias de resposta na área da saúde.
▪ A rede hospitalar é completa em termos de especialidades e valências e está articulada com as unidades dos Cuidados de Saúde Primários e continuados.
▪ A população do ACES possui Médico e Enfermeiro de família, exceto os utentes que por opção não o desejem – taxa de cobertura de 100 % nos Cuidados de Saúde Primários.
▪ O ACES está devidamente reconfigurado de acordo com a legislação em vigor permitindo melhorar a dinâmica, a rentabilização dos serviços e a prestação de cuidados de proximidade.
▪ Os utentes para além de recorrer à sua Unidade de Saúde Familiar, podem beneficiar de outros cuidados especializados prestados pela Unidade de Cuidados na Comunidade e pela Unidade de Recursos Assistenciais Partilhados. Estas unidades asseguram cuidados de enfermagem no âmbito das especialidades de Reabilitação, Saúde Infantil e Pediátrica, Saúde Materna e Obstétrica, Saúde Mental e Psiquiátrica e Saúde Comunitária, e também Cuidados de Psicologia, Nutrição, Fisioterapia e Serviço Social. Podem contar ainda com a intervenção da Unidade de Saúde Pública.
▪ A população usufrui de Cuidados de qualidade: O ACES Póvoa de Varzim/Vila do Conde obteve o 1º lugar na avaliação da atividade contratualizada na ARS Norte em 2013, e o 2º lugar em 2014. A UCCVC foi premiada em 2013 com o premio Hospital do Futuro.
▪ O ACES e o Centro Hospitalar Póvoa de Varzim/Vila do Conde disponibilizam serviços no âmbito do Núcleo de Apoio a Crianças e Jovens em Risco e Equipas de Prevenção de Violência nos Adultos.
▪ No âmbito da Rede Nacional de Cuidados Continuados, o ACES disponibiliza também, integrada na Unidade de Cuidados na Comunidade, Uma Equipa de Cuidados Continuados integrados com 20 camas domiciliárias.
▪ Existem vários projetos na área da promoção da saúde e prevenção da doença implementados e em desenvolvimento pelo ACES no concelho, muitos deles em parceria com a comunidade.

Medidas de Intervenção prioritárias:

- Denota-se que os utentes que necessitam de cuidados na área da Saúde Mental e psiquiátrica, não encontram disponíveis as respostas adequadas às necessidades. No campo da Saúde Mental é necessária uma resposta mais efetiva na Psiquiatria sobretudo na **Pedopsiquiatria** (o tempo de espera da consulta é estimado em 52 dias);
- É necessária a criação da resposta de **Fórum Sócio Ocupacional;**

  (Destinada a jovens e adultos com doença psiquiátrica grave estabilizada, tendencialmente crónica, que apresentam reduzida capacidade relacional e de integração social).

  A resposta já existente no concelho de Vila do Conde é manifestamente insuficiente deixando a descoberto muitas situações graves.
- Os utentes com doenças oncológicas e doenças crónicas deveriam usufruir sempre que necessário de Cuidados Paliativos domiciliários (ainda não existe);

  É manifesta a necessidade de uma **resposta de Unidade/ Equipa de Cuidados Paliativos** na versão hospitalar e em equipas no domicílio.
- O nº de vagas disponíveis na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados é insuficiente assistindo-se a listas de espera para ingresso na rede, e colocação dos utentes a grandes distâncias, o que dificulta a envolvência das famílias/cuidadores dos utentes.

É prioritária e extremamente necessária a criação de **Unidade de Convalescença (UC)** – vocacionada para doentes com elevado potencial de recuperação e com internamento até 30 dias consecutivos que garanta a recuperação próximo do ambiente familiar e de proximidade ao seu meio de vida.

- É ainda urgente disponibilizar uma resposta de **Comunidades Terapêuticas** acessíveis para os utentes com **consumos excessivos de álcool** e outras **substâncias na área das dependências**.
- É fundamental continuar a investir na área da **promoção da saúde e prevenção da doença**, nomeadamente nos **grupos vulneráveis como os idosos**, implementando medidas que favorecem o envelhecimento ativo e controlem os riscos (adaptação da casa/mobiliário, sinalização de potenciais áreas de risco no domicilio, eliminação de barreiras arquitetónicas, prescrição e ajuste de ajudas técnicas, capacitação para a realização de exercícios de reabilitação e estimulação cognitiva entre outras áreas de intervenção).
- Definir e implementar **programas para o descanso do cuidador** é outra das prioridades no concelho dado que as vagas da rede são insuficientes.
- O **acompanhamento e empowerment do cuidador** é outro desafio a levar a cabo, capacitando-o para enfrentar dificuldades e utilizar estratégias facilitadoras na prestação de cuidados (cuidados de higiene e conforto, técnicas de posicionamentos, transferências, ajudas técnicas e organização do espaço físico e alimentação, eliminação de barreiras). É necessário desenvolver mais projetos neste âmbito à semelhança do **Projeto Cuidar de Quem Cuida**.
- São necessários programas de formação e enquadramento institucional de uma rede de **Cuidadores Formais** no concelho sobretudo para as situações de dependência e baixa autonomia.

3.3. Rede de serviços de ação social

Câmara Municipal de Vila do Conde

Divisão de Habitação e Ação Social

Praça Vasco da Gama | 4480-840 Vila do Conde

Telefone: 252 248 400 | Fax: 252 641 853 | E-mail: geral@cm-viladoconde.pt | Web: www.cm-viladoconde.pt

Instituto da Segurança Social

Serviço Local de Vila do Conde - Acão Social

Rua Dr. António de Andrade | 4480-806 Vila do Conde

Telefone: 252 640 340 | Fax: 252 640 439

Via Segurança Social – Informações Gerais

Telefone: 808 266 266 | Web: www.seg-social.pt

SERVIÇOS DE APOIO SOCIAL

- **Serviço de Atendimento Social Permanente aos Munícipes**

  Serviço permanente de atendimento de Ação Social por parte do Município, destinado a todos os indivíduos. Este serviço prevê uma intervenção social, promovendo a inclusão de cidadãos em situação de vulnerabilidade, garantindo-lhes ou facilitando-lhes o acesso aos recursos, bens e serviços, no sentido da melhoria da qualidade de vida e da coesão social.

  Nos últimos 3 anos foram abertos os seguintes processos:

  Ano 2015 – 111 processos (até julho);

  Ano 2014 – 224 processos;

  Ano 2013 – 185 processos.

- **Atendimento e acompanhamento específico aos inquilinos de habitação social municipal**
  Aos inquilinos de habitação social municipal é assegurado por técnicos um atendimento e acompanhamento das famílias, quer no âmbito social quer de gestão e manutenção;

- **Projeto DAP – Deficiência, Abordagem Plurinstitucional**
  O Projeto DAP tem como objetivo a abordagem da deficiência no Concelho, em termos de prevenção e integração. Este Projeto é desenvolvido por uma equipa multidisciplinar, proveniente de vários serviços locais e distritais e instituições privadas não lucrativas com competências afins na problemática da deficiência: - Agrupamento de Centros de Saúde Póvoa de Varzim/Vila do Conde (Unidade de Cuidados na Comunidade e Unidade de Saúde Pública); - Agrupamentos Escolares; - Câmara Municipal de Vila do Conde (Divisão de Habitação e Ação Social); - Centro Distrital de Segurança Social do Porto (Serviço Local de Ação Social); - Centro de Emprego Póvoa de Varzim/Vila do Conde; - Centro Hospitalar Póvoa de Varzim/Vila do Conde (Serviço de Pediatria); - Hospital de Magalhães Lemos (Serviço de Psiquiatria); MADI de Vila do Conde; - Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde (Centro de Apoio e Reabilitação para Pessoas com Deficiência e Centro de Reabilitação Prof. Dr. Jorge Azevedo Maia);

- **NAACE – Núcleo de Atendimento e Acessibilidade**
  Serviço de resposta autárquica prestado aos níveis de informação, atendimento, orientação e acompanhamento das pessoas com deficiência e suas famílias, de acordo com as suas necessidades de

integração social, educativa, profissional e ocupacional; articulação com os serviços públicos e privados no sentido de se obter uma maior eficácia na resposta adequada às suas necessidades; orientação e apoio técnico na resolução de problemas de acessibilidade e adaptação de espaços em residências particulares;

- **Projeto Sorrisos Bonitos**
  Este projeto pretende assegurar gratuitamente tratamentos dentários a pessoas em situação de carência económica, contando com a participação de empresas cooperantes e que se assumem como socialmente responsáveis. Este projeto resulta de um protocolo estabelecido entre a Câmara Municipal de Vila do Conde e Clínicas Dentárias do Concelho cooperantes, existindo presentemente onze clínicas solidárias aderentes.
  Com início em setembro de 2013 foram já atentidas 120 pessoas e efetuados 1.042 consultas/tratamentos.

- **Projeto Ótica Solidária**
  Este projeto pretende assegurar gratuitamente óculos graduados a pessoas em situação de carência económica, contando com a participação de empresas cooperantes e que se assumem como socialmente responsáveis. Este projeto provém de um protocolo estabelecido entre a Câmara Municipal de Vila do Conde com a Shamir Portugal, Lda. e o Grupótico – Ópticas e Investimentos, S. A. (empresas de lentes e de material ótico, respetivamente);

  Nos últimos 3 anos foram assegurados os seguintes apoios:

  Ano 2015 – 54 pessoas apoiadas (até julho);

  Ano 2014 – 105 pessoas apoiadas;

  Ano 2013 – 89 pessoas apoiadas.

- **Loja Social**
  Resposta social da Câmara Municipal de Vila do Conde, com o objetivo de atenuar as dificuldades e necessidades imediatas das famílias mais carenciadas, ao nível das suas necessidades básicas. Disponibiliza vestuário e têxteis, equipamento doméstico, mobiliário, brinquedos e material didático. Todos os produtos ou equipamentos são doados por particulares ou empresas à Loja Social e entregues gratuitamente às famílias. Todas as situações são encaminhadas por organismos e instituições locais que trabalham no âmbito social e em articulação com a Divisão de Habitação e Ação Social do Município;

  Nos últimos 3 anos foram abertos os seguintes processos:

  Ano 2015 – 36 famílias apoiadas processos (até julho);

  Ano2014 – 88 famílias apoiadas;

  Ano 2013 – 117 famílias apoiadas.

- **Banco Local de Voluntariado**
  É um espaço de encontro entre pessoas que expressam disponibilidade e vontade para serem voluntárias e entidades promotoras de voluntariado (pessoas coletivas de natureza pública ou privada) que reúnem condições para integrar voluntários e coordenar o exercício da sua atividade em vários domínios. Podem ser voluntários todos os indivíduos com mais de 18 anos, com disponibilidade temporal, mas sobretudo, interessados em ajudar livre, desinteressadamente e de forma gratuita e responsável, outros que tenham necessidade. O Banco Local de Voluntariado tem 160 voluntários inscritos e presentemente apresenta 6 projetos de instituições em curso.

- **Banco de Manuais Escolares**
  Resposta social da Câmara Municipal de Vila do Conde, com o objetivo de atenuar as dificuldades e necessidades das famílias com filhos em idade escolar. Consiste na oferta de livros escolares adquiridos pela Câmara no ano letivo transato e também de particulares que oferecem os manuais que já não precisam.
  Com início em 2014, esta iniciativa contou de imediato com a adesão da população e de Agrupamentos de Escolas. Registaram-se 140 solicitações por parte de alunos/famílias e em termos de manuais escolares 1.490 exemplarestendo sido facultados 907 manuais, sendo que o número de pedidos integralmente satisfeitos (facultadas a totalidade dos manuais solicitados) foi de 42%;

- **Comparticipação nos livros e cadernos de atividades**
  Os apoios para os alunos do 1º ciclo vão para além do valor previsto no Despacho nº 8452-A/2015 de 31 de julho, sendo assegurado uma comparticipação de 100% nos livros e cadernos de atividades para os alunos do 1º ciclo do Ensino Básico de escalão A e 50% para os de escalão B.
  Encontra-se também prevista a possibilidade de apoio na aquisição de manuais escolares para alunos de 2º e 3º ciclos e secundário, através do Fundo de Emergência Social, garantindo-se assim uma igualdade de oportunidades e fomento na prossecução dos estudos.

- **Comparticipação nos transportes escolares**
  É assegurado em 100% o custo do transporte dos alunos do Ensino Básico e para os alunos do Secundário, não obstante a legislação preveja que todos os alunos comparticipem em 50% no custo dos mesmos, o município apoia em 100% o custo do passe aos alunos de escalão A e 75% aos de escalão B

- **Apoio no âmbito do desporto escolar e atividades de complemento curricular**
  Acesso facilitado ao desporto e atividades extracurriculares às crianças e jovens em situação de vulnerabilidade

- Programa de generalização de refeições para o 1º ciclo do Ensino Básico implementado em todo o concelho, bem como o Programa de atividades de apoio à família no caso da educação pré-escolar (refeições escolares e prolongamento de horário)

- **Serviço de Apoio à Vitima**
  O Serviço de Apoio à Vítima a funcionar nos Paços do Concelho, com atendimento às quartas-feiras, das 14h às 17h, é prestado por técnicos especializados da área jurídica e social. Este serviço, está vocacionado para um atendimento personalizado às vítimas dos vários tipos de violência, de forma gratuita e confidencial.
  O objetivo é prestar informação necessária e dar a conhecer os direitos e os apoios existentes a quem nos pede ajuda.

- **Gabinete de Apoio ao Emigrante**
  A Câmara Municipal estabeleceu um Acordo de Cooperação com a Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas, tendo criado um Gabinete de Apoio ao Emigrante - GAE.
  Este serviço, gratuito, com um atendimento qualificado e personalizado, destina-se aos emigrantes, ex-emigrantes do Concelho e aos seus familiares, e àqueles que pretendam residir/trabalhar no estrangeiro, informando-os dos seus direitos e contribuindo para a resolução de questões que se lhes coloquem, articulando e facilitando o contacto, se necessário, com outras instituições nacionais ou estrangeiras. Embora vocacionado para a Emigração o GAE também informa e encaminha assuntos relacionados com a Imigração.

- **Centro de Informação Autárquico ao Consumidor - CIAC**
  É um serviço de atendimento personalizado, gratuito, que tem por objetivo apoiar os munícipes na defesa e efetivação dos seus direitos enquanto consumidores. No seu âmbito, é assim assegurado:
  – Prestar informações e esclarecimentos sobre questões de consumo;

- Promover a mediação de conflitos entre os consumidores e os agentes económicos, com vista à resolução dos litígios de consumo evitando, desta forma, o recurso à via judicial;
- Encaminhar reclamações não resolvidas, após tentativa de conciliação, para Arbitragem, nomeadamente para o Tribunal Arbitral do Vale do Ave ou para outra instância homóloga, promovendo as virtualidades desta forma de justiça;
- Promover ações de informação e sensibilização em matéria de consumo junto da população;

A intervenção do CIAC não suspende o decurso de quaisquer prazos de prescrição ou caducidade de direitos, nem prazos judiciais.

Serviço Local de Ação Social da Segurança Social – ISS

Áreas de intervenção:

- Atendimento/Acompanhamento Social
- Rendimento Social de Inserção
- Assessoria Técnica aos Tribunais (Área Tutelar Cível e área Promoção e Proteção)
- Amas

ATENDIMENTO/ ACOMPANHAMENTO SOCIAL

Trata-se de uma resposta social que visa apoiar as pessoas e as famílias na prevenção e ou reparação de problemas geradores ou gerados por situações de risco/ou exclusão social, assente numa relação de reciprocidade técnico/utente, tendo em vista a promoção de condições facilitadoras da uma inserção, nomeadamente do apoio á elaboração e acompanhamento de um projeto de vida.

Apresenta-se como um Serviço de 1ª linha com o objetivo de atender, informar, orientar e encaminhar a população, apoiando indivíduos e famílias em situação de grave vulnerabilidade económica e social, tendo em vista um projetos de mudança e inserção social, a par da intervenção imediata em situações de emergência.

Os atendimentos da Ação Social realizados em 2013 foram de 1560 (ainda inclui atendimentos realizados pelos dois técnicos do atendimento/acompanhamento social a famílias beneficiárias do RSI) com uma média mensal de 10 processos novos abertos.

Em 2014 o número de atendimentos situou-se nos 794, mantendo-se a média mensal de 10 situações novas atendidas por apenas um técnico que desde de Maio de 2014 assegura todo o atendimento /acompanhamento social.

Caracterização/Análise de uma amostra

Os quadros apresentados correspondem a uma amostra de 142 pedidos efetuados no âmbito do Atendimento/Acompanhamento Social, no período de outubro de 2014 a fevereiro de 2015, que consideramos ser representativa do universo dos processos que recorrem ao Serviço e em acompanhamento.

Tabela 31 – Distribuição das famílias por tipo de pedido (SS Vila do Conde – Serviço de Ação Social)
Fonte: Dados recolhidos no âmbito dos atendimentos realizados

Tipo Pedido	Nº Pedidos	%
Apoio Económico	77	54,2%
Apoio em géneros	40	28,1%
Produtos Apoio	6	4,2%
Informação/orientação	3	2,1%
Integração em equipamentos sociais	5	3,5%
Acesso a prestações	11	7,7%
Total	**142**	**100%**

O quadro anterior permite verificar que do total de 142 pedidos registados no espaço de quatro meses, mais de metade (54,2%) diz respeito a apoio económico que, como se irá verificar, tem diferentes justificações (despesas de habitação, saúde, etc.). Se a este valor somarmos os pedidos de apoio em géneros (alimentação e/ou vestuário) verifica-se que quase 82,3% das solicitações estão relacionados com dificuldades de subsistência. Poder-se-á constatar que é na área da satisfação das necessidades básicas, que chegam mais pedidos, nas quais estão incluídas as despesas com habitação e dívidas.

O crescente aumento dos pedidos para apoio em géneros/refeições, é revelador dessas necessidades das famílias em termos alimentares, uma questão básica para a sobrevivência. A questão económica tem grande importância na vida quotidiana das famílias e a sua precariedade conduz a situações de pobreza e/ou vulnerabilidade social.

Tabela 32 – Tipo de Pedido: Apoio económico
Fonte: Dados recolhidos no âmbito dos atendimentos realizados

	Nº	%
Habitação	44	57,1%
Subsistência	31	40,2%
Medicação	2	2,5%
Total	**77**	**100%**

Pela tabela anterior verificamos que do total de 77 pedidos de apoio económicos recebidos, mais de metade (57,1%) diz respeito à habitação, nomeadamente às despesas com água, luz, gás e renda.

Através de pesquisas realizadas, constata-se que o valor médio de apartamentos arrendados, é de 417€, sendo necessário ter em conta, que estes valores alteram-se consoante a tipologia e características do arrendado.

Pode-se ainda constatar, que a maioria dos quartos arrendados para isolados (indivíduo que vive só) ou acompanhados, ronda os 150€. Estes isolados utentes da prestação de RSI (178,15€ corresponde ao tecto máximo), após pagarem o quarto acabam por ver o seu único rendimento bastante restringido para a subsistência.

Os agregados acompanhados têm capitações de 0€ a 100€ sendo que uma pequena minoria dos agregados tem capitações até 150€,

Através da tabela 33 verifica-se que do total de 40 pedidos de apoio em géneros, mais de metade (77,5%) diz respeito à alimentação.

Tabela 33 – Tipo de Pedido: Apoio em géneros

Fonte: Dados recolhidos no âmbito dos atendimentos realizados

	Nº	**%**
Alimentação	31	77,5%
Roupa e calçado	3	7,5%
Óculos	6	15%
Total	**40**	**100%**

A verificação da tabela 34 permite-nos concluir que as cadeiras de rodas e fraldas representam a esmagadora maioria dos pedidos de apoio em produtos.

Tabela 34 – Tipo de Pedido: Produtos de apoio

Fonte: Dados recolhidos no âmbito dos atendimentos realizados

	Nº	**%**
Fraldas	2	33,3%
Cadeira de rodas	3	50%
Cadeira de banho/duche	1	16,6%
Total	**6**	**100%**

As ajudas técnicas/produtos de apoio consistem em produtos, nomeadamente dispositivos, equipamentos, instrumentos, tecnologia e software, especialmente produzidos e disponíveis para prevenir, compensar, monitorizar, aliviar ou neutralizar qualquer impedimento, limitação da atividade e restrição na participação (ISO 9999/2007).

A tabela apresentada permite verificar que do total de 6 pedidos de "Produtos de Apoio" que recebidos no espaço de 4 meses, metade (50%) diz respeito a cadeiras de rodas. Estes agregados necessitam de um apoio, referindo "uma pequena ajuda", que se concretiza no pagamento integral do produto, para que consigam estabilizar a sua situação económica.

Estes produtos destinam-se a todas as pessoas com deficiências ou incapacidade, permanente ou temporária. O financiamento destes pelo ISS, I.P. visa promover a autonomia e a melhoria da qualidade de vida. O financiamento é de 100%, quando o produto de apoio não consta nas tabelas de reembolsos do Serviço Nacional de Saúde, do subsistema de saúde de que o cidadão é beneficiário, ou quando não é comparticipado por Companhia Seguradora.

A tabela 35 permite verificar que do total de 3 pedidos de informação/orientação, mais de metade (66,6%) diz respeito à habitação, nomeadamente dívidas elevadas de renda. Como 33,3% verificam-se pedidos de informação sobre a pensão de invalidez.

Tabela 35 – Tipo de Pedido: Informação/Orientação
Fonte: Dados recolhidos no âmbito dos atendimentos realizados

	Nº	**%**
Habitação	2	66,6%
Pensão de invalidez	1	33,3%
Total	**3**	**100%**

Relativamente aos pedidos de integração em equipamento sociais (tabela 36), verifica-se que de todos os agregados e famílias acompanhados são os pedidos de integração em Lar os mais frequentes.

Situações em que as famílias, já não podem apoiar os idosos, quer por motivos profissionais, quer pelas mudanças sociais existentes ao longo dos anos, nomeadamente a generalização do trabalho assalariado, a entrada da mulher no mercado de trabalho e decorrente dos processos de industrialização e terciarização, acabando por haver alterações familiares.

Tabela 36 – Tipo de Pedido: Integração em equipamentos sociais
Fonte: Dados recolhidos no âmbito dos atendimentos realizados

	Nº	**%**
Integração em lar	5	100%
Total	**5**	**100%**

Através da tabela 37 verificamos que do total de 11 pedidos de acesso a prestações/serviços, mais de metade (81,8%), são referentes para a medida RSI.

Salienta-se que maioritariamente estes agregados são isolados, sem retaguarda familiar, desempregados de longa duração (mais de 5 anos), completamente excluídos e desprotegidos que simplesmente pretendem um subsídio para minorar a situação limite.

Tabela 37 – Tipo de Pedido: Acesso a prestações/serviços
Fonte: Dados recolhidos no âmbito dos atendimentos realizados

	Nº	%
Rendimento Social de Inserção	9	81,8%
Projeto Sorrisos Bonitos	2	18,1%
Total	**11**	**100%**

Vulnerabilidade/problemáticas identificadas

Dos processos em acompanhamento ao nível do AAS, destacam-se as seguintes problemáticas como causas da pobreza/exclusão social:

- Desemprego/emprego precário
- Incapacidade temporária ou definitiva para o trabalho/Doença prolongada/dependências
- Baixos rendimentos/Salários /pensões/prestações
- Habitação/endividamento/Más condições habitacionais
- Destruturação familiar/ Monoparentalidade / Violência doméstica
- Isolamento/Dependência/Solidão idosos

RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO (RSI)

O Rendimento Social de Inserção (RSI) é uma medida de proteção social criada para apoiar as pessoas ou famílias que se encontrem em situação de grave carência económica e em risco de exclusão social e é constituída por :

- Um contrato de inserção para os ajudar a integrar-se social e profissionalmente;
- Uma prestação em dinheiro para satisfação das suas necessidades básicas.

No concelho de Vila do Conde o acompanhamento dos processos de RSI é efetuado por 2 equipas multidisciplinares, pertencentes a 2 IPSSs do concelho, com quem a Segurança Social protocolou essa prestação de serviços:

- **Associação de Solidariedade Social o Tecto**, que acompanha as freguesias a sul do Ave (área mais rural);
- **Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde**, que acompanha a freguesia sede do concelho (área urbana)e as freguesias a norte do Rio Ave.

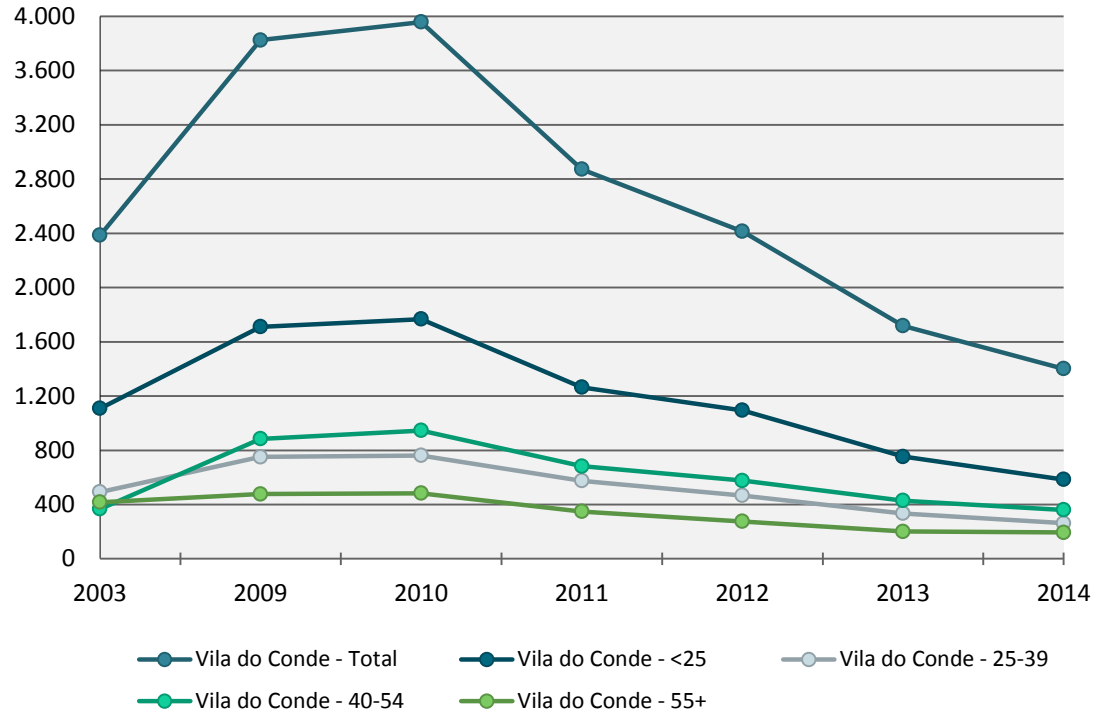
Caracterização geral

Se considerarmos o acesso longitudinal ao apoio do RSI (gráfico 7), verificamos que este se reduziu substancialmente. Em 2010, no pico máximo desta medida foram apoiados no concelho 3.958 pessoas, tendo este número sofrido uma redução para 1.402 em 2014. Esta redução abrupta não se deve ao aumento de rendimento na economia local ou nacional, podendo-se presumir que muitas famílias, em termos globais, ficaram sem qualquer proteção social tendo atingido um maior grau e pobreza e exclusão.

Em termos etários verificamos que a maior redução percentual se verifica no rupo etário dos menores de 25 anos e no grupo dos maiores de 65 anos. O grupo etário dos 40 aos 50 anos sofreu, igualmente, uma redução significativa do acesso ao RSI.

Gráfico 7 – Beneficiários do Rendimento Social de Inserção da Segurança Social: total e por grupo etário

Fontes de Dados: II/MSESS
Fonte: PORDATA | Última atualização: 2015-06-26



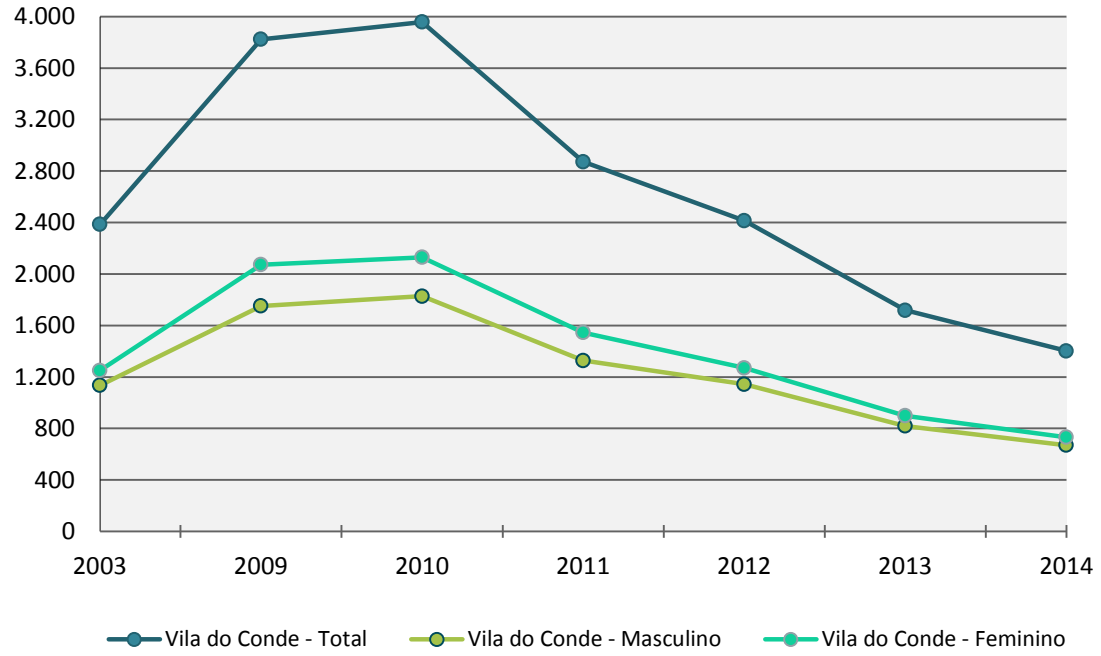
Em termos percentuais do total e beneficiários do RSI na população verificamos (tabela 38) que entre 2010, em que atingiu 5,9 %e 2014 com 2,1%, esta prestação se reduziu em mais de 150% no seu valor total.

Tabela 38 – Beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido e Rendimento Social de Inserção da Segurança Social no total da população residente com 15 e mais anos (%)

Territórios		**Beneficiários do RMG e RSI em % da população residente**						
Âmbito Geográfico	**Anos**	**2003**	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**
Município	**Vila do Conde**	3,8	5,8	5,9	4,3	3,6	2,5	2,1

Verificamos (gráfico 8) uma maior redução percentual na atribuição ao sexo feminino. Em 2010 1.828 homens e 2.130 mulheres recebiam o RSI. Em 2014 670 homens e 732 mulheres recebiam o RSI. Embora o número absoluto de mulheres beneficiárias seja superior, foi nelas que o maior impacto da redução da atribuição. Esta questão coloca como prioritária a vulnerabilidade social do género feminino obrigando por isso a políticas de combate à pobreza com especificidades de género.

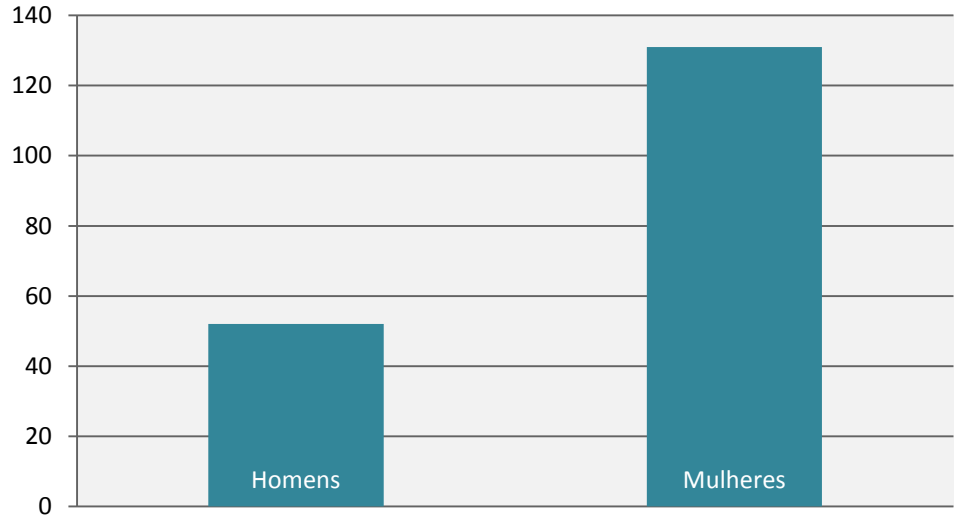
Gráfico 8 – Beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido e Rendimento Social de Inserção da Segurança Social: total e por sexo.



Caracterização da situação atual

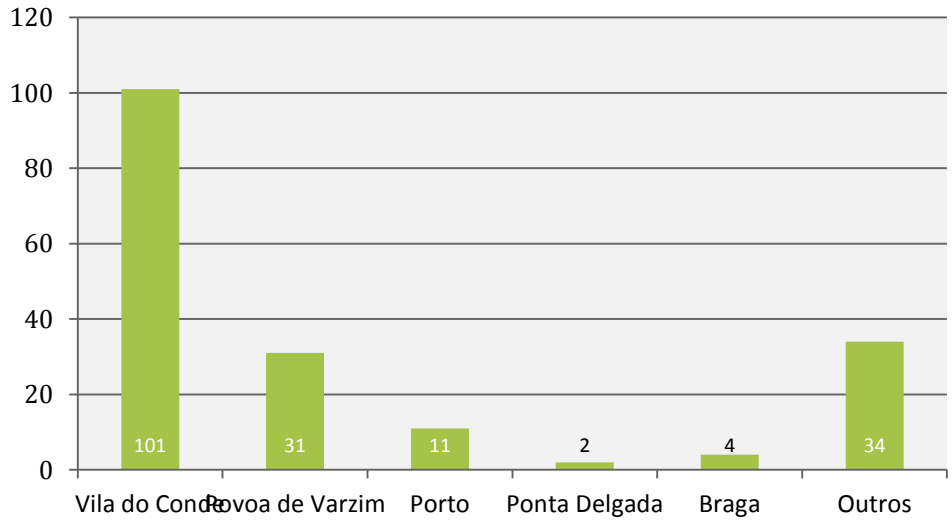
Fonte: Segurança Social - 2015

Gráfico 9 – Distribuição dos beneficiários por sexo



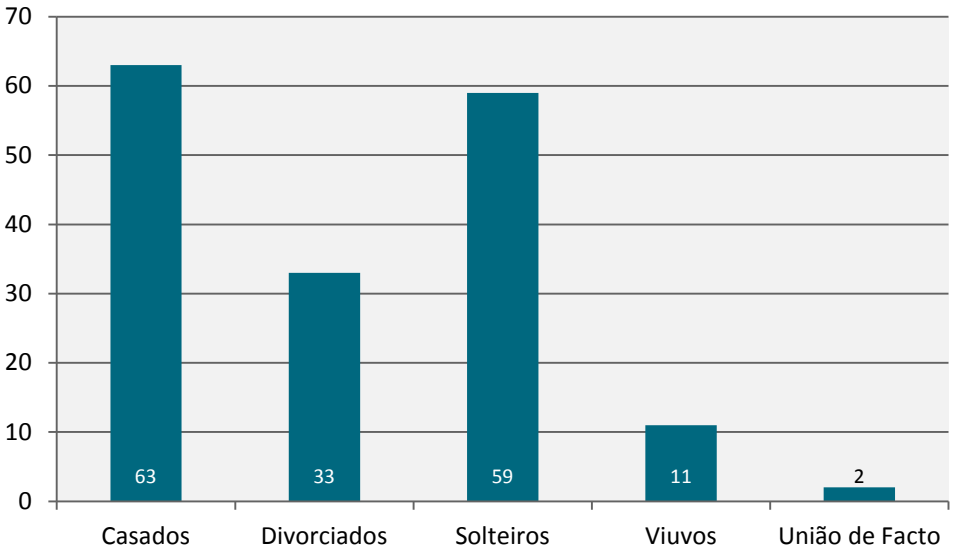
De acordo com o gráfico 10 a naturalidade da grande maioria dos novos beneficiários é portuguesa e de Vila do Conde (101).

Gráfico 10 – Naturalidade dos novos beneficiários



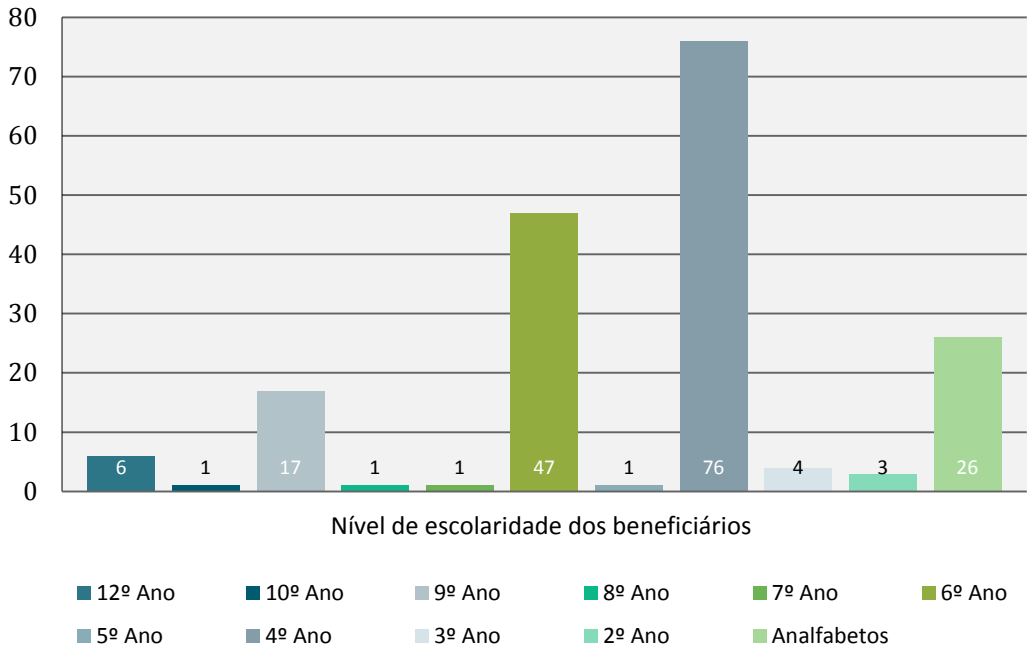
De acordo com o gráfico 11 a maioria dos beneficiários pertencem a várias categorias sendo os casados a maioria relativa(63), os divorciados (33), os solteiros (59), os viúvos 11 e em união de facto apenas 2.

Gráfico 11 – Estado civil dos beneficiários



Segundo o gráfico 12 a esmagadora maioria dos beneficiários tem até ao 4º ano do EB (109) em 183.

Gráfico 12 – Nível de escolaridade dos beneficiários



De acordo com o gráfico 13 a esmagadora maioria dos novos beneficiários está na situação de desemprego (132) em 183.

Gráfico 13 – Situação profissional

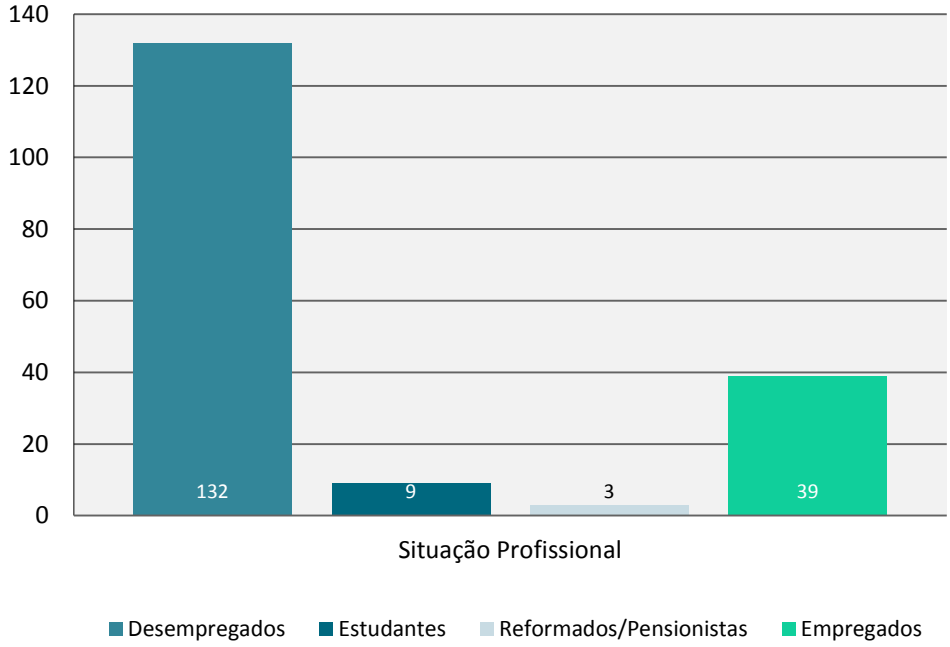
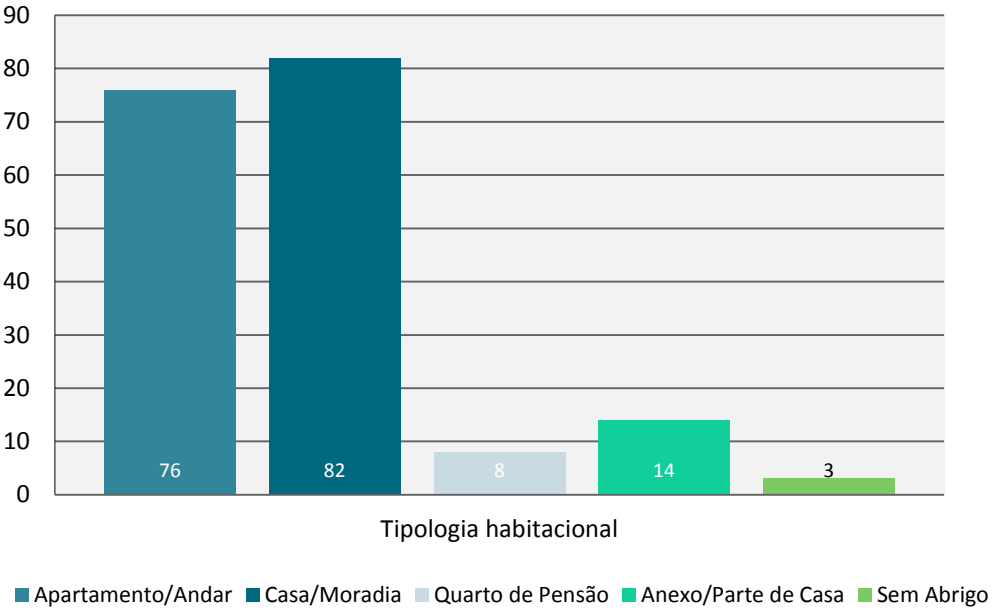
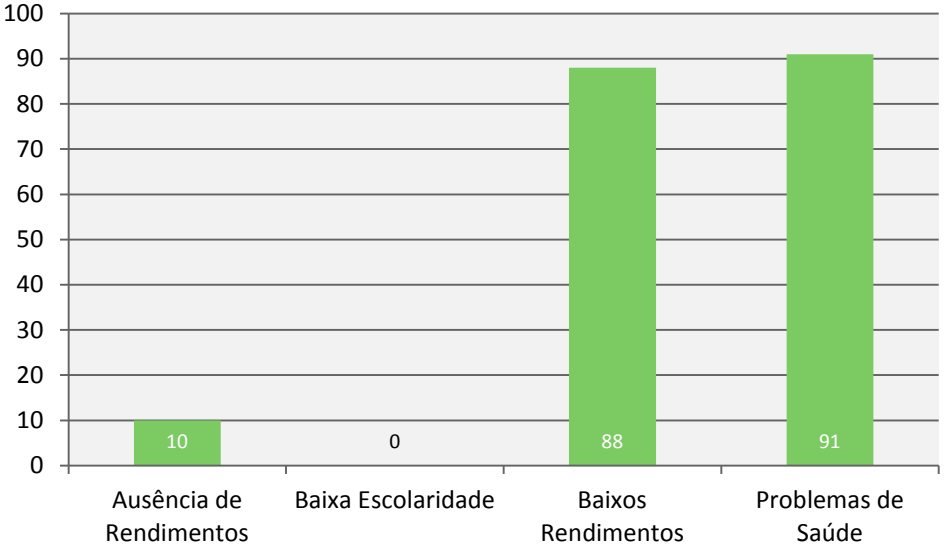


Gráfico 14 – A esmagadora maioria dos beneficiários está na tipologia habitacional de apartamento e casa/ moradia (158)



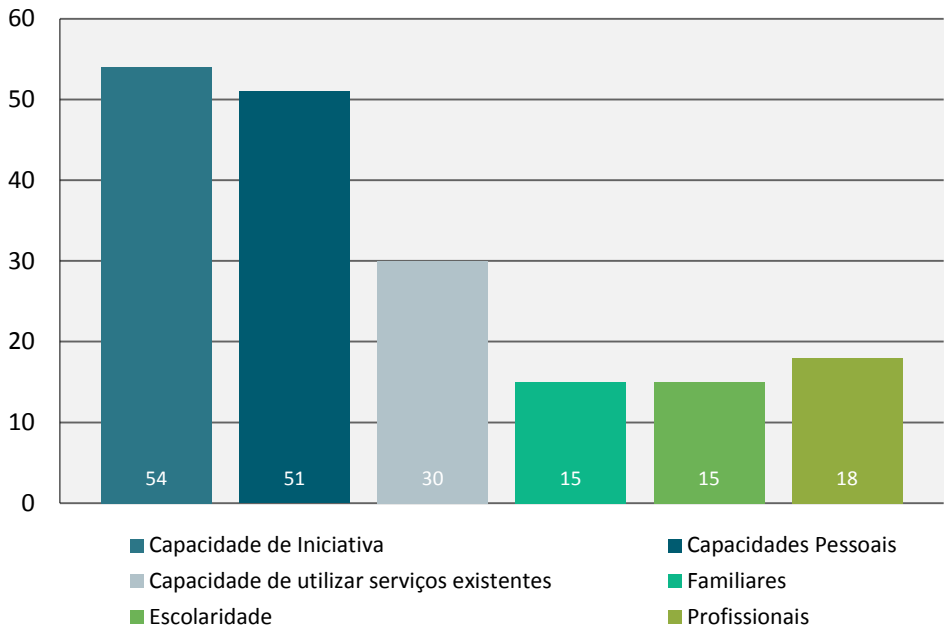
De acordo com o gráfico 15, as vulnerabilidades identificadas são, por ordem decrescente, a saúde (91 casos), os baixos rendimentos (88), a baixa escolaridade (40), ausência de rendimentos 10 casos.

Gráfico 15 – Vulnerabilidades identificadas



De acordo com o gráfico 16 as potencialidades identificadas são sobretudo a capacidade iniciativa (54) e as capacidades pessoais (51) casos, aparecendo por último as capacidades profissionais com 18 casos.

Gráfico 16 – Potencialidades identificadas



A análise efetuada pelas equipas dos protocolos confirma em traços gerais estas características.

A equipa do Protocolo do RSI da Associação Solidariedade Social "O Tecto", analisando o seu grupo alvo define também algumas características chave:

Síntese diagnóstica População Alvo (Fonte equipa de protocolo do "Tecto")

Dados referentes a Dezembro de 2013

- 170 agregados familiares
- 401 indivíduos
- 23% com idade entre os 6 e os 18 anos
- 16% com idades entre os 45 e os 54 anos
- 52% pertencem ao sexo masculino

Os elementos em idade ativa apresentam baixa escolaridade 35% tem apenas o 1º ciclo

- Tipologia familiar predominante é do tipo Isolado;
- Percentagem elevada de famílias monoparentais;
- 38% são isolados;
- 27% Famílias nuclear com filhos;
- 23% família monoparental;
- Problemática predominante é o Desemprego;

- Percentagem correspondente à problemática do desajustamento intercultural refere-se à população de etnia cigana que é significativa no conjunto dos agregados familiares acompanhados e tem características especificas que exigem intervenção diferenciada;
- De entre as problemáticas da saúde destaca-se a das toxicodependências;
- Destaca-se a percentagem elevada de desempregados;
- Reduzido numero de desempregados a frequentar formação profissional;
- A media de idades da população desempregada é 40 anos;
- Destaca-se a baixa escolaridade dos desempregados.

Segundo a referida equipa do protocolo as áreas prioritárias de intervenção deverão ser as seguintes:

- Desemprego associado às baixas qualificações;
- Toxicodependências.

A equipa do Protocolo da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde caracterizou, igualmente o seu público alvo e definiu as seguintes características marcantes:

- 190 Processos em acompanhamento (à data de 31 de Dezembro de 2013);
- População alvo: 344 pessoas;
- Tempo na Medida de RSI: 126 processos (inferior a 6 meses) e 64 processos (há mais de 12 meses);
- Prevalência do sexo feminino (65,3%);
- 43% dos titulares com idade entre os 40 e os 50 anos;
- 32% dos beneficiários com idade entre os 0 e os 20 anos;
- 49% dos beneficiários com o 3º ciclo EB de escolaridade;
- 58% dos beneficiários apresenta a problemática do desemprego;
- 41% dos beneficiários são isolados (em relação à tipologia familiar).

Ainda segundo a equipa de protocolo de RSI da Stª Casa da Misericórdia de Vila do Conde são estas as características mais comuns dos beneficiários.

Prevalência dos grupos de isolados:

- Desemprego de longa duração;
- Idades compreendidas entre 40-55 anos;
- Ruturas de laços familiares;
- Baixa autoestima;
- Isolamento social;
- Sentimento de desvalorização.

Medidas de intervenção prioritárias

(Propostas das equipas de protocolo de RSI no concelho de Vila do Conde e do "Tecto")

a. Criação de um espaço lúdico-ocupacional

Este espaço pretende ser um espaço aberto aos indivíduos, no qual possam ter acesso a revistas, jornais e livros. Poderão também usufruir de apoio psicossocial individualizado, dinâmicas de grupo e ateliers ocupacionais.

A organização de visitas exteriores (por ex. espaços culturais e desportivos), também está contemplada neste espaço.

b. Promoção da exercício da cidadania

Acompanhamento dos clientes aos diferentes serviços públicos (registo civil, segurança social).

c. Assegurar os cuidados básicos de saúde

Regularização da situação de saúde;

Acompanhamento a consultas médicas, consultas de especialidade.

Intervenção com as FAMÍLIAS MONOPARENTAIS/NUCLEARES COM E SEM FILHOS:

- Sessões de esclarecimento em gestão e organização doméstica;
- Sessões de promoção de competências parentais.

As ações previstas visam os seguintes objetivos:

- Desenvolver competências pessoais, sociais, parentais;
- Educar para as praticas de orientação e quotidiano familiar;
- Consciencializar as famílias para a necessidade de poupança.

Promover nos mais jovens competências de aprendizagem adequadas para uma melhoria na construção de um projeto de vida futuro.

Segundo a equipa do "Tecto"

Prioridades:

- Desemprego associado às baixas qualificações;
- Toxicodependências;
- Etnia Cigana.

Grandes objetivos:

- Promover a adesão a tratamento das dependências;
- Dinamização de ações de sensibilização e motivação para o tratamento – sessões de grupo;
- Acompanhamento individual de situações sinalizadas;
- Promover a (re)organização doméstica e familiar.

Dinamização de ações de sensibilização, informação sobre:

- Planeamento e gestão de orçamento familiar;
- Higiene habitacional;
- Alimentação;
- Acompanhamento individual e domiciliário de situações sinalizadas através de um plano de intervenção.

Promover o acesso à formação profissional:

- Promover a inserção social através da alteração de comportamentos face à educação e à inserção profissional da comunidade cigana de Tougues;
- Elaboração e organização de um documento que resuma a oferta formativa do concelho, mantendo-o atualizado;
- Criação de um instrumento e acesso facilitado com informações pertinentes dos beneficiários para consulta e rápido encaminhamento.

No âmbito coletivo:

- Criar um espaço de reflexão e debate em contexto de sala;
- Criar um espaço de reflexão e debate com a comunidade docente;
- Criação de um espaço de estudo/leitura na comunidade.

ASSESSORIA TÉCNICA AOS TRIBUNAIS

Promoção e Proteção

Tem por objetivo prestar apoio técnico às decisões dos Tribunais no âmbito de processos judiciais de promoção e proteção de crianças e jovens com menos de 18 anos assim como executar e/ou acompanhar medidas de promoção e proteção e apoiar as crianças e jovens que intervenham em processos judiciais.

O volume processual global tem vindo a aumentar ligeiramente, assistindo-se a um aumento significativo de casos novos com situações cada vez mais complexas.

No decurso do presente ano foram movimentados 160 processos de promoção e proteção (dados de agosto de 2015).

Ao nível das medidas assiste-se, tal como preconizado nos normativos legais, à tentativa de manutenção e reunificação familiar, em especial o Apoio Junto dos Pais, com um aumento significativo desta medida em acompanhamento.

Destaca-se de seguida a medida de Apoio Junto de Outro Familiar, de Confiança a Pessoa Idónea e de Autonomia de vida, sendo que para a execução desta medida não existe no concelho de Vila do Conde recurso ao nível de Apartamento de Autonomia de Vida.

A medida de Acolhimento Institucional assume igualmente importância pela complexidade das situações de perigo da criança/jovem, verificando-se um aumento significativo da necessidade de integração de jovens em Lares de Infância e Juventude Especializados (inexistente em vila do Conde e no pais).

Das problemáticas com maior prevalência, destaca-se a negligência, o abuso físico e psicológico (associado à violência domestica), bem como problemas de comportamento (disruptivos e aditivos) de jovens em idades

compreendidas entre os 12 e os 18 anos de idade que, frequentemente dão origem à coexistência de processos tutelares educativos e promoção e proteção atendendo ao comportamento delinquente (atos ilícitos).

Relativamente á negligência, verifica-se a falta de acompanhamento/supervisão familiar nas dimensões, saúde, educação e desenvolvimento emocional (negligência ao nível psicoafectivo)

Quanto aos Maus-tratos Psicológicos, a violência doméstica destaca-se como a principal problemática, na medida em que as crianças/jovens estão expostas a comportamentos por parte dos progenitores, que comprometem o seu bem-estar e o seu desenvolvimento.

Importa salientar que os comportamentos desadequados por parte dos progenitores, nomeadamente, a toxicodependência e o consumo de álcool, e os problemas de saúde mental, são problemáticas associadas quer à Negligência, quer aos Maus-tratos Psicológicos.

ASSESSORIA TÉCNICA AOS TRIBUNAIS

Tutelar Cível

Tem por objetivo prestar apoio técnico e/ou executar decisões dos tribunais em processos de Regulação do Exercício das Responsabilidades Parentais; Instauração de tutela; Inibição, total ou parcial, e estabelecimento de Limitação ao Exercício das Responsabilidades Parentais; Averiguação oficiosa de maternidade e/ou paternidade entre outras constantes do art.º 146º da OTM, através da avaliação das capacidades da família para satisfazer as necessidades materiais, relacionais, sociais e psicoafetivas da criança.

No âmbito desta assessoria foram realizados 185 respostas a solicitações dos Tribunais no ano de 2014, sendo que a media dos anteriores anos ronda os 220 solicitações.

Destas solicitações destaca-se fundamentalmente avaliações no âmbito da regulação do exercício das responsabilidades parentais e da alteração/incumprimento do exercício das responsabilidades parentais (esta vertente tem vindo a aumentar nos últimos 2 anos).

AMAS

Resposta social desenvolvida através de um serviço prestado por pessoa idónea que, por conta própria e mediante retribuição, cuida de crianças que não sejam suas parentes ou afins na linha reta ou no 2º grau da linha colateral, por um período de tempo correspondente ao trabalho ou impedimento dos pais.

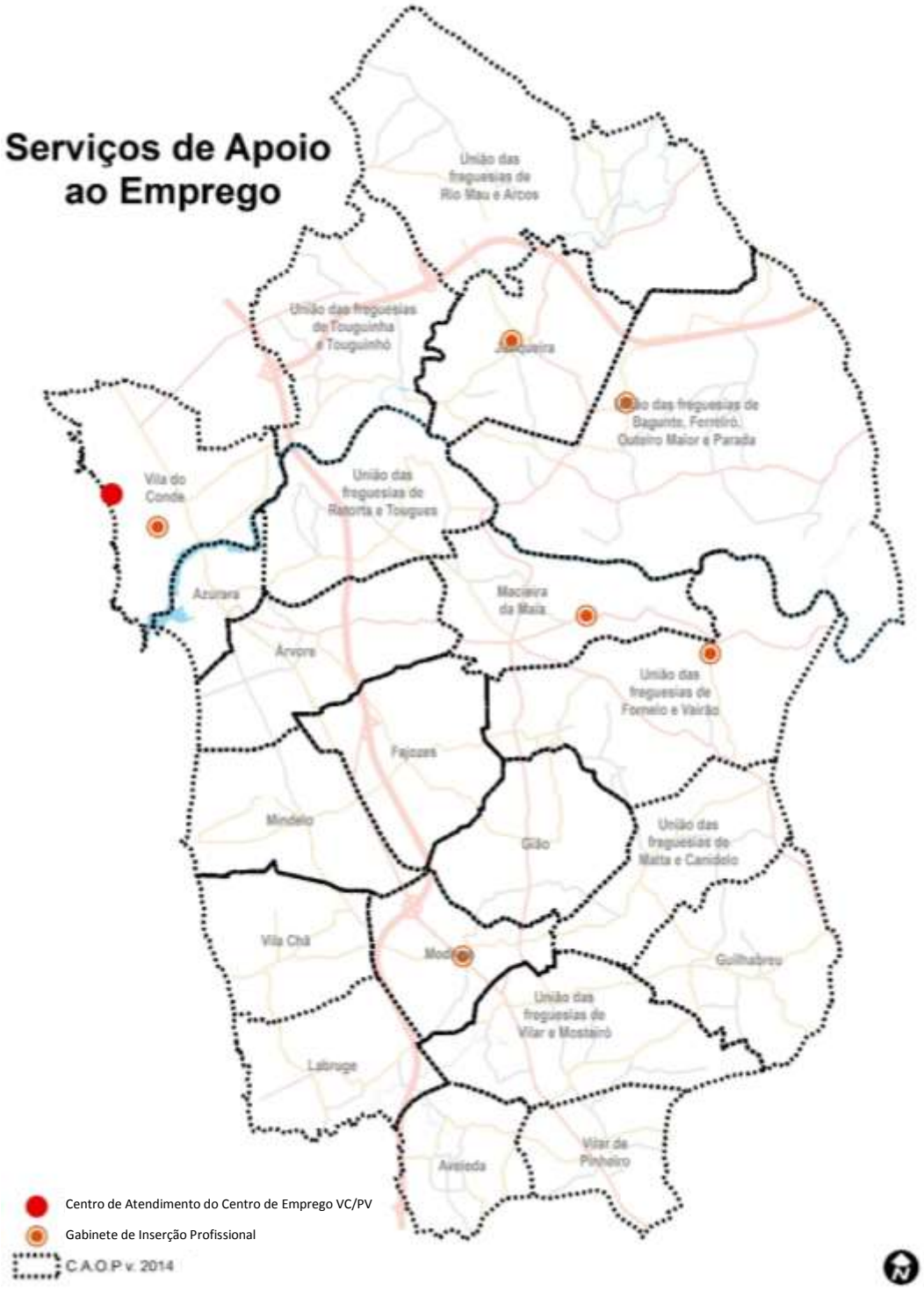
Ao nível do programa de Amas, constata-se uma progressiva diminuição desta resposta em virtude da nova organização da Resposta Social Amas.

Em termos genéricos esta alteração estabelece o regime de acesso à profissão de ama e condições do seu exercício, resultando numa alteração significativa da estrutura atual.

3.4. Rede de Serviços e equipamentos da área do emprego e formação profissional

De acordo com o mapa de implantação dos serviços e equipamentos da área do emprego no concelho verificamos que está quase integralmente coberto em termos de serviços.

Cartograma 3 – Serviços de apoio ao emprego
Fonte: CMVC



Caracterização da rede de serviços e equipamentos

CENTRO DE EMPREGO

Serviço público de emprego que tem como missão promover a criação e a qualidade do emprego e combater o desemprego, através da execução das políticas ativas de emprego e formação profissional. Serviço desconcentrado do Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP, que apoia todos os seus utentes no território nacional.

PÓVOA DE VARZIM

Centro de Emprego da Póvoa de Varzim / Vila do Conde

VILA DO CONDE

Centro de Atendimento do Centro de Emprego da Póvoa de Varzim / Vila do Conde

CENTRO PARA A QUALIFICAÇÃO E O ENSINO PROFISSIONAL (CQEP)

- CENTRO DE RESPOSTAS INTEGRADAS

- CENTROS PARA A QUALIFICAÇÃO E O ENSINO PROFISSIONAL - CQEP

A atividade dos Centros para a Qualificação e o Ensino Profissional (CQEP) dirige-se aos adultos com idade igual ou superior a 18 anos com uma qualificação desajustada ou insuficiente face às suas necessidades e às do mercado de trabalho, que não tenham completado o 1.º, 2.º, 3.º ciclo do ensino básico ou o ensino secundário ou que não tenham uma dupla certificação de nível não superior. Os CQEP encaminham os adultos para as ofertas de educação e formação mais adequadas ao perfil e às necessidades dos adultos e, quando se justifique, procedem ao desenvolvimento de processos de reconhecimento, validação e certificação das aprendizagens obtidas por via da experiência adquirida e de formações não formais.

VILA DO CONDE

CQEP da Escola Profissional de Vila do Conde

CQEP do Centro de Formação Profissional das Pescas e do Mar – FOR-MAR

CQEP do Centro de Serviços de Apoio às Empresas - CESAE

Oferta formativa de Vila do Conde

O concelho tem um forte potencial na formação profissional para grupos de médias baixa escolarização o que se traduz numa oportunidade de complementar o percurso escolar com formação profissional que possa reforçar a oportunidade e acesso ao mercado de trabalho.

Esta área formativa está diretamente associada à inclusão social pelo que futuros projetos direcionados para grupos e jovens e adultos de baixa empregabilidade deverão potenciar esta rede de oferta formativa de que o concelho dispõe.

ENTIDADES FORMADORAS

Entidades do setor público, privado ou cooperativo que promovem cursos de formação profissional.
Nota - Instituto de Emprego e Formação profissional IEFP – Promove Formação em Vila do Conde através do Serviço de Formação Profissional de Viana do Castelo

AZURARA

MADI de Vila do Conde - Movimento de Apoio ao Diminuído Intelectual

FORNELO E VAIRÃO

AJAP – Associação dos Jovens Agricultores de Portugal, em Vairão

VILA DO CONDE

FOR-MAR Unidade Operacional Póvoa de Varzim/Vila do Conde
Centro de Formação Profissional de Gestão Integrada

Centro de Serviços de Apoio às Empresas - CESAE

Escola Profissional de Vila do Conde

Futurbrain

Megafuturo – Formação e Informática, Lda.

Lista dos cursos que as entidades disponibilizaram após terem sido solicitados no âmbito do diagnóstico social.

1. Escola Profissional de Vila do Conde

Oferta de cursos

Curso profissional de Técnico de Apoio à Infância

Curso profissional de Técnico de Eletrónica, Automação e Comando

Curso profissional de Técnico de Turismo

Curso profissional de Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos

2. CENTRO FOR-MAR - Polo de P. Varzim / V. Conde

Oferta de cursos

Qualificação para a profissão de Pescador / Progressão na carreira

Qualificação para a profissão de Ajudante Maquinista

Qualificação para a profissão de Eletricista Marítimo

Qualificação para a profissão de Marinheiro da Marinha Mercante

Qualificação para a profissão de Eletromecânico de Refrigeração e Climatização

Qualificação para trabalhar na comercialização do pescado

3. MADI

Oferta de cursos

Jardinagem

Serviços Domésticos

Padaria

4. CESAE

Oferta de cursos

Técnicas Gestão Administrativa para microentidades

Técnicas de Marketing Digital

Técnico de Eletrónica e Telecomunicações

5. Futurbrain Centro de Formação Lda.

Oferta de cursos (selecionados na ótica do emprego jovem)

Certificado de Aptidão de Motoristas de Pesados (CAM)

Formação Transporte Coletivo de Crianças (Inicial/ Complementar

Especialização para Vigilante de Transporte coletivo de Crianças

ADR- Transporte de Mercadorias Perigosas (Inicial/ Reciclagem

Especialização em Cisternas (Inicial/ Reciclagem)

Tacógrafos e Regulamentação Social

Condução defensiva, económica e ambiental

Línguas técnicas para motoristas

Segurança no manuseamento e operação de máquinas (condutor/ manobrador de máquinas de terraplanagem, compactação, elevação e transporte, movimentação de terras)

Acondicionamento de Cargas /- Trabalhos em Altura/- Espaços Confinados

Organização Dinâmica dos Prolongamentos em Contexto Pré- Escolar

Primeiros Socorros Pediátricos

Nutrição na 1ª e 2ª Infância

Deontologia e Ética Profissionais

Necessidades Educativas Especiais

Técnicas de Expressão e Atividades práticas de Creche e Jardins de Infância - Expressão Plástica

Língua Gestual

Mobilização e Transferência de Pessoas Idosas Institucionalizadas: Aspetos Posturais e Ergonómicos

Primeiros Socorros Geriátricos

Nutrição e Dietética no domicílio

Cuidados de Saúde na Pessoa Idosa

Higiene e Segurança Alimentar

HACCP /- Formação em Segurança Alimentar – HACCP

Formação de Agente, Corretor de Seguros ou Mediadores de Resseguros - Ramo Vida e Não

GABINETES DE INSERÇÃO PROFISSIONAL - GIP

Os Gabinetes de Inserção Profissional (GIP) têm por objetivo apoiar jovens e adultos desempregados na definição ou desenvolvimento do seu percurso de inserção ou reinserção no mercado de trabalho, em estreita colaboração com os Centros de Emprego.

BAGUNTE, FERREIRÓ, OUTEIRO MAIOR E PARADA – União de Freguesias

GIP da União de Freguesias de Bagunte, Ferreiró, Outeiro Maior e Parada

FORNELO E VAIRÃO – União de Freguesias

GIP da União de Freguesias de Fornelo e Vairão

JUNQUEIRA

GIP da Junta de Freguesia da Junqueira

MACIEIRA DA MAIA

GIP da Junta de Freguesia de Macieira da Maia

MODIVAS

GIP da Junta de Freguesia de Modivas

VILA DO CONDE

GIP da Junta de Freguesia de Vila do Conde

TELECENTRO

O Telecentro é um espaço municipal multi-serviços, resultante da parceria estratégica entre o Município de Vila do Conde e o Instituto de Emprego e Formação Profissional, equipado com postos de trabalho apetrechados com computador, scanner, acesso à internet, fax e software diversificado, adaptados às necessidades de um conjunto alargado de profissionais que trabalham com novas tecnologias. Espaço de promoção da economia digital, aposta fortemente nas novas tecnologias como forma de promoção do autoemprego e do teletrabalho, prestando, ainda, um conjunto de serviços na área da cópia e impressão digital.

VILA DO CONDE

Centro Municipal da Juventude

UNIVA – UNIDADE DE INSERÇÃO NA VIDA ATIVA / CMVC

UNIVA é um gabinete municipal de apoio à área do emprego e formação profissional. Procura apoiar os jovens na sua integração no mercado de trabalho, ao facultar-lhes instrumentos de procura pró-ativa, desenvolvendo um trabalho em rede com outras instituições formativas ou empresariais.

VILA DO CONDE

Centro Municipal da Juventude

Análise da Empregabilidade

A empregabilidade é a problemática social determinante e definidora do potencial inclusivo do concelho. O crescimento e desenvolvimento deste potencial resulta da conjugação entre a oferta e a procura de emprego, da qualidade e sustentabilidade do emprego existente, da dinâmica económica e consequente na criação de oportunidades de acesso ao emprego para diferentes perfis, da capacidade de projetar inovação e empreendedorismo e nos fatores de contexto como as qualificações e escolarização.

A inclusão social no campo da empregabilidade é verificável no grau de acesso e integração, socialmente reconhecida, no mercado de trabalho.

O diagnóstico social do concelho pela análise da empregabilidade procura identificar os fatores que determinam esse nível de inclusão e que potenciam a exclusão.

Caracterização da problemática Emprego / Desemprego no concelho

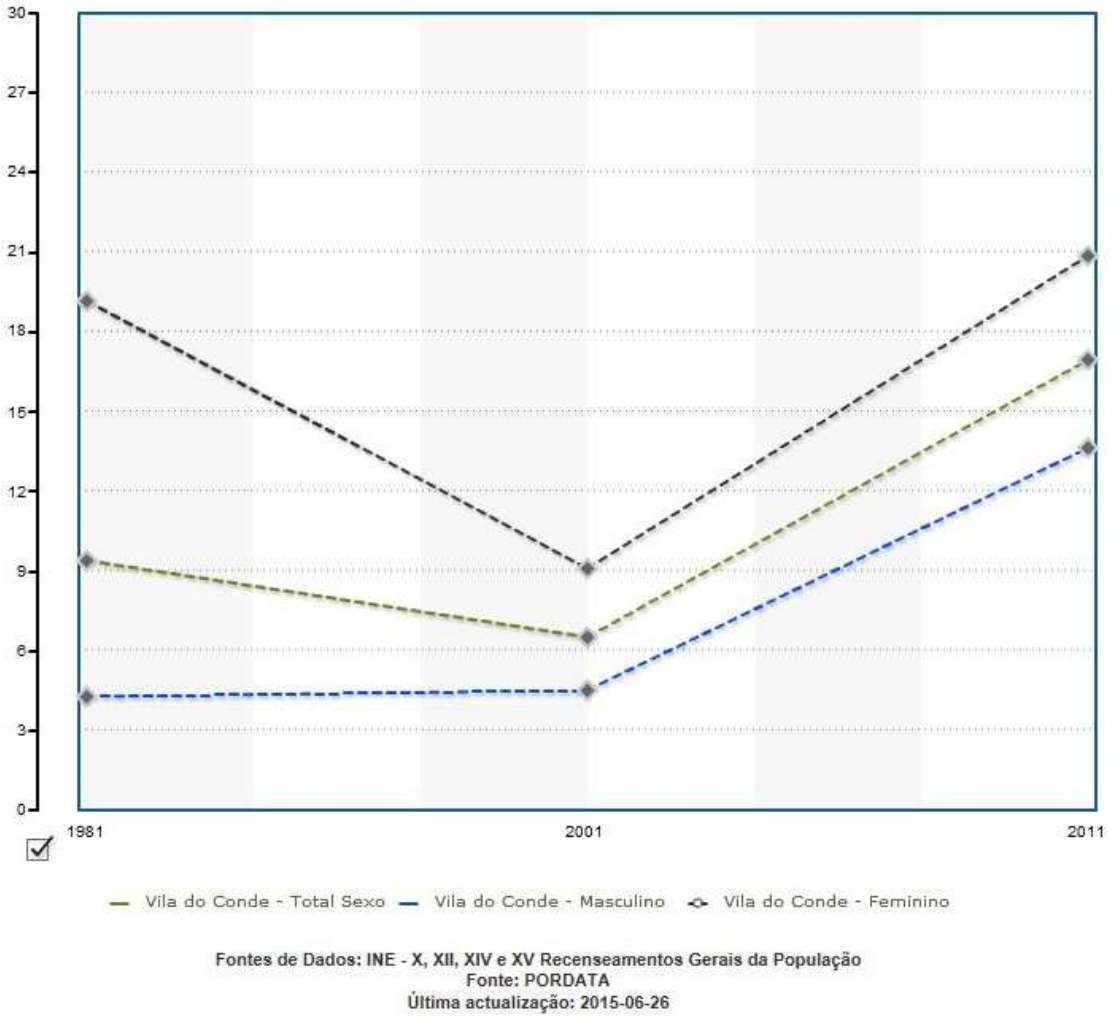
Segundo os censos de 2011, a taxa de desemprego em Vila do Conde situava-se, nesta data, nos 17%, depois de uma subida significativa em relação a 2001 em que a mesma taxa se situava em 6,5% que, por sua vez, recuperava de uma taxa superior em 1981, em que tinha o valor de 9,4. O nível de desemprego concelho foi significativamente afetado pela crise e conjuntura económicas desfavoráveis em que o país se encontra. A maior subida verifica-se no género feminino que mais do que duplicou entre os anos de 2001 e 2011, passado de 9,1 em 2001 para 20,9 em 2011. O impacto da crise foi, sobretudo, sentido na empregabilidade feminina pelo que este é um dos fatores de risco a considerar no diagnóstico e a priorizar na definição de futuras intervenções.

Tabela 39 – Desempregados por 100 empregados (%) segundo os Censos de 2011: total e por sexo
Fonte INE – Censos de 2011

Territórios		Sexo								
		Total			Masculino			Feminino		
Âmbito Geográfico	Anos	1981	2001	2011	1981	2001	2011	1981	2001	2011
Município	Vila do Conde	9,4	6,5	17,0	4,3	4,5	13,6	19,2	9,1	20,9

É claramente visível no gráfico 17, o ponto de inflexão no movimento estatístico do desemprego no concelho. O ano de 2001 marca claramente a inflexão na economia, aparentemente, no que a este gráfico diz respeito, mais determinando pela entrada no euro do que pela crise financeira de 2008.

Gráfico 17 – Desempregados por 100 empregados segundo os Censos: total e por sexo



Se analisarmos os dados atuais (junho de 2015), verificamos (tabela 40) que o desemprego feminino permanece maioritário, que o tempo de inscrição é muito reduzido, quase igualando os valores da inscrição de mais de um ano e que os desempregados se encontram sobretudo à procura do novo emprego.

Tabela 40 – Desemprego registado no concelho de Vila do Conde – junho de 2015
Fonte - IEFP

Concelho	Género		Tempo de Inscrição		Situação face à procura de emprego		Total
	Homens	Mulheres	< 1 Ano	1 Ano E +	1º Emprego	Novo Emprego	
VILA DO CONDE	1 774	2 104	1 846	2 032	380	3 498	3 878

A comparação homóloga dos valores absolutos e totais do desemprego no concelho (tabela 34), mostra-nos uma forte redução em todos os campos mantendo os valores relativos. O número atual (junho de 2015) de

desempregados é de 3.878 comparando positivamente com o mesmo mês do ano de 2014 em que se encontrava no valor de 4.649. Esta descida dos números do desemprego poderá dever-se a múltiplos fatores, nomeadamente ao impacto das políticas ativas de emprego, do aumento dos desencorajados, do aumento da emigração e da efetiva recuperação da oferta de emprego.

Podemos concluir que o desemprego em junho de 2015, no concelho de Vila do Conde é, na sequência do verificado em junho de 2014, feminino ainda que com uma diferença relativamente reduzida, com tempo de inscrição de mais de um ano e por desempregados que procuram novo emprego.

Tabela 41 – Desemprego registado no concelho de Vila do Conde – junho de 2014
Fonte - IEFP

Concelho	Género		Tempo de Inscrição		Situação face à procura de emprego		Total
	Homens	Mulheres	< 1 Ano	1 Ano E +	1º Emprego	Novo Emprego	
VILA DO CONDE	2 148	2 501	2 193	2 456	355	4 294	4 649

A análise do desemprego por grupo etário em Vila do Conde (tabela 42) demonstra o peso relativo e absoluto do grupo etário dos maiores de 55 anos e do grupo etário dos 35 aos 54 anos. Conjugados estes dos grupos representam a esmagadora maioria dos desempregados no concelho. Esta situação revela a importância do desemprego estrutural (de longa duração). Esta tipologia de desemprego apresenta o mais elevado risco de exclusão social e pobreza. A reversão do desemprego de longa duração é muito complexa, difícil e morosa. Mesmo que se verifique um aumento exponencial na oferta de postos de trabalho, estes são normalmente fruto da inovação e desenvolvimento de novos setores da economia que dificilmente absorverão estes desempregados com competências e formação e sectores económicos em regressão. A reconversão de competências é possível e o reingresso no mercado de trabalho é possível se realizar uma intervenção integrando estímulos e investimentos específicos para tal. O risco social de exclusão pelo facto destes desempregados não reingressarem no mercado de trabalho é muito elevado e com consequências significativas.

Tabela 42 – Desemprego registado no concelho de Vila do Conde por grupo etário – junho de 2015
Fonte - IEFP

Concelho	Grupo Etário				Total
	< 25 Anos	25 - 34 Anos	35 - 54 Anos	55 Anos e +	
VILA DO CONDE	474	702	1 755	947	**3 878**

A análise dos desempregados por nível de escolaridade em junho de 2015 (tabela 43) permite-nos concluir pelo peso relativo do desemprego associado às baixas qualificações. O valor do desempego conjugado nos 1º , 2º e 3º ciclos EB é maioritário. Mas o valor que atípico na tipologia de desemprego é a sua dimensão nos segmento mais qualificados; 858 desempregados com o nível escolar secundário e 530 com o nível superior. Mais do que uma situação conjuntural, esses dados revelam uma possível inversão e tendência no concelho com o crescimento absoluto e relativo do desemprego qualificado sobretudo o desemprego de jovens licenciados.

Tabela 43 – Desemprego registado no concelho de Vila do Conde por nível e escolaridade – junho de 2015
Fonte - IEFP

Concelho	Nível Escolar						Total
	< 1º Ciclo EB	1º Ciclo EB	2º Ciclo EB	3º Ciclo EB	Secundário	Superior	
VILA DO CONDE	185	847	649	809	858	530	3 878

Os números dos desempregados inscritos no mês de junho de 2015 em Vila do Conde (tabela 44) demonstram-nos que a diferença de género é quase irrelevante na inscrição mas não nas colocações. São colocadas mais mulheres que homens o que, no médio prazo, pode indiciar uma alteração do padrão do desemprego por género com especial incidência no desemprego feminino. Verifica-se uma desproporção significativa entre o número de inscritos e o número de ofertas de emprego, o que poderá indiciar um agravamento do valor do desemprego a confirmar-se esta tendência.

Tabela 44– Desemprego registado no concelho de Vila do Conde – inscritos por género, ofertas e colocações – junho de 2015
Fonte - IEFP

Concelho	Desempregados Inscritos			Ofertas Recebidas	Colocações		
	Homens	Mulheres	Total		Homens	Mulheres	Total
VILA DO CONDE	210	208	418	54	31	48	79

Por fim, a análise do desemprego por motivo de inscrição (tabela 45) permite-nos identificar outro fator de risco de exclusão e pobreza na problemática do desemprego no concelho. Constatamos que o motivo de inscrição com maior relevância é o do fim do trabalho não permanente com o número total de 198 inscritos, muito superior ao dos despedidos que também é relevante e atinge os 100 inscritos. Esta situação alerta-nos para o risco de exclusão associado à precariedade e à fragilidade dos laços laborais. A descontinuidade no mercado de trabalho traz como resultado a impossibilidade de progressão e desenvolvimento e competência, logo favorece a desqualificação laboral e o desemprego estrutural.

Tabela 45 – Desemprego registado no concelho de Vila do Conde por motivo de inscrição – junho de 2015

Fonte - IEFP

Concelho	Motivos de Inscrição							Total
	Ex Inativos	Despedido	Despediu-se	Despedimento mútuo acordo	Fim trabalho não permanente	Trabalho conta própria	Outros motivos	
VILA DO CONDE	31	100	25	9	198	0	49	418

Situação do desemprego no concelho em Julho de 2015 por freguesia

A verificação da tabela 46 permite-nos fazer a análise atualizada da situação do desemprego registado por freguesia, tempo de inscrição e sexo. Verificamos valores muito semelhantes e equivalentes nos desempregados com tempo de desemprego superior e inferior a e menos de 12 meses. Verificamos que o desemprego feminino é superior ao masculino.

Tabela 46 – Desemprego Registado

Fonte: IEFP, IP - Direção de Serviços de Estudos, Planeamento e Controle de Gestão

FREGUESIAS		VILA DO CONDE				Soma
		Homens		Mulheres		
		< 12 Meses	>= 12 Meses	< 12 Meses	>= 12 Meses	
131602	ÁRVORE	69	63	64	62	258
131603	AVELEDA	10	14	13	28	65
131604	AZURARA	23	33	27	32	115
131607	FAJOZES	14	14	11	15	54
131610	GIÃO	17	14	23	10	64
131611	GUILHABREU	21	35	24	24	104
131612	JUNQUEIRA	20	18	20	17	75
131613	LABRUGE	30	17	33	43	123
131614	MACIEIRA DA MAIA	33	29	27	33	122
131616	MINDELO	40	40	36	55	171
131617	MODIVAS	13	19	16	26	74
131627	VILA CHÃ	38	45	34	42	159
131628	VILA DO CONDE	408	300	514	385	1 607
131630	VILAR DE PINHEIRO	26	25	22	33	106
131631	U.F. BAGUNTE, FERREIRÓ, OUTEIRO MAIOR E PARADA	12	22	37	26	97
131632	U.F. DE FORNELO E VAIRÃO	22	28	27	43	120
131633	U.F. DE MALTA E CANIDELO	22	21	29	31	103
131634	U.F. DE RETORTA E TOUGUES	22	32	33	38	125
131635	U.F. DE RIO MAU E ARCOS	16	15	30	36	97
131636	U.F. DE TOUGUINHA E TOUGUINHÓ	33	37	43	37	150
131637	U.F. DE VILAR E MOSTEIRÓ	19	36	29	25	109
	TOTAL	**915**	**859**	**1 099**	**1 050**	**3 923**

A tabela 47 confirma que o desemprego feminino é superior ao masculino. Em Julho de 2015 estão 5.432 pessoas registadas no centro de emprego o que permite compreender a dimensão desta problemática no concelho.

Tabela 47 – Inscritos

Fonte: IEFP, IP - Direção de Serviços de Estudos, Planeamento e Controle de Gestão

FREGUESIAS		VILA DO CONDE				Soma
		Homens		Mulheres		
		< 12 Meses	>= 12 Meses	< 12 Meses	>= 12 Meses	
131602	ÁRVORE	83	93	87	98	361
131603	AVELEDA	18	18	17	32	85
131604	AZURARA	30	43	35	43	151
131607	FAJOZES	16	24	14	21	75
131610	GIÃO	24	21	30	16	91
131611	GUILHABREU	26	39	35	42	142
131612	JUNQUEIRA	24	24	22	31	101
131613	LABRUGE	42	21	37	58	158
131614	MACIEIRA DA MAIA	45	39	33	46	163
131616	MINDELO	54	61	52	84	251
131617	MODIVAS	22	30	26	36	114
131627	VILA CHÃ	50	59	51	53	213
131628	VILA DO CONDE	524	430	698	598	2 250
131630	VILAR DE PINHEIRO	32	36	28	36	132
131631	U.F. BAGUNTE, FERREIRÓ, OUTEIRO MAIOR E PARADA	27	32	55	34	148
131632	U.F. DE FORNELO E VAIRÃO	31	38	33	63	165
131633	U.F. DE MALTA E CANIDELO	29	32	33	41	135
131634	U.F. DE RETORTA E TOUGUES	30	47	42	48	167
131635	U.F. DE RIO MAU E ARCOS	23	27	39	45	134
131636	U.F. DE TOUGUINHA E TOUGUINHÓ	45	45	60	61	211
131637	U.F. DE VILAR E MOSTEIRÓ	29	45	39	39	152
	TOTAL	**1 212**	**1 207**	**1 476**	**1 537**	**5 432**

Caracterização da população ativa / Taxa de atividade e de emprego

A Taxa de emprego da população ativa do concelho tem vindo a descer o que pode explicar a diminuição do desemprego entretanto verificada (tabela 48). Entre 2001 e 2011 a taxa e emprego (população ativa no concelho), diminui cerca de 8,7%. É uma descida muito acentuada que reflete a erosão da base económica de inclusão e a correspondente sustentabilidade do emprego local. Esta descida é sobretudo acentuada no grupo etário dos 15/24 anos e nos grupos dos 55/64 e maiores de 65. A descida do grupo etário mais jovem pode significar também o reflexo do aumento da escolarização ou a dificuldade crescente da entrada no mercado de trabalho pelos mais jovens. Entre os mais velhos é, certamente, o reflexo do aumento do desemprego estrutural.

Tabela 48 – Taxa de emprego segundo os Censos: total e por grupo etário (%)
Fonte: Pordata INE

Territórios		Grupos etários																					
		Total			15-24			25-34			35-44			45-54			55-64			65+			
Âmbito Geográfico	Anos	1981	⊥ 2001	2011	1981	⊥ 2001	2011	1981	⊥ 2001	2011	1981	⊥ 2001	2011	1981	⊥ 2001	2011	1981	⊥ 2001	2011	1981	⊥ 2001	2011	
Município	Vila do Conde	59,2	⊥ 59,0	51,3	66,6	53,0	31,0	78,2	85,1	79,9	65,8	80,8	78,8	57,5	68,3	68,3	41,3	39,5	37,2	6,6	5,1	3,2	

A taxa de atividade total e por sexo no concelho diminui já que está diretamente associada à taxa de emprego (tabela 49). Verificamos que é no sexo masculino que esta descida é mais acentuada. A diminuição da taxa e atividade é um indicador antecipado de mudanças estruturais profundas na dinâmica económica e na correspondente capacidade inclusiva do concelho.

Tabela 49 – Taxa de atividade segundo os Censos: total e por sexo (%)

Fonte: Pordata INE

Territórios		Sexo								
		Total			Masculino			Feminino		
Âmbito Geográfico	Anos	1981	⊥ 2001	⊥ 2011	1981	⊥ 2001	⊥ 2011	1981	⊥ 2001	⊥ 2011
Município	Vila do Conde	64,8	⊥ 62,8	⊥ 60,0	84,4	⊥ 71,9	⊥ 66,0	46,6	⊥ 54,3	⊥ 54,5

Empregabilidade e o tecido empresarial do concelho

A análise do tecido empresarial no período entre 2009 e 2012 (tabela 50) demonstra o recuo do total de empresas no concelho. Em 2009 existiam 8.002 empresas e 2012 apenas 7.580. empresas. Este dado reflete

o impacto da crise económica e da retração económica do país e neste caso, como se torna visível no concelho. Isolando três sectores representativos da atividade, como variáveis de análise, verificamos que na pesca, nas indústrias transformadoras, no comércio por grosso e retalho e no alojamento, restauração e similares houve diminuição no número total de empresas por sector. A diminuição é ligeira e no caso da pesca, muito reduzida, sendo mais significativa na indústria transformadora.

Tabela 50 – Empresas não financeiras: total e por sector de atividade económica
Fonte: Pordata INE

Territórios		Sectores de atividade económica																			
		Total				Pesca				Indústrias transformadoras				Comércio por grosso e a retalho (...)				Alojamento, restauração e similares			
Âmbito Geográfico	Anos	2009	2010	2011	2012	2009	2010	2011	2012	2009	2010	2011	2012	2009	2010	2011	2012	2009	2010	2011	2012
Município	Vila do Conde	8 002	7 877	7 799	7 580	157	162	166	154	630	605	581	541	2 014	2 017	1 970	1 930	614	595	595	582

Analisando os sectores da tabela anterior agora na perspetiva da variação do VAB (Valor Acrescentado Bruto) na economia do concelho, verificamos (tabela 51) que este aumenta nas indústrias transformadoras enquanto desce nos restantes. Este é claramente um setor dinâmico, com capacidade de modernização tecnológica e elevada competitividade.

Tabela 51 – Valor acrescentado bruto das empresas não financeiras: total e por sector de atividade económica
Fonte: Pordata INE

Territórios		Sectores de atividade económica											
		Total				Pesca				Indústrias transformadoras			
Âmbito Geográfico	Anos	2009	2010	2011	2012	2009	2010	2011	2012	2009	2010	2011	2012
Município	Vila do Conde	450 286	453 292	439 928	419 816	11 006	9 675	9 753	9 949	154 573	161 650	171 244	178 949

Medidas de intervenção prioritária

A criação de emprego e a empregabilidade em termos gerais são necessidades prioritárias num concelho que se orienta para a criação de oportunidades de realização e inclusão para os seus munícipes.

A estratégia de criação de emprego deverá responder a diferentes dimensões:

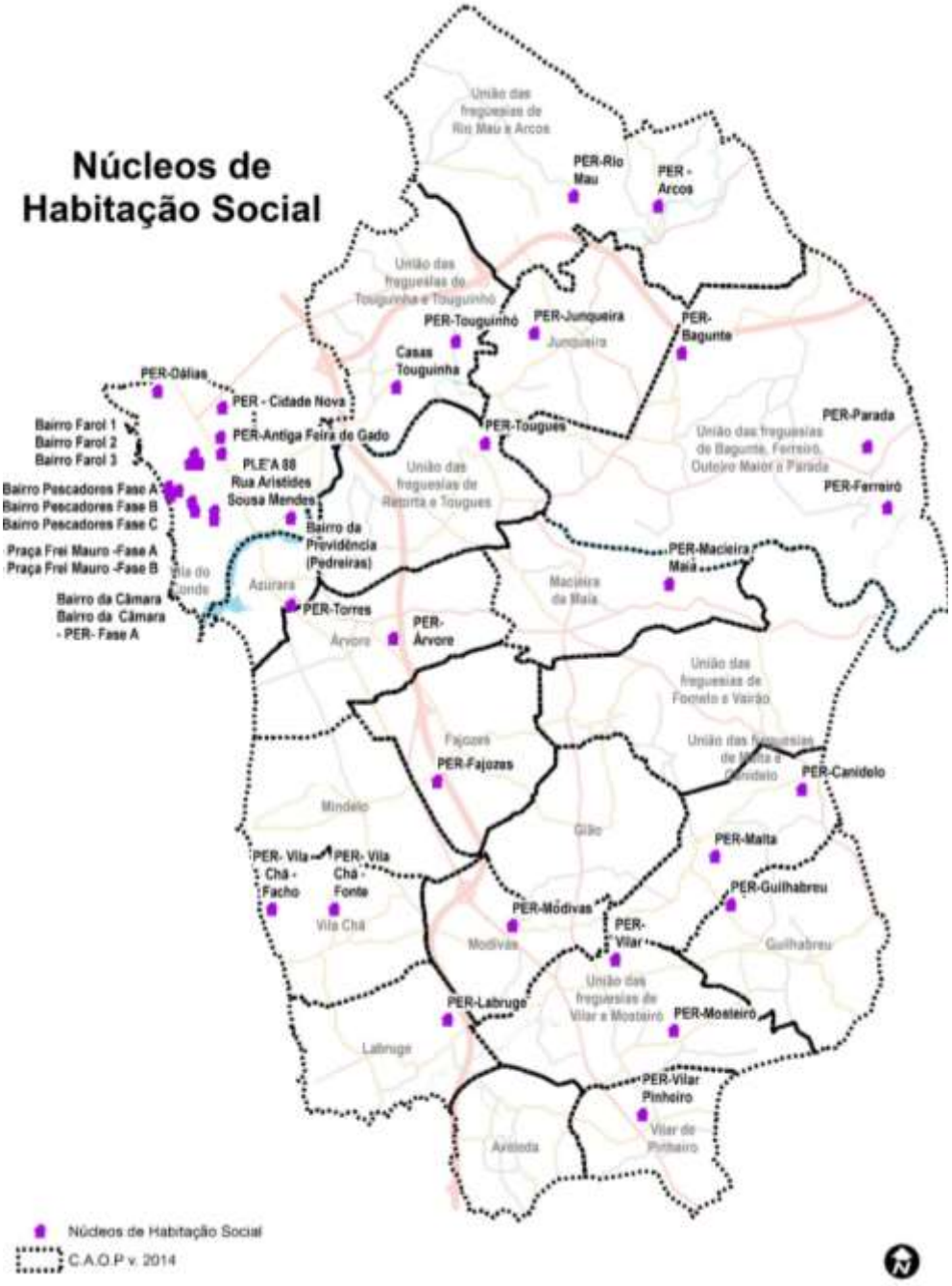
- Qualificação e especialização da mão de obra do concelho em articulação com a oferta educativa na criação de percursos formativos para a inserção;
- Criação de uma cultura científico tecnológica na rede educativa concelhia;
- Oferta formativa adequada e ajustada às necessidades do tecido empresarial;
- Empreendedorismo e cultura de inovação e iniciativa criativa;
- Articulação entre sistema de ensino e formação profissional, tecido empresarial e instituições para a criação de sinergias e complementaridades;
- Infra estruturação do território com recursos e incentivos para a inovação e empreendedorismo;
- Integração do tecido empresarial na dinâmica da rede social;
- Desenvolvimento da rede de transportes públicos (diurnos e noturnos) de modo a permitir e facilitar a mobilidade inter freguesias.

3.5. Habitação Social

Cobertura e dispersão do parque de habitação social

A análise do cartograma 4 confirma o modelo implementado de distribuição pelo território de pequenos núcleos de habitação social que permitem uma melhor integração social e diluição de eventuais características estigmatizantes no território para os seus utentes / arrendatários.

Cartograma 4 – Serviços de apoio ao emprego
Fonte: CMVC



Câmara Municipal de Vila do Conde
Divisão de Habitação e Ação Social
Praça Vasco da Gama | 4480-840 Vila do Conde

Análise da situação na habitação social

A habitação social no concelho de Vila do Conde assumiu um modelo inclusivo de dispersão e descaracterização de modo a não gerar o efeito de gueto que marca a realidade social da maioria dos empreendimentos de habitação social. Ainda assim assume um perfil de ocupação marcado pela vulnerabilidade social.

A intervenção nestes empreendimentos deverá seguir um modelo territorial fazendo com que as ações se apliquem a uma unidade territorial transversal às áreas de habitação social, incluindo as características sociais dos moradores na realidade social em que se inserem as habitações.

Caracterização da situação da habitação social – Concelho de Vila do Conde - 2014

Fonte: DHAS do Município, junho 2015

Da análise da informação disponibilizada pela DHAS do município ressaltam algumas características que importa destacar:

- As tipologias dominantes são os - T2 e T3 – esta ocupação revela um contexto familiar nuclear com filhos, ou seja, núcleo com vários filhos;
- O Tipo de habitação social é constituída pelo Bloco habitacional;
- A maioria dos moradores está na idade ativa – o grupo etário dominante é dos 25 / 49 anos;
- Taxa de cobrabilidade da renda – 91,02% - é uma taxa bastante elevada o que revela um compromisso assumido com a entidade arrendatária;
- Nº inquilinos. Ativos 751;
- A maior concentração é na freguesia de Vila do Conde, no Empreendimento Cidade Nova - Largo da Paz / Praceta da Paz – 351 (média de moradores por bloco é baixa – característica da dispersão da habitação social no concelho) pelo facto de se situar em Vila do Conde na zona urbana de maior densidade populacional;
- Tipo de problemas nas infra estruturas habitacionais - a)Fissuras nas fachadas (parede Simples); b) soldas nas caleiras e rufos; c) revisão geral da cobertura e corrosão das armaduras com desagregação do betão em padieiras dos vãos; d) revisão geral da cobertura, e) Infiltrações ao nível do piso da lavandaria; f) infiltrações periferias da caixilharia; g) descolamento do material de revestimento das fachadas; h) soldas nas caleiras e rufos i)Conclusão dos fogos e infraestruturas;
- O valor médio das rendas por empreendimento oscila entre o valor mais reduzido de 1,07 euros e 88 euros.

Caracterização da situação dos pedidos de habitação por inscrição – 2014 - Freguesia de Vila do Conde
Habitação – Pedidos de habitação

Fonte – Divisão de Habitação CMVC - Indicador 28 julho.2015

- Foram considerados os pedidos de habitação feitos entre 1/1/2004 e 31/12/2014, e que não foram realojados ou não resolveram o problema por si só.
- Os dados têm por base as declarações prestadas pelo requerente e os dados de um grande número de pedidos não foram confirmados.
- A tipologia do realojamento não tem por base o interesse da família mas, está de acordo com o previsto na lei que diz que, a adequação da habitação é aferida pela relação entre a composição do agregado familiar e a tipologia do fogo a ocupar.
- No tipo de família na situação "Outros" foram consideradas as famílias reconstruídas (casais em segundas uniões e com filhos de ambos), famílias constituídas por familiares ou com elementos sem ser em linha reta.
- Nos problemas habitacionais, foram consideradas:
  - sem condições de habitabilidade as construções tipo anexo, casas em muito mau estado de conservação, e casas em que as casas de banho são no exterior;
  - outros as situações de denuncia de contrato de arrendamento, partilhas do alojamento tendo o ocupante que sair, alojamento emprestado e arrendamento de quartos.
- Os pedidos de habitação não estão dispostos por prioridade, estão distribuídos por freguesia porque sempre foi prioridade da camara tentar realojar as famílias no local onde já residem e tem as redes sociais de apoio, formais e informais, sedimentadas. No entanto irão ser estabelecidos critério no Regulamento que está a ser preparado, e serão posteriormente reorganizados de acordo com as novas orientações.

As tipologias de fogos identificadas são as seguintes:

- Tipo de fogo – maioritário o T2 (total de 248)
- Tipo de família – Monoparental e Nuclear
- Rendimento – mensal/anual – Mensal 252,51€ a 505€ / Anual 3.536€ a 7.070€
- Motivo – carência económica – (e co habitação)

Análise das características socialmente relevantes na habitação social

A habitação é um barómetro das necessidades sociais de um território por evidenciar algumas das suas fragilidades socioeconómicas. No concelho de Vila do Conde estas fragilidades manifestam-se nos pedidos de habitação por parte de novos candidatos, tendo como fundamento a situação de carência económica que condiciona e determina muitas das famílias no atual contexto de crise.

A coabitação é um dos fatores de inscrição na habitação social. Demonstra a dificuldade em aceder ao mercado formal e arrendamento e às questões da turbulência familiar em processos de recomposição, maternidade precoce, parentalidade de risco ou outras situações possíveis a averiguar.

Uma das designadas "novas formas de pobreza" é a das famílias monoparentais que constitui a maioria das inscrições para habitação social. As famílias monoparentais mesmo que funcionais e socialmente incluídas, fazem face a um conjunto de constrangimentos profissionais, sociais e parentais que as incluem na categoria e risco máximo de exclusão social. O facto da maioria dos inscritos estar na idade ativa, presumivelmente

com ocupação profissional demonstra que as novas formas de pobreza incluem os empregados com rendimento salarial ou outro.

A intervenção no parque habitacional deverá ser integrada e multidimensional de modo a responder com suportes para a inclusão às necessidades sociais dos territórios.

Medidas de intervenção prioritárias

- Intervenção em unidades territoriais que incluam a habitação social mas que não sejam direcionados para ela;
- Criação de espaços de ligação dos moradores às zonas de habitação social; mini parques de jogos, zonas de lazer inter geracionais;
- Projetos de apoio social de cariz comunitário;
- Qualificação dos espaços comuns com equipamento de utilidade comunitária;
- Criação de serviços comunitários de proximidade nas zonas de habitação social (através de projetos financiados para tal).

4. Fatores de risco de pobreza e exclusão social

4.1. Risco de pobreza e grupos vulneráveis

No atual contexto de crise de rendimentos e contração económica, as oscilações e reduções no acesso a recursos e rendimento, têm graves consequências para os grupos especialmente vulneráveis. As prestações sociais e apoios de vária ordem, têm como finalidade garantir aos cidadãos, as condições de dignidade humana pela capacidade e resposta às suas necessidades básicas e recursos de vida fundamentais.

Para muitas famílias de baixo rendimento, desempregados, com filhos ou dependentes a cargo, as prestações específicas de apoio social significavam que tinha atingido o patamar mínimo de funcionalidade pessoal e social. Grupos especialmente vulneráveis como os idosos com pensões reduzidas, reformados por incapacidade e invalidez, apoio na doença e a dependentes familiares são os mais atingidos pela retração do apoio social com novos riscos de pobreza e exclusão social associados à situação precária e de sobrevivência em que se encontram.

O risco de pobreza e exclusão social nas famílias poe ser indiretamente avaliado e, de acordo, com os dados analisados, cresceu nos últimos anos. Esta situação pela sua gravidade e impacto geracional que acarreta deverá motiva a promoção de uma intervenção integrada e territorial na emergência social e na garantia das condições mínimas de dignidade e bem-estar material.

Risco de pobreza nos idosos

Os idosos constituem um grupo especialmente vulnerável. Verificamos que a percentagem de pensionistas no total de pensões aumentou (tabela 1), o que traduz um aumento da população reformada e dependente do valor das pensões, no concelho.

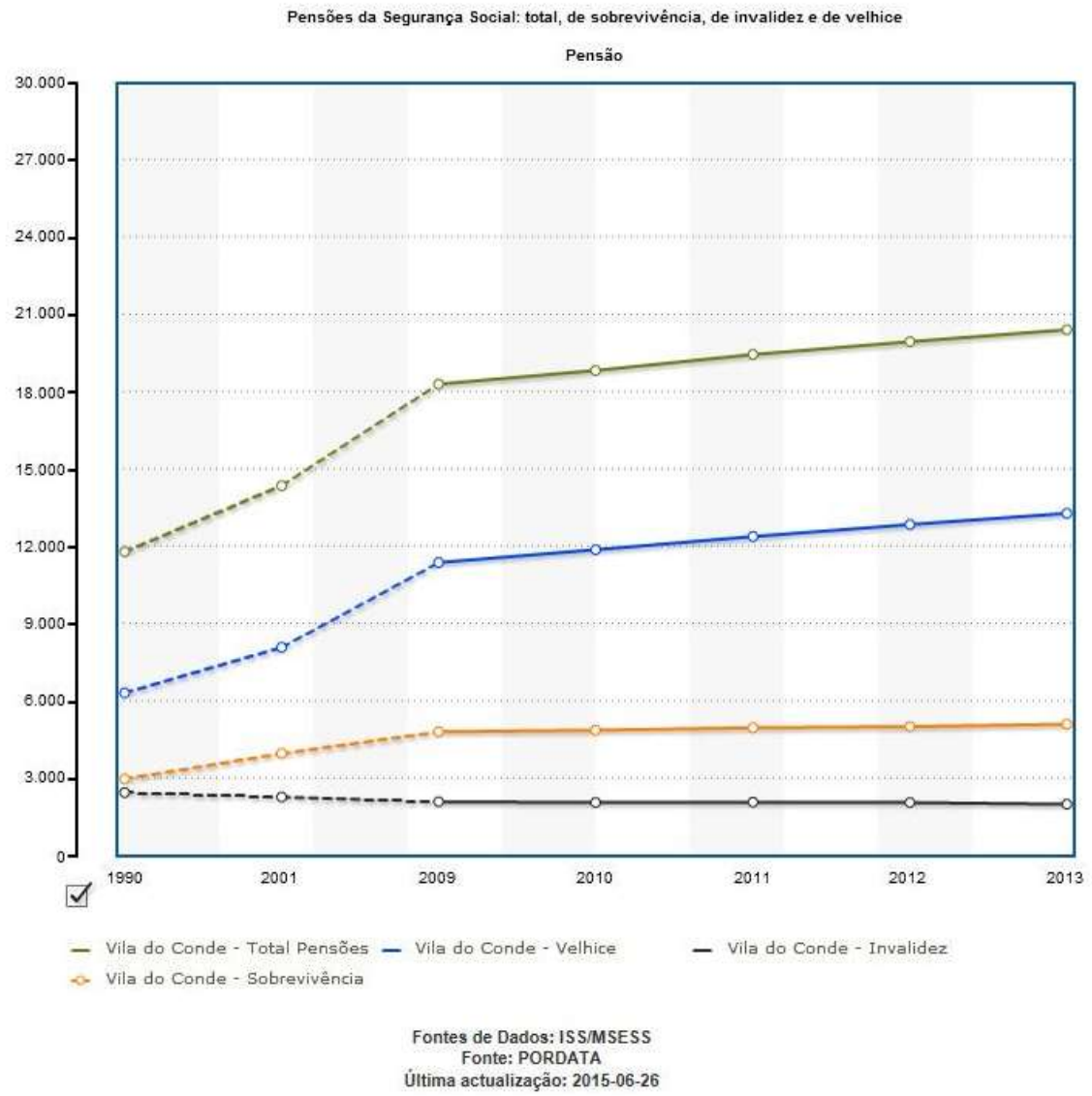
Tabela 1 – Pensões da Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações no total da população residente com 15 e mais anos (%)

Fonte: INE ISSMESS - PORDATA

Territórios		Total de pensões							
Âmbito Geográfico	**Anos**	**2001**	**2003**	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**
Município	**Vila do Conde**	-	-	30,8	31,5	32,3	33,0	33,7	-

Este crescimento da percentagem da população a receber uma qualquer pensão é visível em todas as tipologias (velhice, invalidez, sobrevivência) exceto no de invalidez que diminui. Todos os outros grupos de pensionistas aumentam e no caso as pensões de velhice cresce consideravelmente. Em 2012, existem no concelho um total de 20.433 pensionistas enquanto em 1990 esse valor era e 11.809.

Gráfico 1 – Pensões da Segurança Social: total, de sobrevivência, de invalidez e de velhice



Como se pode verificar (tabela 2) o subsídio por assistência à terceira pessoa manteve-se estável, sem sofrer alterações.

Tabela 2 – Subsídio por assistência à 3ª pessoa da Segurança Social

Fonte: INE ISSMESS - PORDATA

Territórios		Subsídio por assistência à 3ª pessoa						
Âmbito Geográfico	**Anos**	**2001**	**⊥ 2009**	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**
Município	**Vila do Conde**	105	⊥ 134	132	136	136	137	137

Pobreza infantil

A problemática da pobreza infantil é de difícil quantificação e análise direta. Dado o impacto gravíssimo que tem nas crianças e jovens por ela afetados é necessária uma análise que tente definir os contornos dessa pobreza e a sua dimensão.

Os apoios sociais direcionados para a infância e juventude são um bom indicador indireto para avaliar essa realidade. De acordo com a tabela 3, desde 2009, ano em que os beneficiários diretos do abono de família em Vila do Conde atingiu cerca de 1.900 agregados familiares (se considerarmos uma criança por agregado), esse valor diminui progressivamente até ao número de 7.191 em 2014. Nos descendentes ou equiparados o valor caiu de 15.408 em 2009 para 10.458 em 2014.

Esta descida abrupta do número de crianças e jovens beneficiados evidencia a redução de meios e recursos, disponibilizados aos agregados em situação de vulnerabilidade económica.

Tabela 3 – Abono de família para crianças e jovens da Segurança Social: número de beneficiários e descendentes ou equiparados

Fontes de Dados: II/MSESS - Fonte: PORDATA - Última atualização: 2015-06-26

Territórios		Beneficiários							Descendentes ou equiparados						
Âmbito Geográfico	Anos	2001	⊥ 2009	2010	2011	2012	2013	2014	2001	⊥ 2009	2010	2011	2012	2013	2014
Município	Vila do Conde	10 787	⊥ 10 900	10 825	7 912	7 444	7 360	7 191	15 599	15 408	15 232	11 478	10 868	10 672	10 458

Risco de exclusão pela disfuncionalidade parental

A parentalidade é uma das determinantes do risco para as crianças e jovens do concelho. O contexto familiar apresenta diferentes níveis de risco de acordo com a forma específica como as problemáticas familiares se expressam na relação com as crianças e jovens.

De acordo com a CPCJ de Vila do Conde o universo das crianças e jovens referenciados no concelho é de 381 casos ativos, sendo que o total, se incluirmos, os processos entretanto reabertos em 2013, ascende a 550 casos referenciados.

É um número absoluto extremamente significativo de uma problemática prioritária no concelho pelo efeito desestruturante que exerce na definição dos seus percursos de vida.

O contexto parental é assim um fator determinante para a inclusão das crianças e jovens do concelho com uma expressão significativa enquanto problemática de risco.

Situação Processual em 2013

Fonte Relatório da CPCJ de Vila do Conde - 2014

Transitados de 2012 – 319

Instaurados;

Novos processos – 181

Recebidos de outras CPCJ's – 11

Reabertos 39

Total de entradas – 550

Total de processos ativos - 381

As problemáticas mais relevantes são, ainda de acordo com o relatório da CPCJ de 2014, de duas categorias bem distintas.

A primeira categoria é a exposição direta à disfuncionalidade parental; a vivência de situações de violência doméstica no agregado familiar, a negligência parental, a exposição a comportamentos que podem causar perturbação, o mau trato psicológico ou indiferença afetiva. As crianças e jovens são vítimas diretas do contexto familiar, interiorizando o efeito traumático dessas experiências.

A segunda categoria é a exteriorização sob a forma de comportamentos disfuncionais de risco, escape ou desafio aos adultos, sob a forma tipificada na CPCJ, de absentismo escolar, e comportamentos anti sociais ou indisciplina.

São estas as problemáticas mais relevantes, em Vila do Conde, na abertura de processos em Vila do Conde.

Ainda de acordo com o relatório da CPCJ, os acordos de promoção e proteção, contratualizados no concelho, visam essencialmente três tipologias de medidas; o apoio junto dos pais, o apoio junto de outro familiar e o acolhimento em instituição.

Novos riscos emergentes

As crianças e os jovens do concelho são confrontados com um conjunto e novos fatores de risco, para os quais ainda não existem as ferramentas e análise e intervenção adequadas mas que se manifestam já com indicadores de exclusão bem identificáveis;

- Isolamento social das crianças e jovens

Para um grupo de crianças e jovens (a identificar em termos estatísticos), as oportunidades de sociabilização são restritas e de acesso condicionado, pelo que existem situações de isolamento social com graves consequências na definição de futuros percursos de inclusão social.

- Medicalização comportamental e Saúde mental

São crescentes as situações de comportamentos disfuncionais entre crianças e jovens associadas a questões de saúde mental. Existem, igualmente, situações de medicação para défices e atenção ou hiperatividade que importaria recensear em termos sociais.

- Novas dependências

As culturas dominantes de cariz tecnológico são experienciadas, por muitos jovens, com insuficientes ferramentas pessoais e sociais. São crescentes os casos de novas dependências associadas à utilização das novas tecnologias de comunicação. Novas substâncias aditivas continuam, igualmente, presentes nestes grupos etários com riscos ainda pouco conhecidos e consequências pouco visíveis

Conclusões

A intervenção direcionada para crianças e jovens referenciados pelas instituições do concelho deverá constituir uma das prioridades sociais do presente diagnóstico, pela relevância nos termos e valor absolutos dos casos referenciados e pelo impacto social que traduz.

A pobreza infantil representa um dos mais graves riscos de exclusão social ao restringir no imediato as condições do seu desenvolvimento, hipotecando o futuro ao criar situações de privação e restrição material e psicológica que condicionam a sua capacidade de inclusão social.

Crianças e jovens em situação e pobreza irão perpetuar ciclos de pobreza geracional pela perda de oportunidade de criarem expetativas de realização pessoal e bem-estar.

O impacto da crise e da conjuntura económica desfavorável gerou um aumento dos riscos e pobreza e vulnerabilidade social no concelho. As famílias com baixos rendimentos que dependiam de medidas sociais para equilibrar os seus orçamentos básicos foram das mais afetadas, como vimos, pelo recuo dessas medidas e apoios sociais. Muitas famílias em situação de insolvência ou de extrema fragilidade económica aumentarão este potencial de risco, embora a sua situação seja mais dificilmente detetável. O aumento dos idosos, dos reformados e dos pensionistas de maneira geral, pressionam estes risco de pobreza e vulnerabilidade pelas circunstâncias que caraterizam estes grupos sociais e etários; utilizam o seu orçamento para apoio à situação dos filhos em caso de necessidade e emergência, aumento as despesas com a saúde, valor das pensões e reformas muito reduzido, dependência de terceiros, baixa autonomia e mobilidade.

Estes grupos especialmente vulneráveis têm carências básicas e necessidades fundamentais a resolver. É prioritária uma intervenção de emergência social que congregue esforços para complementar a rede solidária já no terreno.

Anexo

I - Fontes

Fonte Plano Local de Saúde de 2012 - ACES Póvoa Vila do Conde

Fonte Plano de ação 2015 ACES Póvoa Vila do Conde

Fonte Relatório da CPCJ de Vila do Conde - 2014

Fontes de Dados: II/MSESS - Fonte: PORDATA - Última atualização: 2015-06-26

Fonte - Título Anuário Estatístico da Região Norte 2012

Editor Instituto Nacional de Estatística, I.P. Lisboa, 2013

Fonte Diagnóstico do Concelho de Vila do Conde 2012 - CRI – Porto Ocidental

PORI – Plano Operacional de Respostas Integradas

Fonte: DHAS do Município, junho, 2015